



jornal da tarde

ESPECIAL

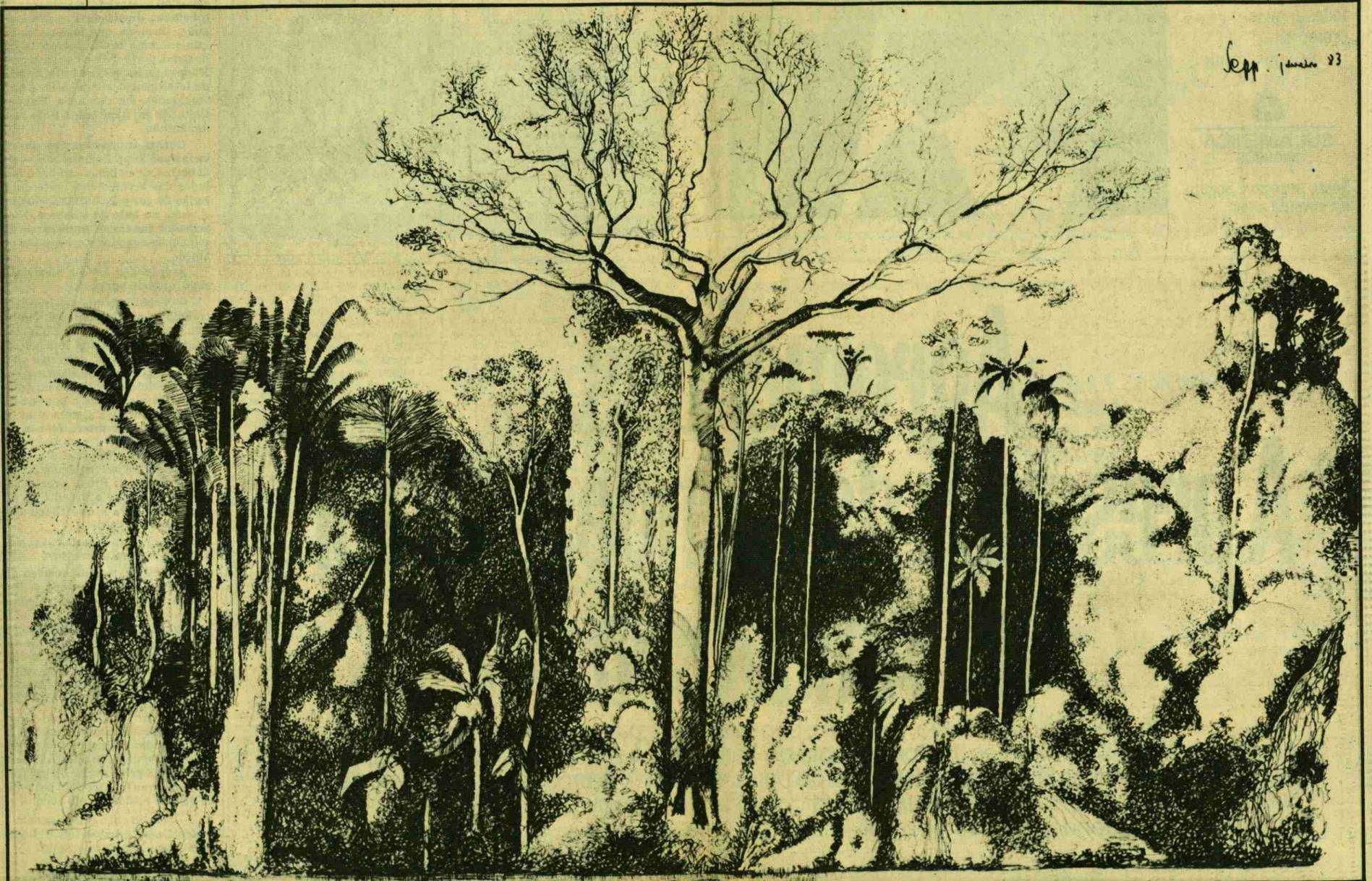
O ESTADO DE S. PAULO

Morte e vida na Amazônia. Aqui começa o grande debate.

A morte e a vida na Amazônia, aqui ilustradas por dois artistas, Frans Krajcberg (ao lado) e Sepp Baenderek (abaixo, e na página 2), são examinadas por especialistas e representantes de índios e da Igreja, num amplo debate promovido pelo *Jornal da Tarde* e a Associação dos Empresários da Amazônia. Os resultados estão nas páginas 7 a 15: um diagnóstico dos erros e acertos que foram cometidos nos últimos 20 anos, com receitas para o futuro. (Para entrar também no debate, vá às páginas 4 e 5, e descubra a Amazônia. E veja o seu mapa completo e atualizado, na 6.) Na última página estão os governadores do Pará, Mato Grosso, Goiás, Amazonas, Rondônia e Roraima falando da Amazônia da Nova República.



Frans Krajcberg

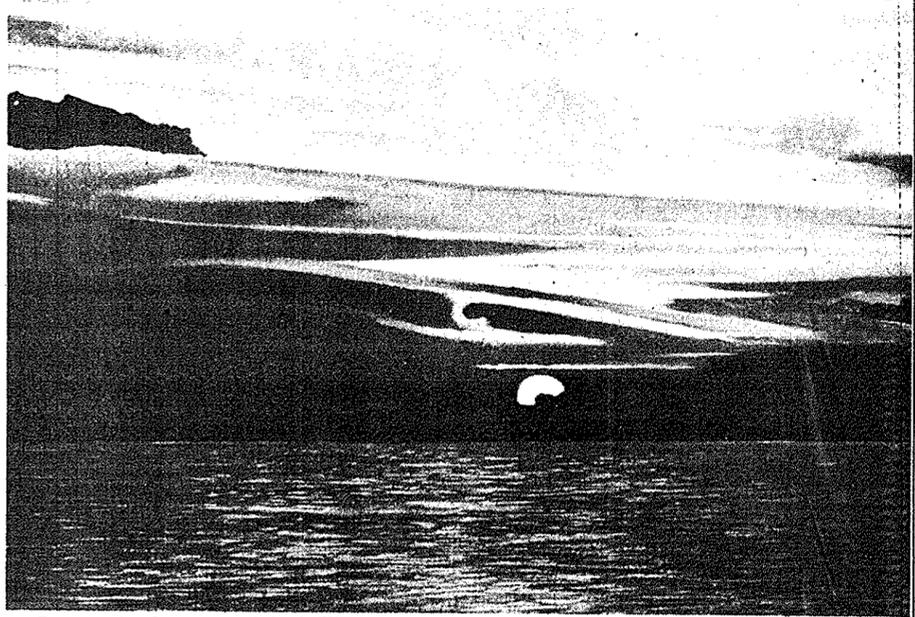


Sepp

Defendendo a Amazônia. Com pincéis.



O pintor Sepp Baenderek está prevendo um holocausto amazônico.



Dois crepúsculos na Amazônia — um, deslumbrante pôr-do-sol, foi capturado e multiplicado numa série de cartões postais (foto acima), e o outro, paisagem morta, feita de tocos de árvores queimadas (foto ao lado), está ganhando o espaço de enormes telas, para uma denúncia:

— Estão cometendo um holocausto na Amazônia — protesta o pintor Sepp Baenderek, 64 anos, iugoslavo, apaixonado pelo Brasil desde 1945, quando sobreviveu ao holocausto nazista, refugiado na Áustria.

Mas Sepp está armado só com seus pincéis para impedir este outro crepúsculo da Amazônia:

— Eu não estou fazendo desenhos pequenos. Estou fazendo gigantes, dois metros e meio. Talvez o tamanho impressione. Espero chamar a atenção (...). O holocausto verde é uma consequência da ignorância. Quer dizer: nós estamos praticando desenvolvimento na base da ignorância. E basta de ignorância!

— Qual é a sua Amazônia, Sepp?

— Olha, para mim a Amazônia tem um significado diferente... para o Brasil, de um modo geral, a Amazônia é considerada um dom de Deus, uma riqueza natural pronta para ser explorada e uma promessa de riqueza para qualquer um que seja esperto, ativo, empreendedor em qualquer coisa. Eu sinto a Amazônia como um fenômeno planetário, cósmico: é ao mesmo tempo um símbolo, expressão da vida, de toda a história, da evolução, do começo e do fim do mundo.

— Como foi que você "descobriu" a Amazônia?

— Desde pequeno sempre fui atraído pelas águas. Passei as férias da minha infância à beira do rio Danúbio, o segundo maior da Europa, um rio continental, nascendo na Alemanha, na Floresta Negra, e cortando a Áustria, Hungria, Iugoslávia e Bulgária para desembocar no Mar Negro. Só muito tarde, com 18 anos, foi que eu vi, pela primeira vez, o mar. Ah, o mar... Um impacto muito grande. Então, desde criança que tenho uma fortíssima atração pelas águas. A água, para mim, é o mistério da vida, o começo. E a floresta é a continuação desse mistério.

Então, em 1959, Sepp Baenderek foi conhecer o rio Araguaia, convidado por um ecólogo que pesquisava tribos de índio para o Museu do Ipiranga. Além dos pincéis, levava anzóis, como "um turista-esportista" ou um europeu perdido nos trópicos. E lembra:

— Foi uma emoção quase que religiosa. Eu me lembro deitado na beira do rio, na canoa, no Araguaia, lá pelas cinco e meia da tarde, começo do pôr-do-sol, quando a natureza toda desperta numa atividade frenética de aves voando, ca-



Antes, a natureza viva. Agora, a morta.

quando peixes. Eu não sabia que a água emitia vozes... sons incríveis...

— E o que diziam essas vozes?

— O boto, por exemplo, saltando ar. A floresta em volta, Ilha do Bananal. Nessa hora do entardecer eu ficava deslumbrado com a beleza, com a grandeza dessa natureza, desse rio. E de repente passava uma canoa, um índio remando e cantando. Pensei: "Meu Deus do céu, que mundo em que estou caindo, que coisa louca é essa?" Em seguida, fiz a minha segunda viagem. E daí em diante...

Dai em diante, Sepp visitava a Amazônia todos os anos. Férias? Pergunte-se a ele, que então se espantará: "Não. É trabalho!" (Ele vende o que pinta). Ao longo de suas viagens, ele pôde acompanhar o processo de ocupação da Amazônia, expondo-a em seus quadros.

— Já tenho alguma perspectiva de tempo para fazer comparações. Comecei a andar pela Amazônia há



dez, onze anos. Voava sobre Tucuruí quando era só mata. Hoje aquela paisagem mudou, formou-se um imenso mar, um lago em torno, uma transformação da natureza com consequências violentíssimas. Não estou dizendo que a hidroelétrica destrói a natureza. Quero é denunciar o despreparo do homem, o seu pouco conhecimento. Não sou contra a formação de fazendas na Amazônia, não. Acho que é preciso produzir alimentos para a Humanidade. Mas como, quando e em que proporção é o que precisamos investigar. Pois o dano que está sendo causado hoje será irreparável. Ninguém consegue recolocar uma árvore naquele lugar em que ela foi cortada. Isso é impossível: para se refazer, a natureza vai levar milênios. E não sei se até lá ainda existirá a Humanidade. Acho que os sinais da destruição estão tão óbvios que me admiro como tão pouca gente faz questão disso.

Sepp começou a alertar para o crepúsculo da Amazônia em 1976, quando o tema de suas telas passou do pôr-do-sol, do verde, dos índios e dos rios, para as queimadas, a mata destruída.

— Eu me lembro do dia em que parei com um amigo numa abertura de estrada. Saltamos do carro para tirar fotos. De repente me pegou um ataque de desespero e tristeza, uma vontade de chorar... Mal consegui me conter, tanta era a revolta que sentia. Seria como passar diante de um colégio e ver bandidos metralhando crianças. Um holocausto verde, sem sentido. Afinal, qual é o sentido de se abrir uma estrada no meio da mata a milhares de quilômetros de uma cidade?

Numa outra época, em 1980, Sepp teria uma recaída:

— Estava subindo o rio com o (senador) Evandro Carrera, figura muito querida. A viagem, de Belém a Manaus, foi uma das coisas mais tristes da minha vida. O rio parecia estar morto. Você não via animal. Pouquíssimas aves apareciam nas beiras do rio. Só navios enormes subindo e descendo, sem parar: o Amazonas transformado num corredor de passagem de milhares de toneladas, diariamente, porque alguém inventou que Manaus tinha que ser uma bruta metrópole industrial, porto livre e não sei o quê; Manaus podia ser um bruto centro de inteligência, com escolas e universidades. Há dez anos, Manaus tinha 200 mil habitantes. Hoje, tem um milhão.

Outras transformações observadas por Sepp Baenderek: — Os caboclos ribeirinhos estão tão isolados das árvores que preferem o bujão de gás para cozinhar do que a lenha ao lado de sua casa. E os telhados das casas? Antes, eram de palmeiras e madeira e, hoje, são de zinco.

Sepp chega a ficar escandalizado, quando pergunta:

— Você sabe quantos biólogos trabalham na Amazônia? 20. Vinte. Isto é um país sério? Sabe quantos fiscais do IBDF estão lotados em Manaus? 20. Assim, acho que chegamos ao ponto: como alguém pode falar em desenvolvimento da Amazônia quando não há o mínimo de infra-estrutura? Existem planos mirabolantes, incríveis, loucos, de desenvolvimento. Agora, o que é que está por trás, qual é a base disto? Este é o desenvolvimento da imbecilidade. O Brasil precisa tomar consciência; o Brasil está inconsciente para o que chamamos de holocausto verde.

— Será que a Amazônia vai mudar, com a Nova República?

— Nós estamos no começo de uma nova época — diz Sepp. — Depois de 20 anos de militares, teremos um governo civil. Aparentemente, há uma grande disposição de todos os brasileiros em contribuir e trabalhar para mudar as coisas, melhorando o que está ruim. De nada adianta ter apenas um novo governo. A sociedade toda tem de tomar consciência.

Quando um amigo lembra a Sepp que um cientista declarou recentemente que o Brasil só despertará para a preservação da natureza depois que for sacudido por uma catástrofe ecológica, ele conclui:

— Mas eu acho que essa catástrofe já está acontecendo. Só que parece que ninguém enxerga.

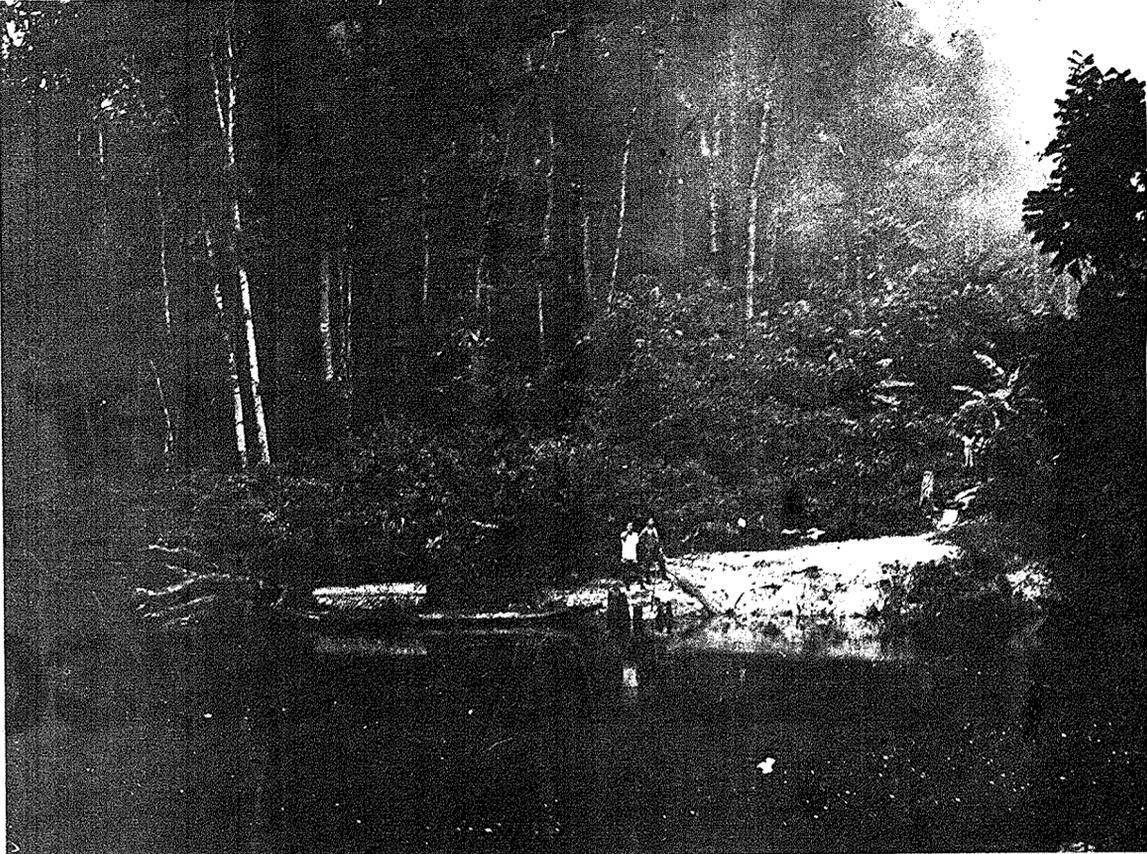
Moisés Rabinovici

A Amazônia é a região que ocupa boa parte do centro-oeste da América do Sul, cuja cobertura vegetal dominante é a floresta amazônica. Com 6,5 milhões km², representa 23 das florestas tropicais do mundo. As florestas tropicais são os ecossistemas mais complexos e mais promissores como fontes de novas matérias-primas. São, entretanto, os menos conhecidos e mais suscetíveis à má utilização pelo homem.

A floresta amazônica brasileira responde por metade da floresta amazônica sul-americana, 1/3 do total mundial. O Brasil é o principal país de florestas tropicais. A Amazônia brasileira, também conhecida como Amazônia Legal, ocupa 5 milhões km², 60% do Brasil. Desta área, apenas 70% é coberta pela floresta amazônica, o restante por cerrados e formações diversas.

A floresta amazônica apresenta altitudes inferiores a 1.500m, grande variabilidade de solos (215 classes), em geral pobres em nutrientes minerais. Segundo o Radam-Brasil, apenas 10% da Amazônia Legal possui solos de média a alta fertilidade, sem grandes restrições ao uso agrícola. A região amazônica concentra 15% das águas doces em forma líquida do planeta. A umidade é sempre superior a 80%, chovendo pelo menos 130 dias/ano, mais de 1.500mm/ano. O clima é quente, com altas temperaturas médias anuais (25°C), sendo que a média de temperaturas do mês mais quente é apenas 3°C mais alta que a do mês mais frio. Há duas bem definidas estações: verão (seca) com um a cinco meses sem chuvas e inverno, sete a 11 meses de chuvas, com uma defasagem de seis meses entre os hemisférios.

São três as principais bacias hidrográficas: Amazonas, Tocantins-Araguaia e Orinoco. A Amazônia, cobrindo a grande parte, é a maior bacia do planeta, com mais de mil tributários. O Amazonas é o segundo mais extenso rio do mundo, responsável pela vazão de 20% de todos os rios nos oceanos. Apresenta profundidade de até 100m e percorre os 3.000km de território brasileiro, com um desnível de apenas 59m.



Na Amazônia, um grande universo de vida (Foto de Frans Krajcberg).

A longo de milhões de anos formou-se na floresta amazônica o mais rico e heterogêneo ecossistema conhecido. Devido às condições climáticas estáveis, abundância de luz, calor, água, sem períodos de falta drástica de alimentos, devido à diversidade de solos, chuvas, altitudes e à necessidade de lutar para sobreviver, competindo e interagindo por espaço e alimento, em apenas 4% da superfície terrestre estão 20% de todas as espécies vivas. Entre este milhão de espécies, há 20 mil vegetais superiores, 1.400 peixes (10% do planeta), 300 mamíferos, 1.300 pássaros (20% do planeta), correspondendo o restante a invertebrados (sem mencionar vegetais inferiores e seres microbiológicos).

Os cientistas acreditam que pouco mais de 50% das espécies amazônicas são conhecidas. Em qualquer árvore deteriorando há dezenas de espécies de invertebrados. Em um hectare de floresta próxima a Manaus há mais espécies vegetais que em todo território europeu. Sob a aparente imagem de monotonia, uniformidade e inutilidade, mata, esconde-se uma floresta pouco conhecida, com maiores diferenças entre si que entre as florestas tropicais e temperadas.

A vegetação predominante é a floresta tropical de terra firme, cobrindo 70% da região. Encontram-se aí inúmeros tipos de florestas, variando conforme o volume de biomassa, quantidade de certas espécies vegetais (palmeiras, lianas), altura das árvores, densidade da vegetação, entre outros parâmetros. Com exceção das várzeas (periodicamente inundáveis) e igapós (permanentemente inundáveis), as demais não são sujeitas a inundações. O restante da área é coberto por cerrados (savanas de terra firme - 20% do total), savanas de várzeas, campinas baixas, vegetação de montanha e vegetação litorânea.

Descobrimos a Amazônia

João Meirelles Filho

A Amazônia poderá tornar-se importante fonte alimentar, se racionalmente aproveitados seu material genético e espaço agrícola subutilizado. Hoje a Amazônia contribui com espécies comerciais para o mundo, como o cacau, o palmito (assai) e castanha do Brasil. As espécies selvagens, possíveis de serem cruzadas com as comerciais, convertem a Amazônia em banco genético fundamental a estas culturas. Tanto para aumentar o conteúdo nutricional e o sabor, quanto para torná-las resistentes a modificações climáticas.

O homem depende hoje de 30 espécies para prover 90% de sua alimentação, das quais apenas oito cereais correspondem a 52% das calorias necessárias. As mesmas plantas selecionadas pelo homem há dez mil anos são ainda a base de nossa alimentação. Os alimentos hoje conhecidos não significam serem os melhores, são meros acidentes da História. A soja, ao contrário, praticamente desconhecida há 30 anos como cultura de grande escala, é hoje a principal proteína consumida no mundo. A National Academy of Sciences (EUA), em pesquisa realizada com os maiores especialistas em florestas tropicais, concluiu que, de uma lista de 400 espécies vegetais subexploradas das florestas tropicais, 36 foram apontadas como grandes potenciais para melhorar a agricultura e a qualidade de vida nos trópicos; 12 das quais nativas da floresta amazônica.

tura e 15% com pastagens. A Amazônia ocupa 0,4% de agricultura e 2% com pastagens.

Se imaginássemos aproveitar apenas 10% da Amazônia com agricultura, elevaríamos de 50 para 100 milhões ha (100ha=1km²) a área agrícola do País. Se aproveitássemos apenas os campos nativos da região e introduzíssemos pastagens plantadas em apenas 1/3 dos cerrados da Amazônia Legal, aumentariamos as áreas de pastagens brasileiras de 130 milhões ha para 190 milhões ha. Se estabelecêssemos a regra de não ocupar as áreas da floresta amazônica, a não ser aquelas já alteradas (cerca de 25 milhões ha), poderíamos satisfazer todas as necessidades nacionais e compromissos internacionais por um mínimo de 50 anos. Tempo suficiente para conhecermos e decidirmos a destinação social da floresta amazônica.

Nenhuma região do globo apresenta melhores condições agroclimáticas do que os trópicos. As culturas perenes, segundo os cientistas, são as mais apropriadas econômica, social e ecologicamente. Se plantarmos a cultura anual "soja" na Amazônia, de baixo emprego de mão-de-obra, mecanizada, obteríamos uma produtividade de 2ton/ha/ano.

Vantagens

Se a opção, entretanto, fosse pela cultura perene "dendê", a partir do terceiro ano e por 20 anos, empregando dez vezes mais mão-de-obra permanente, sem necessidade de mecanização e de atriturar anualmente a terra, obteríamos 6ton/ha/ano. Com vantagens adicionais como o plantio de feijão ou outras culturas anuais até o terceiro ano, além da manutenção de leguminosas como puerária ou leucena para maior proteção e nitrogação dos solos e possibilitando o pastoreio permanente. Se apenas 1% da Amazônia fosse ocupada com dendê, obteríamos 30 milhões ton/ano (duas vezes a atual produção de soja no Brasil) empregando pelo menos 2 milhões de pessoas.

Se plantássemos outro 1% com cacau, dobraríamos a produção mundial e aumentaríamos sete vezes a brasileira. Como o cacau necessita de sombreamento, se este fosse feito com pupunha ou banana, obteríamos equivalente aumento da disponibilidade destes produtos. Empregaríamos desta forma mais 2,5 milhões de pessoas. Se somados os dois empreendimentos empregariamos mais pessoas que hoje trabalham em toda a Amazônia.

Semelhantes oportunidades poderão ser geradas com o plantio de café, guaraná, coco, açaí, entre outras culturas. A criação de gado, mesmo que ainda com baixa produtividade, em sistema extensivo, em 50 milhões ha de pastagens artificiais em áreas de cerrado, elevaria o rebanho local de oito para 35 milhões de cabeças, representando um aumento de 25% na produção nacional de carne. Há grandes possibilidades também da continuidade de coleta de produtos vegetais (castanha do Brasil, frutas, palmito), além do aproveitamento das várzeas com búfalos e culturas de ciclo curto.

Paulo de Tarso Alvim, diretor científico da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) chama a atenção para o exemplo da Malásia. Com área total equivalente a 6% da Amazônia, exporta anualmente mais de US\$ 5 bilhões em borracha, dendê, coco e cacau, baseada em sistemas de assentamento familiar e aproveitamento intensivo da mão-de-obra. O desenvolvimento apropriado de sistemas agroflorestais em áreas ecologicamente sustentáveis, com inúmeras culturas perenes intercaladas, mão-de-obra intensiva, material genético altamente desenvolvido e tecnologia própria, é a mais concreta alternativa para a Amazônia.

Há na floresta amazônica 1.300 espécies vegetais de reconhecido valor medicinal. Nas florestas tropicais asiáticas e africanas, onde as antigas civilizações atingiram maior estágio de desenvolvimento, este número é pelo menos dez vezes maior. Atualmente 25% dos remédios que o homem utiliza possuem elementos retirados das florestas tropicais, número em progressivo crescimento.

Fonte medicinal

Uma pequena planta das ameaçadas de extinção florestas tropicais de Madagascar (África), "Rosy Periwinkle", aumentou as chances de sobrevivência de crianças com leucemia de 10% (1960) para 90% (1980). Se imaginarmos que não apenas as plantas, mas os invertebrados (um milhão de espécies amazônicas) também são potencialmente importantes medicinalmente, as esperanças para a resolução de graves problemas que afligem a humanidade estarão cada vez mais próximas. Pouco mais de 5% das plantas amazônicas foram analisadas para uso medicinal. Mesmo assim, biocomponentes como o curare (que revolucionou a anestesia, devido ao seu conhecimento pelos índios) já demonstram as grandes vantagens regionais, mesmo na utilização das estruturas químicas de seus seres para serem copiadas e sintetizadas industrialmente, ou empregadas em pesquisas laboratoriais.

Matérias-primas

Floresta é uma gama imensa de produtos florestais (madeira, celulose, fibras, canas, gomas, tanino, ceras, resinas, óleos essenciais e inúmeros produtos químicos) servem diariamente ao homem. A maioria das fontes de matérias-primas florestais, entretanto, provém de algumas poucas espécies, originárias principalmente das florestas temperadas e subtropicadas.

As florestas tropicais contêm 70% das espécies vegetais do planeta, entretanto apenas um pequeno número é atualmente aproveitado pelo homem. Das 30 mil plantas da América do Sul, pouco mais de 10% foram devidamente testadas para os diferentes usos acima relacionados e apenas 1% do total é utilizado de alguma forma. Para o cientista Norman Myers, estamos ainda na pré-história do aproveitamento das florestas tropicais.

A madeira é uma das mais importantes riquezas amazônicas. Calculada pelo Radam-Brasil como contendo 30 bilhões m³ de madeira, a Amazônia é responsável por 30% das reservas mundiais. Das seis mil espécies de madeira classificadas pelo Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), somente 400 são utilizadas comercialmente. Destas, não mais de 10% respondem por 2/3 do mercado. Existem, entretanto, pelo menos 600 outras espécies que poderiam ser imediatamente colocadas no mercado. A utilização destas espécies aumentaria o potencial de madeiras comercializáveis de 10 bilhões m³ em pelo menos 50%.

As palmeiras, das quais há centenas de espécies amazônicas, oferecem também importante potencial. Somente do babaçu, dominante em mais de 10% da Amazônia, é possível extrair 64 diferentes produtos. Como o babaçu há grandes possibilidades de utilização da carnaúba, tucum, bacuri e açaí, abrindo novas oportunidades à indústria química, entre outras.

Os óleos essenciais (patchouli e pau-rosa) já são tradicionais produtos regionais, podendo ser empregados de forma mais ampla. As gomas não elásticas (urucurana, maçaranduba e sorva), bem como as elásticas, em especial a seringueira, ocupam lugar de destaque. No caso da seringueira, de fornecedor quase absoluto do mercado mundial no fim do século passado, o Brasil hoje importa 70% da borracha natural de que necessita. Sua

posição é privilegiada, como um dos países que a possuem selvagem, para melhoramentos genéticos, além de grande disponibilidade de espaço e mão-de-obra para o desenvolvimento da cultura. Enfim, a utilização racional de apenas 10% da Amazônia com sistemas florestais industriais de manejo sustentado produzirá em bases permanentes todos os produtos de que o País necessita, além de possibilitar importantes alternativas para a pauta de exportações.

Fonte energética

A transformação de plantas de alta produtividade de biomassa em combustíveis constitui-se na maneira mais simples, viável e renovável para a humanidade coletar a abundante energia solar. Na verdade, petróleo, carvão mineral e gás natural, nada mais são que originários da fotossíntese ocorrida há milhões de anos. A humanidade dará um grande passo ao utilizar combustíveis que necessitam apenas de alguns meses para serem produzidos e não de 300 milhões de anos.

Atualmente emprega-se, em escala comercial para a produção de combustível a partir de biomassa, cana-de-açúcar, milho, amendoim, mandioca e beterraba. Certamente, entre as dezenas de milhares de plantas das florestas tropicais há algumas capazes de produzir biomassa com maior eficiência e menores transtornos ao meio ambiente. A copaiba, provável substituto do diesel, e já denominada "gasolina verde", é a esperança amazônica. Além de cultura perene, apresenta alta produtividade.

Outra maneira de aproveitar a energia da fotossíntese é a utilização de lenha e carvão vegetal. Estima-se que o mundo consuma lenha equivalente a quatro vezes toda a produção de energia nuclear e hidroelétrica. A crescente crise mundial de lenha é de maiores dimensões que a crise do petróleo, já que dois bilhões de pessoas ainda dependem de lenha para sobreviver.

O Brasil, na Amazônia, deve desperdiçar anualmente no mínimo 250 milhões de toneladas de lenha. Outra importante matéria-prima é o coco do babaçu. Para o Ministério da Indústria e do Comércio, seu aproveitamento representaria uma produção de energia de 5 milhões de kW/ano (equivalente a 60% de Tucuruí, quando inteiramente concluída). Além das grandes repercussões sociais, como o emprego permanente de milhares de famílias, abririam-se as fronteiras para o aproveitamento de outros resíduos vegetais (restos e cascas de cereais, sobras de serrarias, além de outros cocos). O aproveitamento racional de 5% da Amazônia para a produção de energia de biomassa tornaria o País auto-suficiente na maioria de seus combustíveis.

A ecologia do planeta

Não há mitos sustentáveis sobre a Amazônia. Ela não é o "Eldorado", "Celeiro do Mundo", "Inferno Verde", "Pulmão do mundo", "A Floresta sobre o deserto". Hoje o que há é um grande temor. Preocupação de que a Amazônia não resista à penetração da sociedade industrial. Problema ecológico algum, a nível global, é tão desafiante e causador de tão irreversíveis consequências como a destruição das florestas tropicais. Apesar de transformada durante milênios, jamais, como nos últimos 30 anos, esta foi tão rapidamente desmatada e enxaurecida, nem sequer permitindo à natureza se regenerar.

A grande ameaçada neste processo é a vida. Não apenas a vida animal e vegetal, que perderá milhões de espécies, mas, principalmente, a vida humana. A nossa sobrevivência depende da diversidade. Segundo os cientistas, a continuidade de vida no planeta necessitará de todo material genético disponível. Nas florestas tropicais es-

tão 70% das espécies vegetais florestais da Terra. Em equilíbrio dinâmico, o planeta perde uma destas espécies a cada mil anos aproximadamente. A intervenção humana nas florestas tropicais durante a década de 80 representará, segundo Aldous Huxley, do WWF (World Wildlife Fund), a perda de uma espécie por dia, e, se mantida a mesma taxa de exploração, na década de 90 será extinta uma espécie por hora. Ao final do século deveremos ter perdido 10% do total de espécies florestais da Terra, muitas das quais jamais saberemos a função no ecossistema e eventual utilidade ao homem. Se imaginarmos que animais, invertebrados e seres microbiológicos também serão extintos, a contabilidade da vida apresentará um passivo de eventualmente milhões de espécies desaparecidas. Esta é uma opção sem retorno, uma vez extinta, a vida está extinta para sempre.

A floresta é uma usina. A simples retirada de algumas espécies poderá representar o colapso. O desmatamento, em suas diversas modalidades, é a grande causa da destruição das florestas tropicais. Desmatam-se no mundo 11,1 milhões ha (11,1 mil km²/ano) do um bilhão ha de florestas tropicais (área equivalente à metade do Estado de São Paulo). Se mantido o atual crescimento da taxa de desmatamento, em meio século restará à humanidade apenas alguns fragmentos de florestas, a grande maioria sem significado ecológico.

O Brasil, segundo a FAO (Organização Mundial para Alimentação e Agricultura), é o campeão mundial de desmatamento. Ignora-se a área precisa anualmente desmatada na floresta amazônica brasileira. Para Philip Fearnside, do Inpa, segundo análises de fotografias do satélite Landsat, entre 75 e 78 foi desmatado 1,6 milhão ha (16 mil km²/ano) na Amazônia. Para o cientista, o mais preocupante não é a área desmatada, mas a velocidade de crescimento da taxa de desmatamento, apresentando o comportamento de uma progressão geométrica entre 75-73, crescendo 33% ao ano.

Fearnside questiona também as aliviadoras informações do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), de que até 1978 somente 1,55% da Amazônia Legal havia sido desmatada. Estudos para a verificação destes dados demonstraram que apenas em uma região de antigo desmatamento no Pará, a Zona Bragantina, com 30 mil km², completamente desmatada no início do século, representava uma área à superfície indicada pelo IBDF como desmatada em toda Amazônia Legal até 1975. Estima-se que 5% da região já tenha sido desmatada. Certamente nos últimos 20 anos destruímos mais a Amazônia que nos últimos dez mil anos de presença humana na região.

O desmatamento poderá causar modificações ambientais em quatro níveis: local, regional, macro-regional e global. Localmente, espécies deverão desaparecer e os solos serão afetados, tornando-se mais expostos à erosão e lixiviação. A maior incidência solar deverá aumentar a temperatura dos solos, diminuindo em algum tempo sua rica vida microbiológica. Como as plantas retêm a maior parte dos nutrientes, seu abate e queima seguidos de pesadas chuvas poderão eliminá-los em alguns anos. A pirâmide do agricultor brasileiro contribuirá para seu empobrecimento. Alterações sucessivas da flora, fauna e microorganismos são esperadas até que haja condições para o restabelecimento de um novo equilíbrio dinâmico.

A nível regional o desmatamento deverá provocar alterações no tempo de permanência da água nas bacias hidrográficas, já que, segundo Eneas Salati, do CENA (Centro de Energia Nuclear na Agricultura), 50% do vapor d'água

necessário para manter normais as condições de umidade é reciclado pela própria floresta. Eventualmente ocorreriam inundações mais intensas durante os períodos chuvosos e períodos secos mais drásticos e mais bem definidos. Alterações nos ventos são prováveis, mas são ainda desconhecidas suas consequências, assim como se ignoram as mudanças possíveis pela liberação de parte da energia solar disponível para outras funções, além da fotossíntese. O desmatamento provavelmente não virá sozinho, haverá poluição dos rios, ar e solos.

Estudos sobre paleoecologia amazônica indicam que grandes transformações ocorreram nas eras glaciais e seus interstícios há dezenas de milênios. Nestas épocas, devido às condições climáticas, mais áridas, a floresta retraiu-se a pequenos núcleos, conhecidos como refúgios ecológicos do pleistoceno, dando lugar a cerrados e outras áreas. Com o regresso às condições ambientais pré-existentes, repovoou-se novamente a região a partir destes núcleos. Durante o período em que estiveram "ilhadados" aí ocorreram importantes sucessões e adaptações da evolução. Encontram-se nestes núcleos, hoje identificados, segundo, muitos cientistas, os mais significativos materiais genéticos da floresta amazônica. Algumas destas áreas, porém, se encontram seriamente ameaçadas pelos desmatamentos. Ainda em escala regional é importante lembrar que há um limite de alterações no ecossistema a partir do qual a natureza dificilmente se recupera. Muitas espécies então desaparecerão, não se sabendo ao certo o que surgirá no lugar, certamente não será a floresta primária que ali antes existia.

A nível macro-regional sabe-se que alterações no regime de chuvas da Amazônia certamente afetarão regiões vizinhas que dependem da Amazônia, como o caso do Planalto Central Brasileiro. O nível dos rios poderá ser alterado, bem como a produção de energia hidrelétrica e a vida aquática. Desmatamentos em áreas de relevo acidentado deverão levar mais sedimentos aos rios com consequências imprevisíveis.

A nível global as consequências são totalmente desconhecidas e as previsões de mudanças são altamente especulativas, baseadas apenas em modelos matemáticos teóricos. Sabe-se, pelo menos, que a floresta amazônica não é o pulmão do mundo, responsável por significativa parcela do oxigênio da Terra. Por se encontrar em estágio de equilíbrio dinâmico, em climas, não há grandes adições ou perdas de quaisquer elementos. Praticamente tudo o que é produzido é integralmente aproveitado no ecossistema. Assim, o oxigênio liberado pela atividade fotossintética é utilizado pelas próprias plantas e demais seres.

A floresta, todavia, é importante reservatório de carbono e energia. A queima das florestas do planeta e a de combustíveis fósseis são as principais causas apontadas pelos cientistas pelo aumento da quantidade de carbono na atmosfera. As consequências deste aumento, assim como de outros gases, como metano, são ainda desconhecidas. Sabe-se, entretanto, que como a Terra é um ecossistema único, interdependente, as florestas tropicais são importantes ao equilíbrio climático global. Desconhecemos, entretanto, quanto importantes são as florestas tropicais, particularmente a Amazônia, e que nível de alterações em seus ecossistemas é suficiente para permitir eventuais alterações no ecossistema global.

Além do impacto do desmatamento, há o da construção de barragens e afogamento de extensas áreas florestais (somente Tucuruí e Balbina afogaram 4.250km² de florestas), além do impacto de atividades urbanas, indus-

... e viárias. Em sua ma, o impacto das ex-pansões das frentes pioneiras é ainda pouco conhecido e mensurável. Não podemos testar na prática, como observa o cientista inglês James Lovelock, hipóteses como a de devastação de metade da Amazônia, "assim como não poderemos testar os efeitos de um inverno nuclear".

Índios

Dos prováveis dois milhões de índios que habitavam a Amazônia brasileira quando da chegada dos

primeiros europeus, restam hoje pouco mais de cem mil. Distribuídos em 160 grupos tribais, vivem de forma diversa, falam diferentes línguas e possuem diverso relacionamento com a sociedade nacional. Durante quatro séculos escravizados, banidos de suas terras, reduzidos ou mesmo extintos, mortos por doenças e conflitos com os "civilizados", obrigados a conviver com uma sociedade que desorganizou suas vidas, os índios ainda resistem e pela primeira vez sua população apresenta um pequeno crescimento.

Índio é aquele que se identi-

ca como tal, pela auto-afirmação. Há três estágios de contato com a sociedade envolvente:

Isolados — estão principalmente no Oeste do Amazonas, Oeste do Pará e Roraima, além de alguns grupos entre Mato Grosso e Rondônia. Destacam-se os Ianomâni, com um total de 20 mil indivíduos, oito mil dos quais no Brasil (Norte do Amazonas e Oeste de Roraima), constituindo-se a maior nação indígena em seu estado natural da América do Sul. Considerados ainda isolados são também os Waimiri-Atroari (RR) e Cinta-Larga (MT).

Integrados — já participam ativamente da vida e da economia nacionais, muitos dos quais perderam características culturais importantes. Entre outros destacam-se os Múra (AM), Tikúna (AM), Kaxinawá (AC) e Mundurucu (PA e AM).

Semi-integrados — não vivem mais isolados, porém não se integraram à vida e à economia nacionais, como os índios do Alto Xingu (MT).

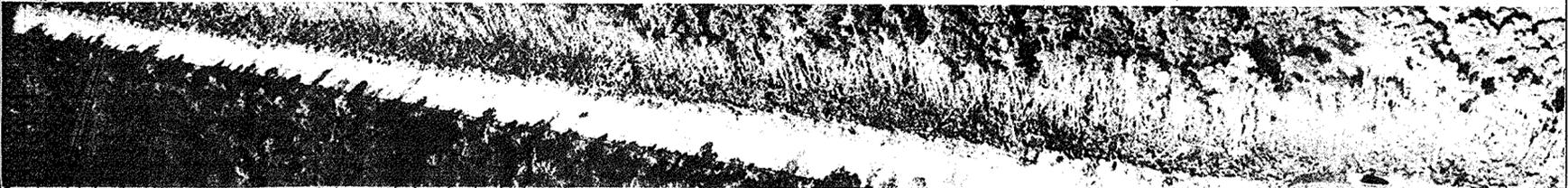
Além de seres humanos, seus conhecimentos, oriundos de convivência milenar com a floresta, po-

derão, em muitos anos, adiantar as pesquisas científicas de fontes de matérias-primas úteis à Humanidade, bem como nos ensinar inúmeros aspectos sobre a vida na Amazônia. Sua cultura e organização social são antropológicamente importantes, e certamente auxiliarão a Humanidade a compreender e redigir sua história na Terra.

Fonte de inspiração

A Amazônia é uma das últimas expressões da natureza ainda intactas. Em nome da liberdade e da

cultura é essencial a preservação de representativas parcelas de seu território, para que todos possam admirá-la, abraçá-la, cheirá-la, senti-la e amá-la. A floresta amazônica é uma homenagem à vida, à criatividade e à generosidade, fonte de beleza e prazer. Quanto rejuvenescido não sairá o homem que mergulhar com amor em sua vida? E os artistas e estudiosos, que atentamente buscarem suas cores, formas, disciplina, sons e seu mundo de inspiração e luz? Quem hoje e no futuro não desejará apreciar íntegra sua natureza, exercitando seu lazer em plenitude?



Estradas, abrindo a Amazônia para a exploração econômica, na maior fronteira pioneira do Brasil.

Por que ocupar a Amazônia?

Nos últimos quatro séculos a Amazônia foi conquistada, iniciada sua colonização e aproveitamento econômico. A Amazônia tornou-se, de colônia de Portugal, remota província brasileira, sempre à margem do processo geral de desenvolvimento da sociedade mercantil e industrial. Até 1970 o homem pouco alterou o meio ambiente regional. A ocupação não extrapolou, na maioria dos casos, as margens dos grandes rios navegáveis. Quem mais sofreu nestes anos foram certamente os índios, extinguiu-se inclusive muitos grupos e ameaçou de extinção algumas espécies animais. Para o Brasil, o grande resultado é a garantia de um território de dimensões continentais, praticamente intacto e desconhecido.

Após o ciclo da borracha, rompido abruptamente com a entrada em 1912 da produção de borracha das plantações do Sudeste Asiático, a Amazônia conheceu meio século de esquecimento, baixo crescimento populacional e econômico. As tentativas de colonização e desenvolvimento regional não atingiram maior expressão, não participando a Amazônia da industrialização brasileira.

O Estado Novo criou três territórios: Amapá, Rio Branco, atual Roraima e Guaporé, atual Estado de Rondônia. A Assembleia Constituinte de 1946 instituiu o Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). Somente sete anos depois, em 1953, foi criada a sua superintendência (SPVEA) e definida a "Amazônia Legal". Em apenas 20 anos, de 1964-1984, a Amazônia tornou-se a mais dinâmica e maior fronteira pioneira que o Brasil já conheceu. Foram inúmeras as razões para estas drásticas mudanças e entre elas está a pressão crescente das gran-

des potências mundiais pela liberação dos recursos naturais da Amazônia ao mercado internacional, exercida principalmente através de empresas multinacionais, instituições financeiras e agências internacionais de desenvolvimento.

A Amazônia oferece grandes atrativos, como a madeira (1% do mercado mundial, mas 30% do potencial total), principalmente se considerada a proximidade da exaustão das atuais fontes de madeiras tropicais (Sudeste Asiático e África Central), além do crescente consumo mundial; minérios (a Amazônia possui a maior jazida de ferro do planeta, a terceira de alumínio, além de importantes jazidas de manganeso, ouro, cassiterita e cobre); alimentos; mão-de-obra barata, farta e protegida por poucas leis sociais; legislação ambiental pouco exigente, permitindo desmatamento de extensas áreas, uso de produtos, métodos e instalação de empreendimentos considerados nocivos ao homem e ao meio ambiente nos países "desenvolvidos". Como atrativos, podem ser citados também a concessão de incentivos fiscais e creditícios, acesso à propriedade da terra e novos e crescentes mercados.

A ação oficial, destacadamente do Executivo federal, adiantando-se à migração espontânea e livre iniciativa econômica, foi decisiva para a transformação da Amazônia em fronteira pioneira. Esta ação foi de quatro naturezas básicas: criação de mecanismos institucionais de desenvolvimento regional, avaliação do potencial de recursos naturais, construção de infra-estrutura social e econômica, e participação do go-

verno como empresário. É possível distinguir três fases distintas:

Fase Normativa (1964-1969): instalaram-se os primeiros mecanismos de desenvolvimento regional. Em 1965, foi lançada a "Operação Amazônia", com os objetivos de ocupar, desenvolver e integrar a Amazônia ao Brasil. Em 1967, resolveu-se pela substituição da SPVEA pela Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), criação do Basa, formalização da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufzama) e lançamento do I Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-71), sendo oferecidos inúmeros incentivos fiscais e creditícios priorizando a grande empresa.

Fase expansionista (1970-79): a Amazônia recebeu prioridade. A Sudam com base no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), elaborou o I PDAM (Plano de Desenvolvimento da Amazônia, 1972-74) e o II PDAM (1975-79). Inúmeros órgãos governamentais foram criados: Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em 1970, a Suduco (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), agência nos mesmos moldes da Sudam, o Radar (Radar na Amazônia), para o levantamento de recursos naturais, Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), IBDE, entre outros.

Inúmeros programas foram elaborados, como os cultivos recursos à Amazônia, destacando-se: PIN (Programa de Integração Nacional) em 1970, programa essencialmente viário, responsável pela construção da Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163), Ferreltrai Norte (BR-210) entre outras; Proterra, em 1971, para redistri-

buição de terras ("Amazônia, terra sem homens aos homens sem terra"), garantindo recursos principalmente às colonizações oficiais do Inbra; Polamazônia, em 1974, priorizando áreas selecionadas para desenvolvimento; Probr para a expansão da produção gomífera, além de subsídios e incentivos fiscais e creditícios.

A Sudam de 1966-81 aprovou 602 projetos, dos quais 191 na área industrial e de serviços e 346 agro pecuários. Baseados nos levantamentos do Radam e outras pesquisas, concederam-se crescentes autorizações de lavra mineral, iniciando-se em 1978 a instalação de hidrelétricas na região. O Inbra concedeu à iniciativa privada participação na colonização, destinando-lhe principalmente o norte-mato-grossense. Em 1978 foi assinado o "Pacto Amazônico", o primeiro documento dos países com áreas da floresta amazônica em seus territórios, com a intenção de promover esforços comuns à destinação sócio-econômica da região.

Fase contencionista (1980-84): a recessão mundial e nacional e distorções provocadas pela política oficial na fase anterior alteraram a estratégia oficial. Entre os objetivos agora há a solução de distorções criadas pelo próprio governo, criando-se para a questão fundiária o Geat (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e Gebam (Grupo Executivo de Terras do Baixo-Amazônia), terminando pela institucionalização do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. O III PDAM (1980-85) priorizou a implantação de infra-estrutura urbana e social nos grandes centros. Também é objetivo a concentração

de recursos em programas de grande e imediato impacto social (como a criação de empregos), através do Polonoroeste, 1980, e Programa Grande Carajás, 1981, e expansão de programas de colonização e regularização fundiária. Além disso há a implantação de projetos de grande escala e impacto econômico imediato voltado à exportação, para retirar o Brasil da crise econômica, como o Programa Grande Carajás e o fomento à exportação de produtos regionais.

Esgotadas as fronteiras espontâneas (ES, BA, PR), tradicionais fornecedores de matérias-primas a baixo custo para as grandes cidades, seria natural a ocupação do Brasil Central (dois milhões de km²), principalmente os cerrados. Segundo estudo da Embrapa o aproveitamento de apenas 25% desta área permitiria a produção brasileira de grãos e carne além de incrementar a produção de madeira, em bases permanentes.

Para a ocupação do Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso do Sul, o governo federal preferiu abrir as fronteiras virgens da floresta amazônica de Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Acre e Pará. Esta decisão acarretou não apenas transformações políticas, mas também considerável impacto social (contato forçado com índios, desalojamento de caboclos, grilagens, conflitos fundiários), ecológico (desmatamento, caça e pesca abusiva), como também econômico. Afinal, fronteiras pioneiras, anteriormente a não mais de mil quilômetros dos grandes centros, agora estavam a 3 mil ou 4 mil, sendo que 2 mil são necessários para atravessar o Brasil Central para se atingir a Amazônia.

Num primeiro momento desinte-

ressado pela Amazônia, o capital nacional aceitou participar de sua ocupação devido aos irrecusáveis benefícios oferecidos pela política oficial. Num segundo momento, principalmente após a consciência dos importantes recursos naturais disponíveis, e a instalação de infra-estrutura mínima pelo governo, e a crescente importância do mercado regional, foi grande o afluxo de capitais à região.

Empresas pioneiras auxiliadas pelo governo foram muito importantes para a abertura de significativas áreas para a expansão da fronteira. No sudeste paraense, leste-mato-grossense, e norte goiano, foram os projetos pecuários os precursores, responsáveis pela abertura de estradas e seu crescente povoamento. No oeste-mato-grossense foi fundamental o papel das empresas privadas de colonização e no oeste de Rondônia o de empresas mineradoras, além de frentes abertas pela atividade madeireira.

Marginalizados pelo processo de desenvolvimento, grandes contingentes populacionais, de forma espontânea, inconformados com a alternativa de terminar seus dias numa favela ou cortiço metropolitano e atraídos pelas histórias e propaganda sobre a nova fronteira passaram a migrar a taxas crescentes para a Amazônia.

J.M.F.

É difícil realizar um balanço preciso, tanto devido à proximidade de tempo, quanto às dimensões regionais de seus problemas e devido à precariedade da maioria dos dados, desinteresse oficial em obtê-los e fortalece-los ao conhecimento público. É possível, entretanto, esboçar primeiras considerações.

Socialmente a Amazônia sofreu o mesmo processo de empobrecimento e de degradação do resto do País. Certamente foram as populações cabocla e indígena as mais prejudicadas. O grande afluxo de migrantes foi o principal motivo para a elevação da população da Amazônia de cinco milhões em 1960 a 12 milhões em 1980, estimando-se 15 milhões em 1985. Na década de 70 o Brasil cresceu 2,8% e a Amazônia 6%.

Apesar de fronteira pioneira e agrícola, 70% da população da Amazônia hoje vive na cidade, em contraste com 70% no campo em 1960. Apenas as capitais são responsáveis por 40% da população regional. Naturalmente estas capitais sofreram crescente deterioração dos serviços urbanos que não acompanharam o crescimento populacional. Belém passou de 400 mil habitantes em 1960 para dois milhões em 1984 e Manaus, de 170 mil em 1960 para 900 mil em 1984. Estes são hoje os mais terríveis focos brasileiros de pobreza, criminalidade, má nutrição e mortalidade infantil.

Imperatriz, Marabá e Cuiabá, em 1960 com aproximadamente 50 mil habitantes cada, em 1984 chegaram respectivamente a 200 mil, 300 mil e 500 mil. Nas fronteiras pioneiras, junto a estradas, garimpos e frentes de obras, nascem vilarejos que rapidamente atingem milhares de habitantes, sem nenhuma legislação ou infra-estrutura urbana. Ao mesmo tempo, antigas cidades ribeirinhas, principalmente as próximas a Belém e Manaus, esvaziavam-se, perdendo quase sua razão de existir.

Na área educacional, apesar de mais de 50% da população não comparecer à escola, menos de 20% do total é atendido por escolas. Mesmo assim a evasão do primário é superior a 50%. Segundo a Sudam, 46% dos professores não possuem formação pedagógica (o dobro da média brasileira), e na área rural este índice é de 90%. Apenas 6% da população entre 15 e 19 anos tem acesso ao 2º grau.

Na área de saúde a situação não é menos precária, sendo insuficientes as redes hospitalar e previdenciária. Há notória carência de pessoal qualificado e elevados índices de mortalidade infantil (em áreas como a cidade de Tucuruí, chegaram a 25% das crianças com menos de um ano de idade). Além das crescentes transformações de novas fronteiras em focos de doenças tropicais.

Há forte deterioração cultural, alterações no papel da mulher, e para a imensa maioria dos jovens do sexo masculino a única alternativa é tornar-se peão (mão-de-obra desqualificada).

A ação precipitada do governo atingiu a meta de valorizar, integrar e popularizar a Amazônia. A grande ressalva, entretanto, é o custo social, ecológico e econômico, quem foi realmente beneficiado por esta façanha e as reais possibilidades de sustentação deste valor e população na região. De um modo geral, a ação governamental foi caótica, sem fundamentação científica, sem consulta à sociedade nacional e sequer conduzida por uma política de longo prazo coerente. As preocupações com o meio ambiente e a população local

foram sempre ambíguas e contraditórias. A política oficial mostrou-se ambiciosa e inconsistente, resultando em benefícios, quase sempre, apenas de pequenos grupos. Difícilmente a Nação saberá o volume de recursos realmente aplicados na Amazônia pelo governo e seu eventual retorno.

Apesar de um discurso preocupado com o desenvolvimento harmônico, a política oficial optou por ocupar a Amazônia sem conhecê-la. Não se esperou nem pelo levantamento de recursos naturais da região, que por sua vez foram muito mais orientados para a descoberta de recursos minerais, potencial hidroelétrico e de terras férteis e madeira do que para um completo levantamento do ecossistema, cadastramento de espécies e verificação do potencial de recursos genéticos e espécies aptas à produção de alimentos, remédios, matérias-primas à indústria e energia.

As legislações fundiária e florestal foram desmoralizadas e desrespeitadas, sem que o governo demonstrasse competência ou capacidade para fazê-las vigorar. A propaganda oficial foi distorcida e o governo não cumpriu a maior parte de suas promessas na área social. A aprovação de projetos como Jari, Transamazônica, projetos pecuários e estradas em áreas indígenas e parques ecológicos ou equivalentes e o caso Capemi não são compreensíveis sem a admissão de fortes interesses de grupos bastante restritos.

A questão fundiária tornou-se um dos principais problemas regionais devido à imprudência oficial em abrir novas fronteiras, inclusive alardeando a existência de terras para todos, sem que tenha sido organizada a estrutura fundiária regional. Hoje, apenas 25% da Amazônia encontra-se discriminada pelo Inbra (no Brasil esta área não excede a 60% do território nacional), correndo o risco de, em poucos anos, a Amazônia inteira estar grilada e apossada. Menos de 5% da região é ocupada por áreas indígenas e parques ecológicos e equivalentes, mesmo assim, a grande maioria destas áreas encontra-se sequer demarcada e salva da ação de grileiros, garimpeiros e madeireiros.

Até a década de 60, a terra possuía pequeno valor, pouco significando seus títulos à população regional. A chegada da frente de expansão transformou a terra em mercadoria de alto valor, criando as personagens do grileiro (quem toma posse da terra com objetivos de revendê-la) e posseiro (quem a ocupa para sobreviver). A indefinição oficial e emissão contínua de títulos de propriedade por diferentes órgãos e a corrupção reinante tornaram muitas áreas zonas de conflitos fundiários permanentes. Não é estranho encontrar municípios que possuam três a quatro vezes sua superfície real titulada.

A capacidade de resolver conflitos, entretanto, é muito menor que o surgimento de novos problemas. O caos fundiário é igualmente importante nas zonas urbanas. A política oficial recente de reconhecimento da posse antes da discriminação da área torna a questão ainda mais grave. A concentração de terras é patente, conforme o sociólogo José de Souza Martins, da USP. Baseando-se nos dados do IBGE, em 1960 os estabelecimentos rurais de menos de 100 ha nas novas terras ocupavam 84,6%, em 1980 eram apenas 5,7% do total. Este crescimento é devido, principalmente, às propriedades de mais de 10 mil ha, que apenas na região Norte representaram 75% das no-

vas terras de estabelecimentos rurais entre 1970-80.

Impacto econômico

Sabe-se que a economia amazônica cresceu muito nestes 20 anos. É difícil, entretanto, obter dados precisos. Segundo a Sudam, a região Norte passou de uma participação de renda interna nacional de 1,9% para 2,7% de 1965-78, e a renda "per capita" da região em relação ao Brasil elevou-se de 50,5% em 1965 para 62,7% em 1978, após cair em 1971 para 47,6%.

Quanto à viabilidade dos projetos públicos ou apoiados pela política oficial, esta é de difícil avaliação. Se fossem computados os custos sociais, ecológicos e econômicos de longo prazo, certamente a maioria dos projetos jamais seria cogitada.

Um resultado é certo: nunca se desperdiçaram tantos recursos naturais no País como na Amazônia, nos últimos 20 anos. Somas astronômicas foram perdidas com a queima e afogamento de florestas, coleta inadequada de produtos florestais e aquáticos, perdas da produção agrícola por falta de acesso, preços, armazenagem e conhecimentos técnicos e erosão e lixiviação dos solos.

Distorções ocorreram também na excessiva concentração de atividades econômicas em grandes centros como Manaus e Belém. O caso do Amazonas é o mais crítico, já que, devido à Zona Franca e à desatenção oficial a outras áreas, a capital hoje responde por 60% da população do Estado e 90% de sua renda. O setor extrativista vegetal perdeu sua importância, substituído por uma agricultura comercial de baixa produtividade e elevados custos de produção. No setor industrial, os empreendimentos de transformação de matérias-primas regionais perderam primazia aos de eletro-eletrônicos e o setor minero-metalúrgico apresentou crescente importância.

Estes últimos anos podem ser considerados catastróficos e alarmantes. O desmatamento, sem dúvida, é a maior transformação do homem na região. Não há sempre vilões neste processo, há muito mais uma enorme falta de respeito, incompreensão e desinformação do impacto causado à natureza. O que se responderia a um recém-chegado colono a um projeto de colonização ávida em construir sua nova vida, que perguntasse se poderia derrubar para ele as 30 castanheiras de seu lote, para facilitar o plantio de milho?

Muito difícil levantar a área precisa desmatada nos últimos anos. É possível, porém, apontar as principais causas: abertura de estradas, instalação de projetos de colonização e agropecuários, melhorias urbanas e viárias, aumento populacional, baixo aproveitamento dos recursos naturais, má utilização dos solos, especulação imobiliária, entre outras. Em Rondônia, por exemplo, a população cresceu 14,9% ano na década de 70, enquanto o desmatamento cresceu 37% ano. A área desmatada em 1975 era de 0,5% de seu território, em 1980 era de 3,1%, ou seja, em apenas cinco anos cresceu 623%.

Uma causa importante de desmatamento é o aumento indiscriminado de pastagens nas áreas de florestas tropicais de terra firme. Mesmo em projetos de colonização onde há todos os estímulos e condições para a produção de culturas perenes, as pastagens ocupam a grande parte das áreas com atividades econômicas, o mesmo ocorrendo nas pequenas, médias e grandes fazendas. Há poucos indi-

cios de que a taxa de desmatamento e destruição do meio ambiente diminuirá nos próximos anos, ao contrário, é cada vez maior o afluxo de migrantes e recursos para a região. A grande causa, a falta de educação do homem perante a floresta tropical, só poderá ser alterada, como se sabe, após longos anos de intensivos esforços educacionais.

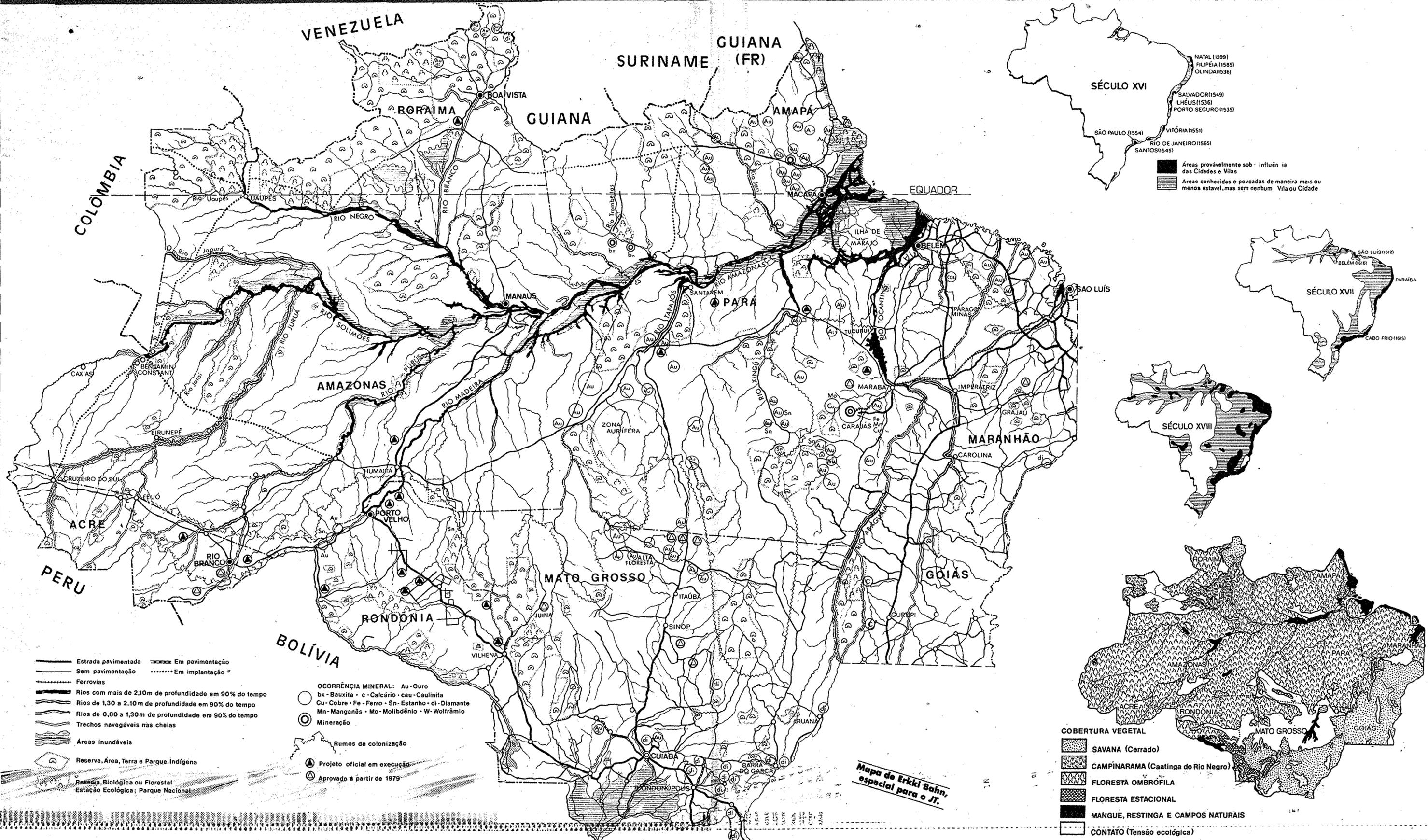
A Amazônia é hoje um dos maiores desafios que a Nação enfrenta. Somos todos responsáveis por tudo que ali ocorrer. Cada hora perdida significa menos dois hectares de mata virgem e 40 novos habitantes na região. É imprescindível encarar este novo mundo de uma nova forma, com mais amor, respeito e compreensão. Sem uma ampla discussão nacional da Ques-

tao Amazônica, seguida de firme determinação oficial, a Amazônia não resistirá por muitos anos.

No momento em que compreendemos a Amazônia, certamente seremos uma nação, no verdadeiro sentido da palavra. A ocupação nacional da Amazônia é a primeira grande contribuição brasileira à humanidade.

J.M.F.

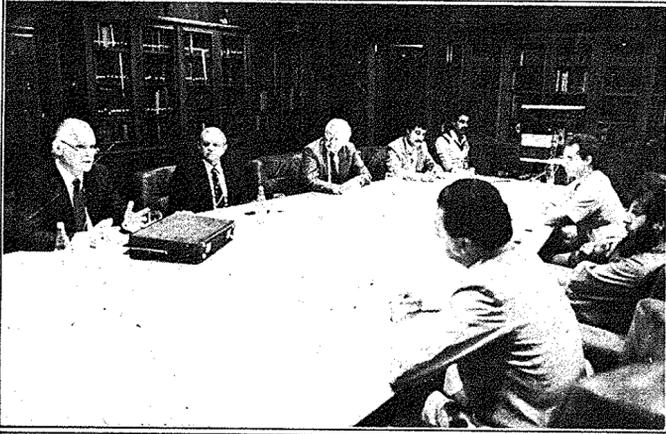
A Amazônia, descoberta e desvendada.



O debate

Extrativismo e Agropecuária

Participaram: Ovidio Gasparato, presidente da Associação das Indústrias e Exportadoras de Madeira do Pará e Amapá; Dalgas Frisch, ecologista; Olacir de Moraes e José Pedreira de Freitas, da Associação dos Empresários da Amazônia.

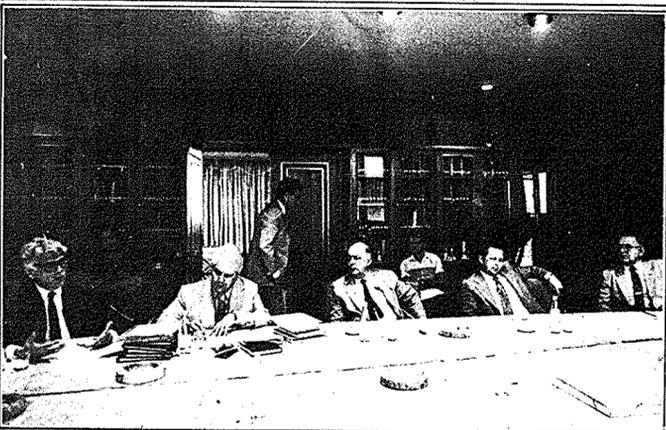
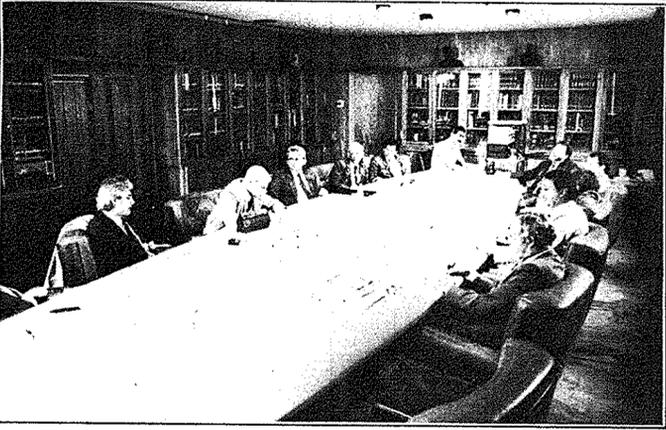


Política fundiária

Debatadores: Dom Luciano Mendes de Almeida, da CNBB; Odair Zanata, do Inera; João Carlos de Souza Meirelles, da Juruena Colonização; o índio Terena, da Funai; Aurio Faleiros, da Funai; e Delmiro Santos, da Escola Superior de Magistrados.

Política tributária

Participação de César Saldanha, da Receita Federal; Alcides Jorge Costa, da USP; José Raimundo Monteiro, da Sudam; José Maria Fabrício do Basa; Ives Gandra da Silva Martins, jurista; Carlos Alberto Longo, da USP; e Roberto Paranhos do Rio Branco, da AEA.



Infra-estrutura e mineração

No debate: Milton de Souza Meirelles Filho, da Brumadinho; Octávio Cavalcante Lacombe, da Paranaapanema Mineração; Sérgio Jacques de Moraes, do IBM; deputado Prisco Viana; Ivan Barreto de Carvalho, do DNPM; e Alberto Oliveira Lima, economista.

Em busca de uma nova Amazônia. Para um Brasil que se renova.

No início desses debates, Jeremias Lunardelli, da Associação dos Empresários da Amazônia, disse que a região poderia ser desenhada como uma linda mulher, perseguida por um feroz caçador que logo a possuiu e a transformou em algo horrendo. O risco que se corre hoje na Amazônia, se houver uma ocupação desordenada. Depois de um período de

mais ou menos 20 anos em que vários estímulos do governo provocaram os empresários para uma atuação decidida na área, parece que chegou o momento de questionar o que foi feito de bom e o que não deu certo. Com isso, a intenção é chegar a delinear uma verdadeira política de ocupação. E só mesmo por meio do debate — uma via essencialmente

democrática — é que se pode descobrir as várias correntes de pensamento e colocá-las em confronto. "Só assim — dizia Jeremias Lunardelli ao se abrir a série de quatro debates —, conquistaremos efetivamente maior conhecimento, não só o que estamos angariando no contato dos nossos empreendimentos, mas o conhecimento também adquirido por gerações que ali atuam

há muitos séculos." A iniciativa do Jornal da Tarde, e da Associação dos Empresários da Amazônia, portanto, colocou juntos representantes das várias correntes interessadas no desenvolvimento da Amazônia para se conhecer melhor essa imensa região, que representa a reserva do Brasil — e do mundo. Ao longo dos quatro debates, estiveram juntos representantes dos em-

presários que já atuam na região, seja dos segmentos de pecuária, agricultura ou extração. A Igreja, o índio, especialistas em Direito Tributário e em política fundiária. De todos, aproveitou-se a experiência própria e as idéias para uma nova Amazônia — uma região que pode simplesmente duplicar (quando não triplicar) a produção de alimentos do

País, além de fornecer riquezas que coloquem o Brasil no mundo como potência. Desse debate, espera-se, saíram idéias para o novo governo do presidente Tancredo Neves. Simples subsídios, talvez. Mas é um esforço concentrado de gente interessada no desenvolvimento do Brasil na busca de um novo país — um país que começa na Amazônia.

Alimentos e produtos para o mundo: como fazer o futuro.

Ao se iniciar uma nova fase política no Brasil — e próximo de um novo milênio — a questão do extrativismo e da agropecuária na Amazônia é uma das mais importantes. Com alimentos e produtos, a Nação pode não só se desenvolver internamente como se colocar na posição de provedora do mundo. Uma posição estratégica.

Para este debate, o Jornal da Tarde reuniu vários especialistas. Olacir de Moraes é empresário, implantou cinco projetos de pecuária na região, além de um outro para a produção de álcool. No momento, trabalha para implantar soja numa área entre 50 mil e 60 mil hectares. Ovídio Gaspareto, industrial, reside em Belém há mais de 15 anos; é presidente da Amazonex S.A. e representa, neste debate, a Associação das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado do Pará e do Território do Amapá.

José Carlos Pedreira de Freitas, empresário de porte médio, atua na Amazônia como produtor de cacau (em Rondônia) e tem uma empresa de assessoria em projetos. Finalmente, Dalgas Frisch, notório por sua atividade na área de preservação ecológica; ele teve seu primeiro contato com a Amazônia em 1960, procurando aves e gravando o canto do uirapuru. Viajou pelo mundo inteiro, sempre com a atenção voltada para a ecologia.



Pedreira de Freitas



João Meirelles Filho



Olacir de Moraes: o momento do grande salto.

"O novo ciclo que ora se inaugura traz à Nação brasileira promessas e expectativas. As promessas de plena vida democrática convertem-se na esperança de um amplo debate dos principais temas, que implicarão no desenvolvimento da Nação como um todo.

Fala-se na Constituinte, no combate à inflação, na renegociação da dívida, no controle da dívida interna e na reforma agrária, que se inserem no contexto do estabelecimento de uma política fundiária econômica, social e ecológica para o uso da terra.

Neste tema, ocupando papel de destaque, virá fatalmente o debate da ocupação amazônica. A nova Amazônia na Nova República. Esta oferece-se ao debate com um novo perfil, embora de dimensões continentais, com extensas áreas de absoluto vazio populacional, tornou-se mais conhecida.

A moderna ciência de que dispomos nos propicia informações suficientes para que seja evitado um uso meramente extrativista-predatório, que poderia comprometer seu futuro, penalizando as próximas gerações.

Isso só poderá ser obtido através de amplo debate nacional, como o que temos oportunidade de assistir por iniciativa do Jornal da Tarde, com o apoio da Associação dos Empresários da Amazônia e com o necessário envolvimento da comunidade brasileira.

Além dos componentes técnicos disponíveis, constata-se o surgimento de uma participação mais agressiva da classe política regional, hoje verificando sua presença permanente no noticiário nacional, trazendo à



Lunardelli: um novo ciclo.

opinião pública maiores esclarecimentos sobre a realidade da Amazônia.

Da mesma forma, federações, sindicatos e associações de classe ampliaram seus horizontes, empresários e trabalhadores conquistaram experiências concretas nos mais diferentes segmentos de produção e terão sem dúvida contribuições valiosas a acrescentar ao sadio debate, que há de prosperar no saudável ambiente da Nova República.

Jeremias Lunardelli Neto
Presidente da Associação dos Empresários da Amazônia.



Ovídio Gaspareto

impressão de que essa discussão, que predomina por muito tempo deixa de existir. Talvez as gerações, daqui para a frente, tenham a oportunidade de discutir a partir desse fato: quais seriam as formas, os meios e os instrumentos de se regular o processo, ou a velocidade dele. Como buscar a maior compatibilização possível no processo de ocupação e de incorporação da Amazônia ao uso da humanidade.

Feita essa primeira colocação, eu acho que, se é esta a situação, temos de passar a reivindicar o que tem sido lugar comum nessas questões: uma política de ocupação da Amazônia. Se se definiu que ela tem de ser ocupada, o objetivo agora é buscar a melhor forma de fazê-lo, buscando definir essa política de ocupação. Estamos numa nova fase deste país, uma fase nova de se pensar o Brasil. Tenho a impressão de que para se pensar na reformulação dessa política há que se envolver tudo e todos, particularmente o que a gente tem chamado de "os amazônicos". Evidentemente que os empresários, do Sul ou Centro-Sul que estão na Amazônia, têm muito para oferecer, nós, particularmente, sentimos que podemos contribuir e transformar aquela realidade. Agora, além de sermos ouvidos, queremos que se busque a forma mais adequada possível de se envolver todas as entidades interessadas pois não há como continuar com o processo a reboque dos acontecimentos.

Então, para a formulação de uma política para a Amazônia, deve ficar bem claro que se houver oportunidade de se comprometer e se envolver todas as entidades e segmentos, terá sido uma boa política. Daí para a frente haverá ajustes, redirecionamentos feitos a propósito do próprio curso dinâmico dos acontecimentos.

Dentro do que a gente sentiu — e que talvez seja a única forma do pequeno e médio empresário se viabilizar na Amazônia — está a socialização do capital. Ao invés de ter um pedaço de terra relativamente grande na mão de 4 ou 5 empresários, nós invertimos o processo. A Amazônia exige muito capital, é cara, é difícil, com margem de risco muito grande. Então nós estamos trabalhando com áreas bem menores, com muita gente, muitos sócios interessados nessa área, que tornou possível capitalizar o investimento, trabalhando intensivamente.

Nós temos de aprender de novo, o fato é que aprendendo se vai ocupando e se vai recuperando a Amazônia.

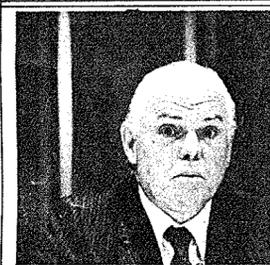
Gaspareto — Eu diria que nós temos de nos conscientizar de que a Amazônia está despertando, acordando desse "berço esplêndido" do Brasil. Está chegando o nosso momento, mas não estamos ainda devidamente preparados. Acho que um país é composto de governo, políticos, trabalhadores e empresários; cada um com sua cot

parte de responsabilidade no desenvolvimento harmônico da comunidade. Cada um com obrigações inalienáveis ao mesmo tempo que com direitos a ser indiscutivelmente reconhecidos. Acho que um dos nossos direitos, mais do que isso, uma obrigação como empresários, é chegar ao novo governo e, ao invés de cobrar coisas, levar a ele o nosso sentido obrigatório de participação. De começar a lutar de uma vez por todas e não aceitar fatos consumados de soluções burocráticas ou tecnocráticas para os problemas brasileiros.

Acho que o Brasil, na dinâmica do mundo moderno, é um País que tem de produzir alimentos, alimentar seu povo, melhorar e elevar o padrão de vida do seu povo, quer em higiene, saúde ou cultura. E, fundamentalmente, enfrentar o fantasma da dívida externa, o que só pode ser feito através de exportações cada vez maiores, sem prejuízo da economia interna e do abastecimento nacional. Mas isso só se consegue com agressividade, com determinação e temos o exemplo do Japão que, apesar de massacrado por duas bombas atômicas, transformou-se na segunda ou terceira maior economia do mundo. É claro que é uma outra cultura, diferente da nossa, mas conseguimos com o esforço de solidariedade e convicção de sua gente. Mas nós, os empresários, somos uma elite em termos de capacidade e acredito que estamos sendo extremamente acomodados, nos deixamos envolver por conformismos.

Devemos ir a este governo e estabelecer junto com ele — não lhe perguntar — nossa crítica de construção de uma política para a Amazônia. Política essa que terá de se adaptar a cada momento, como Pedreira muito bem disse, às circunstâncias. Ter de derrubar tudo, ou a metade, plantar tudo ou a metade; temos de nos adaptar para conhecer. Estamos indo para uma região totalmente desconhecida, nova, que é um desafio até certo ponto hostil por sua imensidão geográfica e características dispersas. Acho, então, que essa participação deve ser adaptada ao tempo e ao espaço. Empresário e governo de mãos dadas. Mas nós devemos lutar e batalhar para isso.

A atividade madeireira, por exemplo, eu considero um problema de responsabilidade no desenvolvimento harmônico da comunidade. Cada um com obrigações inalienáveis ao mesmo tempo que com direitos a ser indiscutivelmente reconhecidos. Acho que um dos nossos direitos, mais do que isso, uma obrigação como empresários, é chegar ao novo governo e, ao invés de cobrar coisas, levar a ele o nosso sentido obrigatório de participação. De começar a lutar de uma vez por todas e não aceitar fatos consumados de soluções burocráticas ou tecnocráticas para os problemas brasileiros.



Dalgas Frisch

precisamos ter uma conversa real e franca para ver o que dá para salvar do que nos resta, sem olhar para o passado em busca de quem cometeu erros. Vamos salvar o que resta dentro de uma realidade econômica.

Vejam o problema de uma fazenda qualquer que tem, em sua área, determinados locais onde, em certas épocas do ano, determinadas aves se reúnem para procriar como aconteceu com um fazendeiro a quem demos o título de "conservacionista do ano": tinha 70 emas na fazenda dele.

A preservação tem um custo para o fazendeiro uma vez que na área a preservar não se pode plantar e ele deixa de lucrar com ela. Como ele acredita que aquela dávida veio de Deus e não cabe a ele nem aos filhos dele destruir tudo, ele precisa aprender a viver rentavelmente em harmonia com a natureza. Nesses casos, nossa associação verificou que na África e nos Estados Unidos não se paga imposto territorial por tal área.

Mas nossas leis são diferentes pois, se alguém quiser preservar um trecho de sua fazenda, um lugar onde as árvores abrigam tuacanos, arinambés ou outras aves, vai descobrir que o ITR será cinco a seis vezes mais alto para essa área. Daí o fazendeiro se vê obrigado a derrubar tudo e plantar eucalipto, acabando com o habitat das aves.

Dalgas — Todas as viagens que fiz me deram um ponto de vista diferente. Aprendi — porque a gente só vai aprendendo, não sabe nada — que no Brasil inteiro, se você somar todos os parques nacionais, há cerca de 0,5% do nosso território em parques, e proteger dois mil espécies de aves numa área dessas é pura poesia, está fora da realidade. Se se quiser mesmo proteger as aves e os animais é preciso usar os 99,5 restantes que estão nas mãos dos particulares. Então cheguei à conclusão de que há necessidade de participação dos particulares. Mas como, se as leis eram todas contra isso?

Nas nossas fazendas, do Pantanal do Mato Grosso, ou do Araguaia, temos animais em extinção como o cervo, e é proibido matá-lo. Mas quem mata o cervo não é o dono da fazenda, mas o empregado, às vezes só para fazer uma cinto. Por que ele mata? Porque não há ninguém para impedi-lo. Mas um cervo desses, um antilope, vale dez mil dólares no Zoológico de Frankfurt. Se o dono da fazenda pudesse ter lucro com as crias desses animais que pertencem ao governo — como acontece na África — ele jamais permitiria que o empregado matasse um cervo daqueles.

Na África é assim, o capital é do Estado, mas os juros são de quem cuida bem do capital do Estado. Então é preciso haver uma política para que o dono da fazenda, ao preservar, tenha direito aos lucros dessa preservação. Nos Estados Unidos, por exemplo, o que deu certo foi exatamente uma integração entre governo e associações particulares. Um dos projetos mais sensacionais que funcionaram foi o "Fundo do Falcão Peregrino". De cerca de quatro mil falcões peregrinos nos Estados Unidos, restaram só 20 casais. Com a criação do "Fundo" eles foram criados artificialmente e cada ovo custa hoje 2 mil dólares; estão soltando 200 falcões por ano e assim eles estão retornando à natureza.

Dalgas Frisch:
o único meio de conservar a Amazônia é dar para os empresários os benefícios sobre a produção da natureza.

precisamos ter uma conversa real e franca para ver o que dá para salvar do que nos resta, sem olhar para o passado em busca de quem cometeu erros. Vamos salvar o que resta dentro de uma realidade econômica.

Vejam o problema de uma fazenda qualquer que tem, em sua área, determinados locais onde, em certas épocas do ano, determinadas aves se reúnem para procriar como aconteceu com um fazendeiro a quem demos o título de "conservacionista do ano": tinha 70 emas na fazenda dele.

A preservação tem um custo para o fazendeiro uma vez que na área a preservar não se pode plantar e ele deixa de lucrar com ela. Como ele acredita que aquela dávida veio de Deus e não cabe a ele nem aos filhos dele destruir tudo, ele precisa aprender a viver rentavelmente em harmonia com a natureza. Nesses casos, nossa associação verificou que na África e nos Estados Unidos não se paga imposto territorial por tal área.

Mas nossas leis são diferentes pois, se alguém quiser preservar um trecho de sua fazenda, um lugar onde as árvores abrigam tuacanos, arinambés ou outras aves, vai descobrir que o ITR será cinco a seis vezes mais alto para essa área. Daí o fazendeiro se vê obrigado a derrubar tudo e plantar eucalipto, acabando com o habitat das aves.



A destruição da mata: um perigo que deve ser evitado e, por isso, levado em consideração em qualquer projeto para a região.

Gaspareto — Através da experiência adquirida ao longo desses 35 anos de atividade na indústria madeireira e em meus 12 a 14 anos na Amazônia verifiquei as dificuldades passíveis de remoção. O regime de chuvas, por exemplo, pertence à natureza, ninguém pode fazer nada. Mas há coisas que podem e devem ser feitas no sentido de obter o máximo rendimento econômico com o mínimo de custo operacional para a indústria madeireira. O que traria as maiores vantagens sociais para a comunidade onde ela exerce suas atividades e com a indispensável reposição florestal. Isto é, com o reflorestamento obrigatório através de parâmetros que ainda não foram definidos nem na Amazônia, nem no resto do Brasil. Este é o meu ver, um pecado muito grande que o governo brasileiro vem cometendo desde 1940, quando foi criado o Instituto Nacional do Pinho para a região Sul. Mesmo depois de transformado no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, ele não estabeleceu, até hoje, uma política de reflorestamento ideal para o Sul, em termos de zoneamento ou de espécies a serem reflorestadas.

É preciso que se estabeleça uma política de reflorestamento dentro das características ideais da Amazônia que não será evidentemente, a de abater uma floresta e depois plantar espécies exóticas. Uma proposição seria a de manter a floresta permanentemente, com sua reserva de suprimento inalterada. Outra seria de zoneamentos na região, o que já existe, no estudo da dra. Clara Pandolfo, da Sudam. Ela zoneou mais ou menos sete oito ou nove áreas em toda a Amazônia onde seria adequado, aconselhável a industrialização das madeiras, de acordo com características regionais geográficas, rios, riqueza florestal, facilidade de transporte, etc. Mas esse estudo, feito há oito ou dez anos atrás, está engavetado em ministé-

Isso tem de acabar, não é realidade. Não quero dizer que todo mundo use isso para deixar de pagar imposto, mas é preciso sintonizar numa mesa, o indivíduo dizendo quem é, o que quer e a coisa ser uma realidade. É preciso bom senso e não o autoritarismo de leis postas no papel que não correspondem às necessidades e realidades do Brasil.

Jeremias — Eu diria que continuamos a acreditar que a pecuária tem uma vocação extraordinária na Amazônia, tem muito futuro. Sentimos também que sua implantação deverá vir aliada à preocupação com os aspectos sanitários. Hoje, ainda vivemos lá num verdadeiro paraíso, no que se refere aos aspectos sanitários, porque as pastagens são relativamente novas e, por estarem cercada de matas, sem contaminação e disseminação de doenças muito frequentes no Centro-Sul. A aftosa, por exemplo, quase não existe, o berne não existe e o rebanho por isso vem-se desenvolvendo com possibilidades muito boas. Mas, se não tomarmos os cuidados necessários, as doenças poderão deslocar-se para lá e um ambiente hoje tão propício ao desenvolvimento dos animais poderá se tornar-se propício ao desenvolvimento dessas doenças. Sentimos que é extremamente importante que o governo discipline o acesso de novos rebanhos à região, formando bolsões sanitários e, com isso, impedindo o acesso de doenças que grassam no Centro-Sul. Com esses cuidados sanitários, abriremos as portas do mercado internacional para a carne brasileira, que hoje não é aceita nos mercados dos Estados Unidos, do Japão e de parte da Europa porque temos aqui o problema da aftosa.

A pecuária não parece ser a atividade fundamental para o primeiro contato com a região. Ela se implanta com uma estrutura relativamente modesta, uma tecnologia que dominamos e a mão-de-obra de que já dispomos. Ao se fixar um núcleo de pecuária, nós teremos assim a oportunidade de viabilizar outros tipos de atividade como a agricultura, a exploração mineral, já com um suporte de alimentos, já com um apoio logístico para o desenvolvimento de outras atividades.

Os ecologistas têm criticado muito a presença da pecuária na Amazônia, dizem que não seria a cultura mais adequada para a região. Eu discordo plenamente por achar que há diversas matas de transição que não possuem madeira adequada para exploração econômica e que podem perfeitamente ser substituídas por gramíneas e contribuir com uma produção econômica muito boa.

JT — Seria bom se a gente centrasse o debate nos métodos para o grande salto ou para o momento seguinte de todo o panorama traçado aqui que é, realmente, muito amplo e que seria inegável se a gente se dispusesse a penetrar profundamente.



A destruição da mata: um perigo que deve ser evitado e, por isso, levado em consideração em qualquer projeto para a região.

Gaspareto — Através da experiência adquirida ao longo desses 35 anos de atividade na indústria madeireira e em meus 12 a 14 anos na Amazônia verifiquei as dificuldades passíveis de remoção. O regime de chuvas, por exemplo, pertence à natureza, ninguém pode fazer nada. Mas há coisas que podem e devem ser feitas no sentido de obter o máximo rendimento econômico com o mínimo de custo operacional para a indústria madeireira. O que traria as maiores vantagens sociais para a comunidade onde ela exerce suas atividades e com a indispensável reposição florestal. Isto é, com o reflorestamento obrigatório através de parâmetros que ainda não foram definidos nem na Amazônia, nem no resto do Brasil. Este é o meu ver, um pecado muito grande que o governo brasileiro vem cometendo desde 1940, quando foi criado o Instituto Nacional do Pinho para a região Sul. Mesmo depois de transformado no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, ele não estabeleceu, até hoje, uma política de reflorestamento ideal para o Sul, em termos de zoneamento ou de espécies a serem reflorestadas.

É preciso que se estabeleça uma política de reflorestamento dentro das características ideais da Amazônia que não será evidentemente, a de abater uma floresta e depois plantar espécies exóticas. Uma proposição seria a de manter a floresta permanentemente, com sua reserva de suprimento inalterada. Outra seria de zoneamentos na região, o que já existe, no estudo da dra. Clara Pandolfo, da Sudam. Ela zoneou mais ou menos sete oito ou nove áreas em toda a Amazônia onde seria adequado, aconselhável a industrialização das madeiras, de acordo com características regionais geográficas, rios, riqueza florestal, facilidade de transporte, etc. Mas esse estudo, feito há oito ou dez anos atrás, está engavetado em ministé-

ria, morando em prateleiras. Não é algo que traga proveitos políticos. O Brasil é um país muito imaturo nesse tipo de coisas e muito irresponsável também, falando da comunidade como um todo. Precisariamos empurrar, desengavetar o que está já muito amadurecido e avançado, só faltando burilar, recompor, reexaminar para zoneamentos de exploração florestal.

E para que serviriam esses zoneamentos? Para tornar a indústria o mais econômica possível, pela própria sobrevivência da nossa indústria madeireira. Deparamos com fatores de concorrência internacional extremamente adversos para nós. A Amazônia tem mais de cinco mil espécies já catalogadas, mas não há venda comercial de mais de 20 espécies, talvez 25. Outro inconveniente são nossas distâncias continentais. Na Indonésia, nossa concorrente, uma serraria não fica a mais de 300 quilômetros do porto, enquanto nós podemos distar até mais de 2.500 quilômetros antes de iniciar a viagem para o Exterior. E como o Brasil é um país que restringe suas importações, frete marítimo daqui para os grandes mercados é muito alto, não há haver carga de retorno. O Brasil não importa, só quer exportar, o que é uma política errônea, pois não se pode fazer comércio numa mão só.

Criando esses zoneamentos poderíamos ter um custo operacional mais baixo e assim ter maior capacidade de concorrer no mercado externo e também minimizar o investimento do industrial da madeira. Falo do industrial da madeira, não do especulador nômade que hoje corre aqui e tira um pouquinho, depois muda para outro ponto. Existindo o zoneamento o governo fará uma concessão ao industrial que, então, irá arrendar a terra do Estado por um determinado período, dentro de normas, regulamentos e parâmetros estabelecidos conjuntamente pelo governo e pelas entidades de classe a que pertence aquela in-

O debate

Indústria. Sem necessidade de investir seus já escassos recursos na aquisição de terras, o empresário terá mais recursos para melhorar sua tecnologia de produção.

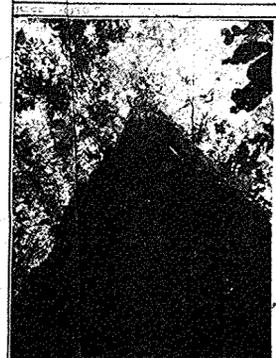
Nós temos o que eu chamo de "o custo amazônico da produção". É um custo de seis meses de chuva, dos mil e poucos quilômetros da floresta até a indústria, de trazer a mão-de-obra especializada do Sul pagando quatro ou cinco vezes mais. Com os zoneamentos teríamos as condições mínimas necessárias para manter nossa indústria funcionando de forma competitiva sem viver dos favores oficiais.

Outro aspecto que considero fundamental é o da exportação de toras. Há 12 anos atrás quando me mudei para Belém essa exportação era permitida e eu levantei a bandeira conseguindo do governo, na época, que a proibisse. Foi até ameaçado por firmas estrangeiras por isso.

Hoje, a Resolução 138, o Comunicado 53 do Banco Central e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal estão permitindo a exportação de toras que poderia até ser permissível, mas dentro de parâmetros extremamente limitados. No entanto, existe hoje uma missão do IBDF na China comunista vendendo e fazendo contratos de exportação de toras o que vai ampliar em muito a devastação florestal da Amazônia. Tudo porque, desgraçadamente, o ser humano é dilapidador, ambicioso, egoísta e predador.

Considero também fundamental, e não só do ponto de vista da indústria madeireira, a reformulação total da Sudam como instituição. É uma instituição que, a meu ver, foi um órgão propulsor, uma sapueta, na fase inicial de sua criação através de incentivos fiscais. Mas, apesar de toda a sua boa intenção, está longe de conseguir vantagens e benefícios que ela se propôs a trazer para a região amazônica. Ela parou no tempo, não se modernizou ao longo desses 20 anos de atuação. Não se adaptou e acomodou-se — para não usar uma palavra mais pesada — no interesse, muitas vezes subalterno, daqueles que possam dirigí-la. E não há nenhum órgão governamental que por lei possa fiscalizar a Sudam. Nenhum. Até o governo está ajeito a um tribunal de contas, mas a Sudam não está sujeita a nenhum.

Não alguém resolvia montar uma indústria de madeira, alguém que nunca ouvira falar disso, sem nenhum preparo, e conseguia porque havia dinheiro fácil. E, com projetos muito bonitinhos, bem apresentáveis, arrumadinhos, tipo "cinemacope", "tecnicolor", conseguia uma verba que não levava ao objetivo final de desenvolvimento equilibrado da região, com indústrias que permitissem o maior número de empregos e maior sucesso econômico, social e político da Amazônia.



Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Então acho que a Sudam é um órgão que, no contexto global de desenvolvimento da Amazônia, deve ser alvo de sugestões ao governo para sua total reformulação à luz do aprendizado desses 20 anos e das exigências da Amazônia de hoje.

Jeremias — Você fez uma crítica àquele explorador itinerante, o que realmente procura tirar a madeira sem a preocupação de reposição. Num certo sentido, o indústriar de madeira não é conveniente? Porque ele, ao adquirir a madeira deste indivíduo, está sabendo que o indivíduo não é dono. Como poderíamos impedir esse fato que me parece extremamente grave?

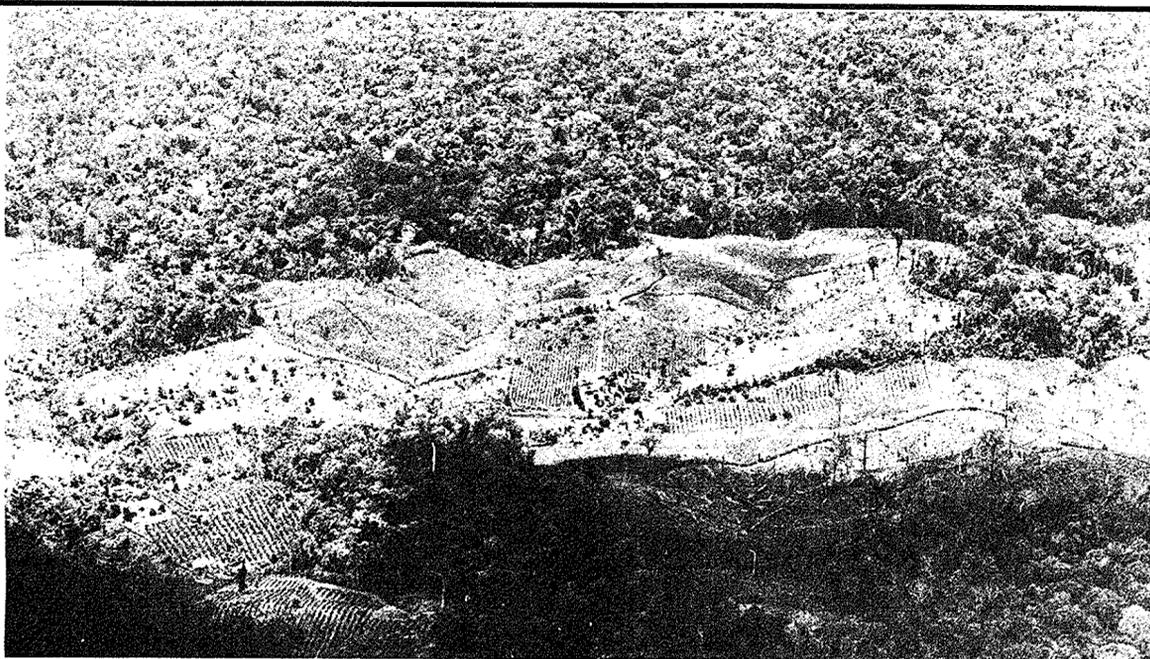
Gaspareto — É extremamente grave. É comum na Amazônia a convivência, ainda hoje fria, de contratos de fornecimento de matéria-prima de um indivíduo que não tem terra e que vai avançar na terra do vizinho porque a região é tão vasta e tão sem fiscalização.

João — Esse zoneamento que você fala seria feito nesse sentido?

Gaspareto — O zoneamento seria uma solução daqui para a frente. Não se pode reverter a situação já existente, pode-se criar normas para a nova situação. Com relação aos anteriores é preciso efetivar a fiscalização. As normas já existem. Já se disse que o Brasil tem todas as leis necessárias menos uma: a que faça cumprir todas as outras. Por exemplo, você tem uma indústria madeireira legalizada, registrada no IBDF, mas não tem a matéria-prima própria, não tem a sua área florestal, então você compra de mim. Existe uma norma no IBDF que exige que eu faça um contrato de fornecimento de matéria-prima para você. Eu faço o contrato. Acontece que o IBDF não vai fiscalizar para ver se eu realmente tenho uma área de minha propriedade de onde vá retirar a madeira para fornecer a você.

O presidente do IBDF disse que é impossível controlar o Brasil com as obrigações que lhe são feitas. É verdade. Ele tem de controlar flora, fauna e floresta — disponível lá, de talvez 20 ou 30 fiscais.

Jeremias — A mercadoria fluindo por pontos bastante estrito-



O clima da região Amazônica é o melhor aliado dos produtores

tos, estrangulados, não seria possível exercer aí um controle?

Gaspareto — Não, não são estrangulados. A Amazônia é uma vasta cadeia de canais, não há condições de pegar a madeira em trânsito, só na origem, no contrato, com a eficácia da norma. O indivíduo precisa da transcrição do registro de imóveis de sua propriedade. Mas acontece que a Amazônia é tão grande que ele mostra ter uma área de 10, mas vai tirar de uma área de 50, que não é dele. E não há quem vá fiscalizar se ele está tirando da área dele ou não.

João — Nesse caso, não seria melhor concentrar e regularizar a exploração florestal numa só área?

Gaspareto — Como eu lhes disse, o zoneamento proposto pela dra. Clara Pandolfo resolveria o problema daqui para a frente. Mas as indústrias que já existem? Não se pode fechá-las, eliminá-las, negar-lhes o direito de continuar existindo. Poderão não avançar, como estão fora das áreas zoneadas, mas continuarão existindo até esgotarem os seus recursos ou desistirem da atividade.

Pedreira — Eles alegam a inaplicabilidade do zoneamento, dada a situação que já existe.

João — Acontece que o que existe é muito pequeno face ao potencial total.

Pedreira — Que a gente vem defendendo.

João — O maior problema é daqui para a frente.

Gaspareto — Mas o problema se agrava agora com essa exportação indiscriminada de toras.

Jeremias — Essa exportação de toras, pelo que eu soube, se destina a um novo mercado para o qual, no momento, o Brasil não exporta coisa alguma. Isso seria uma justificativa válida?

Gaspareto — É válido do ponto de vista de quem quer exportar a tora. E como dizia Machado de Assis: "a ótica depende de se você está na ponta ou no cabo do chicote" (risos).

Fora de brincadeira, o argumento não procede, porque nós vamos criar problemas seríssimos de reclamações desses embarques. Porque daqui até a China são 45 dias de viagem de navio e quase todas as essências florestais são de madeiras moles, leves, madeiras que vão bichar, carunchar, apodrecer no meio do caminho. E se pensarem em preservar essa madeira com agrotóxicos, com imunizantes, vamos poluir a Amazônia, porque essa madeira vem boiando pelos rios. Vamos colocar veneno em milhões de toras, jogá-las na água para irem boiando até pontos de coleta, onde então serão coletadas por navios de 10 ou 20 toneladas. Não faz o mínimo sentido. Vamos ter mil outros problemas além desse. Virão as reclamações do exterior e com elas será abalada a reputação e o conceito do Brasil como exportador do produto. Digamos que eu vá à China vender o meu produto, uma casa pré-fabricada. Eles dizem: o Brasil? Lá de onde vem a madeira podre? Eu não quero.

"Não se pode reverter a situação já existente. Deve-se criar normas para a nova situação. E efetivar a fiscalização." (Ovidio Gaspareto)

Vejam então as várias consequências: o fator ecológico, a devastação florestal, a repercussão na reputação comercial e por aí fora. Agora isso é controlado por alguns políticos influentes, etc.

Olacir — Com a exposição do nosso amigo Gaspareto estamos vendo como são complexos os problemas do Brasil, pois o mesmo zoneamento, que deveria ser aplicado no caso da madeira, seria total-

mente inoportuno com relação à agricultura. Não achamos que a agricultura deva ter nem um zoneamento nem um controle sobre o produtor do que ele deva fazer. Esse tipo de procedimento tem levado a agricultura do País à estagnação total.

O fato é que a Amazônia está pronta para receber a agricultura, muito pouco se terá de fazer. Mas entre o que não se deve fazer, para que tenhamos uma grande produção agrícola, está justamente o famoso controle que diz ao agricultor o que plantar, onde, como e quando. Para isso nós já temos as universidades que ensinam as normas a ser seguidas, as variedades de plantas a ser usadas.

"O reflorestamento deve ser obrigatório. Mas os parâmetros não foram definidos para a Amazônia ou para o resto do País." (Ovidio Gaspareto)

Gaspareto — Nem um zoneamento, vamos dizer, ecológico? Em termos de áreas próprias ou inaptas?

Olacir — Quando falamos da Amazônia, evidentemente não nos referimos a toda a Amazônia, porque existe uma grande parte dela onde o índice pluviométrico é de tal ordem que nem se cogita de agricultura, a não ser coisa muito específica, como arroz. Quando falamos de Amazônia, falamos em fraudas da Amazônia: Mato Grosso, Rondônia, Acre, ou seja, regiões onde ainda há aquele período que não chove e onde a chuva tem um determinado limite. A região onde chove o ano todo não serve. É evidente, tendo em vista o tamanho da Amazônia, que não podemos encará-la como um todo.

Esse problema do controle tem amarrado demais o desenvolvimento da nossa agricultura. E um caso diferente, talvez, o da madeira que eu não conheço.

Gaspareto — Muito diferente.

Olacir — Estou apenas lembrando aqui que não se pode aplicar à agricultura a mesma política que se aplicaria à extração de madeira. É totalmente incompatível.

Gaspareto — Incompatível.

Olacir — São casos totalmente diferentes.

Jeremias — Olacir, sua experiência na agricultura é a de um empresário que atua com grandes empreendimentos e leva o respaldo de uma equipe técnica que trabalha na sua própria empresa. Pergunto a você como se viabilizaria na Amazônia o pequeno e o médio produtor? Eles teriam essa retaguarda para poder desenvolver também seus empreendimentos?

Olacir — Temos um número enorme de pequenos produtores na Amazônia. O que acontece no Brasil é que, devido ao seu tamanho, com as áreas que tem disponíveis, há necessidade de grandes empresas produtivas. Não a empresa que vai lá comprar terra e deixar parada esperando valorização. Mas a grande empresa é válida porque promove pesquisas, faz convênio com facultades, com todos os setores que possam colaborar e o resultado obtido é automaticamente transferido para todos os vizinhos. Porque no setor agrícola, no setor pecuário, é diferente do setor comercial. Não existe segredo, o problema de mercado em que cada um procura preservar para si as descobertas e conquistas. Pelo contrário, todos transmitem e até procuram levar as informações para todos os demais, vizinhos, ou quem quer que esteja interessado naquilo.

Dalgas — Posso fazer uma pergunta? A soja é uma agricultura que exige bastante defensivos agrícolas, então eu pergunto a se-

nhor, as pessoas que o assessoram nesse ponto o informam corretamente do assunto ou só lhe mostram as toneladas de soja? Não esconderiam do senhor se acontecesse de morrerem toneladas de peixes porque choveu sobre a soja e o inseticida foi todo para o rio? Ou se aviões pulverizando defensivos matam milhares de aves? Porque eu vi muito disso sobrevoando fazendas, verdadeiros massacres de pássaros a cada vôo de aviões agrícolas.

Olacir — Temos diversos aspectos que devem ser encarados. Em primeiro lugar, a população brasileira há 30 ou 40 anos era de 40 milhões de habitantes e hoje são 120 milhões. Então, se não quisermos abrir áreas novas para plantar, teríamos imediatamente que parar de ter filhos, porque esse pessoal tem de comer, porque senão será a miséria total e o país vai à bancarrota.

Agora, partindo do princípio de que nós não optamos pelo controle demográfico, precisamos aumentar a produção de alimentos. E para isso é impossível não usar esses defensivos agrícolas, não só para a soja, mas para qualquer outro produto. Os gafanhotos que atacam lá na Amazônia, em três ou quatro dias não deixaram um só pé de soja. Quer seja uma área de dez, 20 ou 30 mil hectares, quando uma praga ataca é uma calamidade absolutamente incontrolável. Ou se usa o defensivo ou se perde tudo e ainda por cima se arrasa uma região toda pois a coisa vai passando de lavoura para lavoura.

"O mesmo zoneamento que se aplica no caso da madeira seria inoportuno para a agricultura." (Olacir de Moraes)

Respondendo à sua pergunta, digo que basta se preocupar com o aspecto econômico e já se verá que não vale a pena usar mais que o estritamente necessário em defensivos agrícolas. Não estamos jogando dinheiro fora e numa quantidade muito grande, pois hoje a defesa contra pragas e as ervas daninhas custa muito mais caro que a própria adubação. E a empresa tem técnicos bem preparados e muito bem pagos justamente para usar bem os recursos dela.

Mas, em termos de Amazônia, ainda não falta uma grande conscientização? Não se está indo muito precipitadamente para a Amazônia?

Olacir — Falta conscientização sim, não só na Amazônia, mas, no Brasil inteiro e em muitos lugares. Os problemas são sérios. Nosso agricultor que vai para a Amazônia está, às vezes, despreparado para produzir bastante, sem agredir a natureza e com economia. Por isso a grande empresa, a universidade, têm um trabalho tão importante de conscientizar os pequenos agricultores.

Dalgas — O senhor deve sentir alguma coisa ao ver milhares de pássaros morrendo após a passagem de um avião agrícola. Não é possível fazer agricultura sem isso? Uma palavra, uma opinião que venha do senhor vai ter imensa repercussão. Centenas ou milhares de pessoas seguem suas palavras.

Olacir — Eu queria fazer um parêntese, para não dar a impressão de que sou um matador de pássaros (risos).

A fazenda Itamarati, por exemplo, é uma grande empresa que gasta milhões de cruzeiros em pesquisas, técnicos, usa todas as técnicas modernas, inclusive a aviação. Mas o senhor não vai encontrar lá nenhum passarinho ou peixe morto porque ali se toma um cuidado efetivo com a ecologia — o que é uma vantagem da grande empresa — difícil de aplicar ao Brasil como um todo. O pequeno produtor, não tendo a informação necessária, vai

errar na dosagem de defensivos ou não toma os cuidados absolutamente fundamentais.

Dáí eu achar que a solução para o Brasil é existir algumas grandes empresas, de onde os ensinamentos seriam transmitidos para os pequenos e médios produtores da região.

JT — É possível transportar essa experiência da Itamarati para a Amazônia?

Olacir — Evidentemente.

Dalgas — Mas o governo falha nesse ponto porque não lhe dá um incentivo para compensar as áreas que o senhor reservou para preservar a ecologia, não compensa o que o senhor deixou de ganhar com aquela terra.

Jeremias — Acho que cabe ao Estado a importante tarefa de fiscalização. É preciso que ele determine as normas e o empresário venha a converter isso; que venha a produzir dentro de determinadas normas, determinados parâmetros.

Dalgas — Mas o governo não pode determinar normas sem antes conversar com o proprietário para ver se tais normas são viáveis no seu terreno. É preciso haver um diálogo e com bom senso.

Jeremias — Eu acho que vários tópicos importantes foram aqui arrolados, mas ainda não conseguimos alinhavar qualquer coisa ligada a uma política que se pudesse desenvolver, seja na área de extrativismo, seja na de agricultura e pecuária.

Alguns conceitos, me parece, foram unânimes e um deles é a preocupação com a preservação da natureza. Parece que ficou bem claro que hoje, ao contrário de dez anos atrás, existe uma mentalidade geral na imprensa, junto aos empresários e junto à Nação brasileira com relação a esse problema. Hoje a ecologia é matéria importante que está na pauta dos nossos jornais a todo dia.

O ponto seguinte em que me parece ter havido certo consenso entre os presentes é a necessidade de uma ocupação composta pelos três segmentos da sociedade econômica: o grande, o médio e o pequeno.

Outro ponto que nos pareceu bastante claro é a definição da questão florestal. Já existem aí instrumentos arquivados, engavetados, que nos dariam os meios de regulamentar uma política de exploração de nossas matas, sem fazê-lo de forma predatória. O que nos parece de grande importância.

Na área agrícola ficamos muito impressionados com o grande entusiasmo do Olacir e confesso a você que vejo até com uma ponta de inveja, porque eu não fui bem sucedido nas experiências agrícolas que fiz na região da Amazônia. Por problemas de mão-de-obra, fiquei no meio do caminho, e então me concentrei mais na pecuária.

Em relação a outros pontos, principalmente no que tange à exploração da madeira, há o problema da presença de Justiça e da...

Dalgas — A presença do Estado.

Jeremias — Exatamente. De uma maneira mais ampla, a presença do Estado fiscalizando as áreas que devem ser fiscalizadas. Ainda há um grande vazio nesse sentido em relação à Amazônia.

Pedreira — Estamos falando em presença do Estado, não intervenção.

Jeremias — Sinto que nós realmente rompemos um ciclo. A Amazônia vinha sendo utilizada, por vários séculos, apenas por seu aspecto de extrativismo. Agora já temos a presença da livre iniciativa através de projetos empresariais bem sucedidos e mal sucedidos também. Mas tudo isso através do debate, da discussão que há de formar um modelo, há de nos dar um rumo para fazer, da melhor maneira possível, a ocupação da Amazônia.

Olacir — Evidentemente.

Dalgas — Mas o governo falha nesse ponto porque não lhe dá um incentivo para compensar as áreas que o senhor reservou para preservar a ecologia, não compensa o que o senhor deixou de ganhar com aquela terra.

Jeremias — Acho que cabe ao Estado a importante tarefa de fiscalização. É preciso que ele determine as normas e o empresário venha a converter isso; que venha a produzir dentro de determinadas normas, determinados parâmetros.

Dalgas — Mas o governo não pode determinar normas sem antes conversar com o proprietário para ver se tais normas são viáveis no seu terreno. É preciso haver um diálogo e com bom senso.

Jeremias — Eu acho que vários tópicos importantes foram aqui arrolados, mas ainda não conseguimos alinhavar qualquer coisa ligada a uma política que se pudesse desenvolver, seja na área de extrativismo, seja na de agricultura e pecuária.

Alguns conceitos, me parece, foram unânimes e um deles é a preocupação com a preservação da natureza. Parece que ficou bem claro que hoje, ao contrário de dez anos atrás, existe uma mentalidade geral na imprensa, junto aos empresários e junto à Nação brasileira com relação a esse problema. Hoje a ecologia é matéria importante que está na pauta dos nossos jornais a todo dia.

O ponto seguinte em que me parece ter havido certo consenso entre os presentes é a necessidade de uma ocupação composta pelos três segmentos da sociedade econômica: o grande, o médio e o pequeno.

Outro ponto que nos pareceu bastante claro é a definição da questão florestal. Já existem aí instrumentos arquivados, engavetados, que nos dariam os meios de regulamentar uma política de exploração de nossas matas, sem fazê-lo de forma predatória. O que nos parece de grande importância.

Na área agrícola ficamos muito impressionados com o grande entusiasmo do Olacir e confesso a você que vejo até com uma ponta de inveja, porque eu não fui bem sucedido nas experiências agrícolas que fiz na região da Amazônia. Por problemas de mão-de-obra, fiquei no meio do caminho, e então me concentrei mais na pecuária.

Em relação a outros pontos, principalmente no que tange à exploração da madeira, há o problema da presença de Justiça e da...

Dalgas — A presença do Estado.

Jeremias — Exatamente. De uma maneira mais ampla, a presença do Estado fiscalizando as áreas que devem ser fiscalizadas. Ainda há um grande vazio nesse sentido em relação à Amazônia.

Pedreira — Estamos falando em presença do Estado, não intervenção.

Jeremias — Sinto que nós realmente rompemos um ciclo. A Amazônia vinha sendo utilizada, por vários séculos, apenas por seu aspecto de extrativismo. Agora já temos a presença da livre iniciativa através de projetos empresariais bem sucedidos e mal sucedidos também. Mas tudo isso através do debate, da discussão que há de formar um modelo, há de nos dar um rumo para fazer, da melhor maneira possível, a ocupação da Amazônia.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

dura mais difícil que o Brasil já teve. Há alguma maneira de, daqui para a frente, selecionarmos os bons empresários, os que não são predadores da natureza? A opinião pública poderia fazer isso?

Jeremias — Acho que a Amazônia, desde a descoberta do Brasil, foi apenas explorada, ocupada através de atividades extrativas. É a primeira vez nos últimos anos que vemos a Amazônia ser condu-

zida através de uma atividade empresarial. Sou otimista, acho que isso vai ser uma verdadeira revolução e acredito que a condução empresarial de uma ocupação é de um bom nível empresarial da Amazônia vem acompanhada dessas preocupações todas.

Dalgas — A revolução ecológica.

João — É nesse sentido. Minha pergunta é essa mesmo. Como se poderia incluir as soluções ecológicas e qual seria o perfil do bom empresário para a Amazônia?

Jeremias — Eu acho que o grande papel começa por aqui.

Dalgas — Ele tem consciência.

Jeremias — Não, o grande papel começa por aqui, através do debate. Eu, por exemplo, sou fazendeiro em Goiás. Adquiri uma propriedade lá há dez anos. Você não acredita a luta que foi para conseguir que parassem de pescar e caçar na propriedade. Terrível. Mas hoje consegui isso. Hoje lá a pecuária convive muito bem com a preservação da natureza, se completam até.

Mas você sabe com quem eu tive problemas? Com as autoridades. Era um delegado de polícia ou um prefeito que estavam habituados a caçar e achavam no direito de ter certas regalias porque eram "autoridades". Eles é que iam lá e queriam fazer essa destruição.

Acho que a imprensa, debatendo o problema, está inserindo uma consciência, uma preocupação nas pessoas de que ecologia é importante. Tão importante quanto ganhar dinheiro. Acho que isso vai nos levar a uma ocupação mais moderna da Amazônia, que não será apenas extrativa, mas extrativa com preocupação de preservar.

João — E o Estado?

Dalgas — Devemos dialogar com ele.

Jeremias — Acho que cabe ao Estado a importante tarefa de fiscalização. É preciso que ele determine as normas e o empresário venha a converter isso; que venha a produzir dentro de determinadas normas, determinados parâmetros.

Dalgas — Mas o governo não pode determinar normas sem antes conversar com o proprietário para ver se tais normas são viáveis no seu terreno. É preciso haver um diálogo e com bom senso.

Jeremias — Eu acho que vários tópicos importantes foram aqui arrolados, mas ainda não conseguimos alinhavar qualquer coisa ligada a uma política que se pudesse desenvolver, seja na área de extrativismo, seja na de agricultura e pecuária.

Alguns conceitos, me parece, foram unânimes e um deles é a preocupação com a preservação da natureza. Parece que ficou bem claro que hoje, ao contrário de dez anos atrás, existe uma mentalidade geral na imprensa, junto aos empresários e junto à Nação brasileira com relação a esse problema. Hoje a ecologia é matéria importante que está na pauta dos nossos jornais a todo dia.

O ponto seguinte em que me parece ter havido certo consenso entre os presentes é a necessidade de uma ocupação composta pelos três segmentos da sociedade econômica: o grande, o médio e o pequeno.

Outro ponto que nos pareceu bastante claro é a definição da questão florestal. Já existem aí instrumentos arquivados, engavetados, que nos dariam os meios de regulamentar uma política de exploração de nossas matas, sem fazê-lo de forma predatória. O que nos parece de grande importância.

Na área agrícola ficamos muito impressionados com o grande entusiasmo do Olacir e confesso a você que vejo até com uma ponta de inveja, porque eu não fui bem sucedido nas experiências agrícolas que fiz na região da Amazônia. Por problemas de mão-de-obra, fiquei no meio do caminho, e então me concentrei mais na pecuária.

Em relação a outros pontos, principalmente no que tange à exploração da madeira, há o problema da presença de Justiça e da...

Dalgas — A presença do Estado.

Jeremias — Exatamente. De uma maneira mais ampla, a presença do Estado fiscalizando as áreas que devem ser fiscalizadas. Ainda há um grande vazio nesse sentido em relação à Amazônia.

Pedreira — Estamos falando em presença do Estado, não intervenção.

Jeremias — Sinto que nós realmente rompemos um ciclo. A Amazônia vinha sendo utilizada, por vários séculos, apenas por seu aspecto de extrativismo. Agora já temos a presença da livre iniciativa através de projetos empresariais bem sucedidos e mal sucedidos também. Mas tudo isso através do debate, da discussão que há de formar um modelo, há de nos dar um rumo para fazer, da melhor maneira possível, a ocupação da Amazônia.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

Na atividade madeireira, combater o extrativismo primário, para proteger a floresta.

"O agricultor que vai para a Amazônia às vezes está despreparado para produzir sem agredir a natureza e com economia." (Dalgas Frisch)

"A pecuária tem uma vocação extraordinária na Amazônia. Mas sua implantação deve vir junto com preocupações sanitárias." (Jeremias Lunardelli)

"Estabelecemos um consenso: de que a ocupação deve ser feita por todos, grandes ou pequenos." (Jeremias Lunardelli)

O debate



No momento em que o Brasil entra em uma fase de mudanças e novas definições, a Amazônia reclama um certo tratamento especial. Para que possa haver uma ocupação positiva. Neste segundo



debate da série, realizada pelo Jornal da Tarde, tratou-se da política



fundiária, instrumento indispensável para a concretização dessa ocupação. Participaram dos debates Odair Zanata, diretor do Departamento de Recursos Fundiários do Incra; dom Luciano Mendes de Almeida, secretário-geral da CNBB — Conferência Nacional dos



Bispos do Brasil, João Carlos de Souza Meirelles, empresário, diretor da Juruena Empreendimentos de Colonização; Mariano Justino; Marcos Terena, o índio Terena, chefe de gabinete da presidência da



Funai; Aurio Faleiros, assessorando nos assuntos da Funai; e Delmiro dos Santos, professor de Direito Agrário da Escola Superior de Magistrados do Pará. Também estiveram presentes José Pedreira de Freitas, João Meirelles Filho e Jeremias Lunardelli (dirigindo a mesa).

Saber dividir a terra. Para crescer.

Zanata — Eu acredito que é injusto dizer que o governo não teve, até agora, uma política fundiária, porque ele tem. Talvez haja, como em qualquer matéria colocada em discussão, uma discordância em torno de certos pontos. Mas a verdade é que existiu uma orientação e foi muito atizada ultimamente com a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

Nós tínhamos uma orientação que foi, então, um início, após o Estatuto da Terra, que já estabeleceu uma diretriz de trabalho. Nessa fase, depois do programa de integração nacional, cuidou de orientar as migrações que estavam ocorrendo, os movimentos que se davam para a Amazônia desordenadamente. Houve uma tentativa, então, de uma participação do governo federal em orientar e disciplinar essa ocupação. Houve um propósito também de procurar que pontos estratégicos para o País fossem ocupados e um estímulo à colonização particular. Havia uma série de pontos sempre estimulados que, reunidos dentro de uma filosofia, constituem uma política. Então eu não acredito que seja válido dizer que não existe uma política. Pode-se mudar, pode-se orientar ou reorientar, mas, no meu ponto de vista, existe, existia.

Acredito que essa política fundiária possa ser sentida na ação dos órgãos oficiais do governo, no estímulo que ele tem dado à iniciativa privada. Haja vista, por exemplo, esse trabalho muito grande que se fez para tentar chegar na frente do processo de ocupação; nos anteciparmos, agora, à própria ocupação, para que ela não continue ocorrendo de maneira desordenada. Isso se desenvolveu através de um processo de trabalho chamado tecnicamente de "processo discriminatório", que quer dizer, a tentativa de definir propriedades, definir direitos, antes que ocorram tensões e antes que seja tolhidos ou preteridos os direitos privados ou de particulares.

Posição democrática

O governo incentivou muito também uma participação maior dos Estados nesse processo de organização fundiária, estimulando a criação de órgãos de terra por parte dos respectivos governos. Enfim, um conjunto de providências vem sendo colocadas em prática, o que, no meu entender, estabelece o arcabouço de uma política fundiária. Parece-me que a posição do governo, nesse caso, tem sido a mais democrática possível. O governo tem procurado corrigir um processo que sempre ocorreu no Brasil: a ocupação sempre precedendo a administração. Tivemos, ao longo de nossa História, uma ocupação com leis perfeitas, muito bonitas, avançadas até socialmente, mas que a sociedade não conseguia colocar efetivamente em prática; seja por ausência de recursos, seja até por incapacidade técnica de executar trabalhos como ali se propunha.

Tomando como ponto de partida o advento do Estatuto da Terra, o governo acelerou efetivamente a estrutura fundiária, e essa política vem marcando sua atuação em fatos concretos. Temos hoje, através da atuação do Incra, do Gepland e do Gebam — falando somente do governo federal — boa parte da Amazônia já com suas terras discriminadas, ou seja, terras que poderão ser destinadas a uma ocupação útil, sem maiores problemas de tensão. O processo discriminatório é um processo de apuração de origem dessa terra, saber efetivamente se a terra é pública ou particular. São cerca de 136 milhões de hectares já discriminados, uma parte dos quais já foi utilizada.

Delmiro — Em 1971, no advento do Decreto-lei 1.164, que incumbiu o Incra da legitimação das posses, o Incra tinha dez meses de fúção. O Incra e o Inda, dois órgãos criados pelo Estatuto da Terra, estavam falidos tanto em termos de política agrícola, como de política fundiária. O Incra surgiu da fusão de dois órgãos federais. Durante cinco anos nós atuamos dentro de uma política fundiária do Incra com um decreto farisaico de 1946 que, evidentemente, necessitou de adaptações e, destas adaptações que surgiram a Lei nº 6.393, de 1976. Essa lei foi resultado de uma experiência em campo, no local, dos funcionários que ali militaram. Então eu não discordo do dr. Zanata, com todo o respeito, porque nós tínhamos realmente nenhuma política fundiária. Para dar um exemplo aos senhores, o meu testemunho, quando fui deslocado do Rio de Janeiro para o Pará, encontrei já um edital, publicado pela diretoria

do Incra, para que discriminássemos todo o Estado do Pará em 60 dias! Eles deveriam comparecer, todos os posseiros, foreiros, proprietários, em Belém (risos). Imaginem os senhores sair do município de Faro, Marabá ou Paragominas... se todos atendessem ao edital e fossem a Belém — o que, graças a Deus, não fizeram —, a cidade afundaria, pois praticamente toda a população do Pará iria para Belém, haja vista que o Decreto-lei nº 1.164 atingiu mais de 50% do Estado do Pará. Então, dr. Zanata, com o devido respeito, eu discordo realmente; pelo menos de 1971 a 1976 não tivemos política fundiária nenhuma. Fizemos, sim, discriminar terras devolutas, legítimas e até, de certa forma, contrariando a legislação da época. E estamos, como o dr. Zanata falou, com 136 milhões de terras discriminadas, mas sem tranquilidade. As terras discriminadas e arrecadadas não foram devidamente demarcadas. Isso está sendo rolando para o futuro. Alerto os senhores para o fato seguinte: essa arrecadação não é possível da maneira como vem sendo feita pelo governo federal, indiscriminadamente. Se não houver esse trabalho demarcatório, nada adiantou o Incra fazer a discriminação, porque o particular ainda não extremo nem o posseiro fez ainda a demarcação para ser titulada em caráter definitivo e receber o seu título. Então aí está o calcanhar-de-aquiles. Isso é um problema de política fundiária do momento. Quer dizer, o Incra obtém uma certidão do cartório; cartório esse que, por sua vez, o cidadão não tem condições de informar corretamente, porque os memoriais descritivos são dados em coordenadas geográficas.

A solução, então, qual seria? O mais rápido possível uma revisão da Lei nº 6.393. Primeiro no sentido de rever a fase demarcatória, como seria mais fácil no sentido de se efetuar realmente a fase mais importante, que é extrair as terras devolutas da particular. Não é um ponto de crítica ao Incra, veja bem, a lei é que realmente precisa ser revista para que o Incra possa proceder a uma política fundiária mais correta. Porque, se continuar procedendo dessa maneira, estará cometendo erros que, sem dúvida, nós veremos no futuro.

Pedreira — Uma primeira contribuição que eu gostaria de deixar aqui seria de que nós examinássemos essa questão da política fundiária, examinando, talvez, os componentes, os pilares de segundo grau que estariam submersos dentro desta questão. Porque discutir a questão fundiária sem se discutir o regime, sem se discutir a adoção, a opção por um sistema político, sem se discutir o beneficiário final que se está buscando e sem se aceitar ter um mínimo de consenso ao nível dessas questões de segundo grau, tenho a impressão de que, necessariamente, não vamos encontrar nem lei, nem instrumento nenhum que vá conseguir que os homens façam aquilo que se propuseram a fazer e que as leis vêm tentando regular.

Atuação conjunta

Em segundo lugar, separar muitíssimo bem o que a gente pode chamar de questão fundiária propriamente dita da questão discriminatória com a colonização. Eu acho que este governo teve o mérito e a coragem de, no meu ponto de vista, levar essa questão mais perto da decisão, enquanto criou o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e levou para lá o Incra; mas se excedeu no momento em que junto levou toda a coisa da colonização. Acho que tudo o que se tem feito no ponto de vista da questão fundiária e no ponto de vista da colonização e redistribuição de terras no Brasil se fez sempre à revelia ou excessivamente distanciado da iniciativa privada.

Penso que está na hora de poder público encontrar uma forma — e elas existem — de colocar em prática os instrumentos — que também existem — de uma atuação conjunta com a iniciativa privada na minimização e no aumento da oferta de terras e no aumento da possibilidade do indivíduo de acesso à terra. Quer dizer, governo nenhum no mundo conseguirá, por melhor que trabalhe e por maior que sejam os recursos, alcançar a velocidade com que o processo ocorre e atender a isso em tempo e hora. Esta história de dizer que nós devemos parar o desenvolvimento do Estado do Acre porque existem 14 32 reservas indígenas sem demarcação, porque existe um terço do Estado com 15 títulos de terra da Bolívia, que não há como entrar já no Estado do Acre, é uma loucura: está aí o processo, existindo, o desenvolvimento já chegou ao Estado do

Acre. Há que se tomar alguma providência para se acelerar esse processo. Acho que o governo sozinho, sem o compromisso, o envolvimento, a ação concreta e efetiva da iniciativa privada nesse campo não conseguirá levar adiante esta empreitada.

Terena — Parece-me que a minha análise vai ser um pouco diferente da que eu ouvi, uma vez que se trata da política indigenista e do processo de demarcação das terras indígenas. Eu gostaria de fazer uma análise de todo o histórico, envolvendo o índio e a comunidade que nós chamamos de "branco", mas não com preconceito, apenas para diferenciar índio e "branco".

Durante mais de 400 anos um povo viu sucumbir diante de si a sua sociedade, seus membros e, por conseguinte, seu território, sua terra. Porém, jamais curvou-se diante dessa realidade; viu-a chegar, mas conviveu com sua força destruidora e com o decorrer do tempo, sobrepou-a. Dos 6 milhões de pessoas existentes naquela época restam ainda 200 mil indivíduos divididos em 180 grupos, cada um com sua história, seu universo, seu próprio idioma e, acima de tudo, um ideal: o respeito à sua terra por parte da sociedade envolvente. Principalmente o respeito das autoridades federais através do reconhecimento, do levantamento fundiário, demarcação e do registro dessas terras no SPU.



Abrindo cidades na Amazônia (na foto, a região de Juruena, do empresário Meirelles): a política fundiária é básica.

No início havia o respeito natural. Com o passar do tempo, porém, o índio viu chegar o homem estrangeiro, primeiro visitando, depois se instalando e dominando suas matas através da destruição predatória. Poluído de seus rios e destruído uma sociedade inteira através do alcoolismo entre os homens e da prostituição entre as mulheres.

Mas, por força do destino, nasceu dessa mesma sociedade espoliada — talvez pela própria experiência na infância e mocidade — um homem que se decidiu pela carreira militar, o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Ele tinha mãe índia e pai não-índio, segundo a história nos informa.

Em 1910, Rondon inaugurou a primeira agência governamental de proteção e assistência ao índio: o Serviço de Proteção ao Índio. E natural que Rondon tenha formado discípulos, tenha feito escola, seguidores. Mas também surgiram inimigos, aproveitadores e oportunistas. Para o índio foi a esperança surgindo, o alento, mas Rondon se foi e com ele a seriedade de seu ideal. Acaba-se o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e nasce a Funai (Fundação Nacional do Índio) com o mesmo propósito rondoniano e procurando atingir o que o SPI não conseguira: a demarcação das terras indígenas, assistência na saúde, na educação e no desenvolvimento econômico das sociedades indígenas.

Em 1973 dá-se um prazo de cinco anos para o reconhecimento oficial de suas terras através de demarcação. Parece um trabalho fácil, porque são apenas 220 mil pessoas — cabem no estádio do Maracanã.

Só que o Brasil possui mais de oito milhões de quilômetros quadrados, dos quais 5% correspondem a terras indígenas e, desde 1910, época em que o governo assumiu essa responsabilidade de as-

sistência ao índio, apenas 23% delas foram demarcadas e 4% efetivamente definidas e registradas no SPU. Isso gera intranquilidade para os índios e para toda a sociedade envolvente, principalmente os setores que os circundam como, por exemplo, os posseiros; e por que não dizer também para o próprio empresariado.

Convulsão social?

A Funai, como agência governamental serve, de um lado, como anteparo de críticas ao governo federal e, por outro, sofre a pressão — que às vezes chega à violência física — de seus tutelados, os índios. Quer dizer que ela sofre de dois lados.

Para vocês terem idéia do que é a Funai, só em 84 ela teve três presidentes, em cima de um mesmo episódio: a crise do Xingu. Se o Decreto nº 88.118, de 1963 — que criou aquele grupo de trabalho, o Grupo — não for revogado, se não houver uma verba específica para a demarcação, se não houver uma postura séria e honesta dos funcionários da Funai e da própria Funai, o índio será obrigado a usar seu próprio potencial físico para definir seu território, o que certamente causará uma convulsão social, talvez com perda de vidas humanas. A Funai, e o próprio governo, ficarão desacreditados não só pelo índio, mas também pelo fazendeiro, pelo posseiro, por empresários e pela própria sociedade brasileira.

Dom Luciano — Parece-me que poderíamos ter como ponto de referência esses aspectos levantados pelo Marcos Terena: a questão indígena, que implica a questão da terra. Por que a terra deve ser demarcada? Não só por um problema de tranquilidade, mas também por uma questão de direito e para saber, digamos, até onde se pode estender a vida e a cultura indígenas, por exemplo.

O primeiro aspecto não poderia deixar de ser o da dignidade da pessoa humana. Apelar para leis estabelecidas que restringem o direito à vida é realmente cortar a própria compreensão desse direito fundamental. Por isso o direito fundamental à vida, o direito, digamos, ao mínimo vital, quando compreendemos o homem trabalhando a terra e devendo ter acesso a ela para sobreviver, talvez leve-se a revisão da própria questão do direito de propriedade. Daí o papa ter feito aquela consideração — aqui mesmo no Brasil e antes no México — de que a propriedade privada tem uma hipoteca social.

Outro problema é o da violência. Hoje não basta saber se a terra é minha ou não. Está ocorrendo graves crimes de violência no País na área da terra. Pessoas são expulsas e resistem à expulsão, outras se vingam da expulsão. E não são crimes do "zé-povinho", são de grupos armados, os famosos "jagunços" que ficam impunemente, assim como ficam impunemente as pessoas que armam esses "jagunços".

Outra incidência é na vertente social: o fato muito grave da realidade da terra? Vi um caso ultimamente de três demarcações superpostas, todos querendo arguir a verdade do seu título. E venceu o mais forte.

Há também um problema muito grave no que se refere à técnica de produção da terra, de disciplina dessa produção, de escoamento do produto. Não basta ter o chão, é preciso que ele seja capaz de produzir de tal forma que alimente os que estão ali. Então é preciso haver uma política de escoamento de produção, o que vem sendo feito de modo incompleto, indevido. Por isso não basta dar a terra, porque a pessoa, sem apoio, vai vendê-la em seguida.

Se não houver uma ampla participação daqueles que estão direta ou indiretamente interessados na formulação de uma lei da terra, ela será injusta. Ela será mais uma arma na mão de quem não reconhece o direito à vida dos outros.

O que significa o bem da Nação quando nós sabemos que pessoas que desejam realmente viver na terra, trabalhar nessa terra, nela ter sua cultura própria e não conseguem? Então alguma coisa no plano político não está funcionando; se não é a lei, é a aplicação da lei.

De modo que se é possível deixar aqui uma pequena palavra de esperança, eu diria: é tempo de as pessoas que têm condição de trazer essa consciência popular, de criar essa participação popular, possam colaborar para trazer soluções para o impasse da terra, que ainda hoje existe.

Meirelles — Nós somos os responsáveis por uma herança de oito e meio milhões de quilômetros

quadrados, dos quais nós temos em grande parte apenas o título de propriedade, mas não tomamos posse. E hoje, em termos geopolíticos mundiais, isso é tremenda importância, quando nos lembramos de que 60% do território nacional está na Amazônia. São 5 milhões de quilômetros quadrados, dos quais, pouco mais de 10% tem títulos de ocupação das mais diversas formas e o restante ainda é um imenso vazio populacional.

Falar em política fundiária nacional é falar nos pilares do edifício permanente sobre os quais nós colocaríamos as diretrizes do uso deste patrimônio brasileiro: os oito e meio milhões de quilômetros quadrados que herdamos, talvez, sem nenhum esforço. Primeiro, quanto ocupar do território brasileiro, segundo, como ocupar esta área que se designou para ser ocupada e, finalmente, com quem ocupar.

Esse sentido que precisamos de definições urgentes, principalmente para a Amazônia, do que tem de ser e do que não deve ser ocupado. Há mais de dez anos a nossa propositura tem sido de que se ocupe só uma terça parte da Amazônia. O restante deve ficar como área de preservação permanente e definitiva e os territórios indígenas estão em primeiro lugar nessa preservação. Depois viriam as áreas de tensão ecológica e as áreas de riquezas biológicas insusitadas que devem ser preservadas, como um atestado de cultura perante a História, por se tratar de um patrimônio genético, um banco genético que ainda nem foi bem estudado. É a nossa contribuição para o futuro da humanidade, para a cultura da humanidade, para os parques nacionais, aquelas áreas imensas que representam a natureza original.

O zoneamento

Enfim, nossa proposta é de 3 milhões e 200 mil quilômetros quadrados de áreas de preservação e um milhão e 800 mil quilômetros quadrados de área de ocupação. Alguns poderiam dizer que é muito pequena a área de ocupação, porém, eu lembraria que todo o resto do Brasil (fora da Amazônia Legal) tem 3 milhões e meio de quilômetros quadrados, dos quais, só utilizamos atualmente, para atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas, um milhão e oitocentos mil quilômetros. E é nessa área que produzimos 15 milhões de toneladas de soja e 2 milhões e 400 mil toneladas de carne.

O segundo aspecto fundamental dessa política é o de como ocupar. Evidentemente esta ocupação é resultado de um zoneamento econômico ecológico. E designar que atividades são viáveis naquela região sob o ponto de vista econômico, não só sob o ponto de vista agrícola, pecuário ou extrativista.

O conceito de dimensão de propriedade tem de estar vinculado aos conceitos ainda mais sérios de destinação da terra. A quem se destina a terra? Aos poderosos, para servir de reserva de capital? A alguém que a use como instrumento de especulação imobiliária? Ou ela tem uma destinação social e decorrente disso uma destinação econômica?

A terra deve ser um instrumento de promoção social, caso contrário será instrumento de convulsão social, como temos visto acontecer em várias partes do País.

Temos hoje mais de 500 mil brasileiros no Paraguai que foram em busca de um pedaço de terra. Será que não temos terra suficiente neste país?

O País tem de passar necessariamente por uma revisão na política fundiária; elaborando uma política consentânea, não com o presente, mas, fundamentalmente, com o futuro. É preciso rever nesta política fundiária a sua parte agrária. Porque com todas essas abundâncias o País precisa importar comida para exportar dólares. Exporta soja, álcool, cana, uma série de produtos e importa arroz, milho, feijão. Acho que isso tudo é um reflexo da deformação desta política fundiária.

No caso particular da Amazônia existe também outra peculiaridade muito importante: é fazer também um programa fundiário urbano. Atualmente, nas fronteiras de ocupação da Amazônia, a população urbana já é hoje de 60 a 70%, contra 30 a 40% na área rural. É preciso que se discipline essa oportunidade urbana também em termos de política fundiária para que não estejamos criando novas favelas no meio da Amazônia. Então gostaria de grifar apenas isso: a política fundiária urbana é tão importante quanto a rural.

Jeremias — Muito bem. Vamos abrir os debates então.

Zanata — Eu entendo que nós deveríamos abordar o problema da ocupação da Amazônia, mas — aproveitando a colocação do dr. Meirelles — sem nos determos exclusivamente na questão rural. Porque, vejamos os senhores, mesmo nos países desenvolvidos, à medida que a população enriquece, vai diminuindo a população rural. E não é possível forçar o homem a ficar na zona rural porque estaríamos cerceando uma liberdade dele. Liberdade de procurar melhores meios de vida na cidade ou outro tipo de emprego.

Políticas centralizadas

Então, o problema fundiário se atacado somente pelo ângulo rural, e não pelo da economia com um todo, acaba sendo distorcido. Nós temos hoje uma grande pressão populacional. Por quê? Talvez tenhamos errado também na política demográfica não criada mas cedo um processo educacional para orientar a formação das famílias.

João — Eu gostaria de fazer uma pergunta. Parece-me que, em relação ao governo, o principal problema é a centralização de toda a política fundiária nas mãos da União. E também do arbitrário com que ela foi conduzida. Não há tempos anos, o que se viu com a criação do Ministério de Assuntos Fundiários foi uma militarização da questão fundiária. Como se poderia resolver isso daqui para frente e o que o senhor acha do ponto de vista do governo nesta questão?

Jeremias — Acho uma contribuição para o futuro da humanidade, para a cultura da humanidade, para os parques nacionais, aquelas áreas imensas que representam a natureza original.

Zanata — Se me permitem, eu pediria aos senhores que não cometessem essa injustiça com o governo federal. O fato é que os Estados não soberanos admistram suas terras. Como no caso do Araguaiá onde se encontram múltiplas titulações em cima da mesma área. Acho que, nesse aspecto, a intervenção do governo federal foi no sentido de ordenar algumas coisas que os Estados não eram absolutamente capazes de fazer.

João — Mas em termos de Amazônia, vamos dizer.

Zanata — Exatamente na Amazônia. João — Onde terras que não estavam ocupadas, rodovias apenas planejadas, e a União, por um decreto, já adquiriu posse sobre essas rodovias. E depois não planejou, nem colocou qualquer estrutura fundiária. A rodovia BR-163, Cuiabá-Santarém, por exemplo. O governo arrecadou essas terras e não planejou a utilização delas, e hoje há conflitos lá exatamente por causa disso.

Zanata — O primeiro problema que encontramos é exatamente o da legislação indigenista. Nós não podemos destinar uma terra sem que a Funai nos diga antes que ela não está comprometida pela presença de índios. E a Funai — como o Terena colocou aqui — tem tido problemas muito sérios e, com isso, temos um enorme estoque de terras sem uma possível destinação, por falta de certidão negativa da Funai.

João — Ou seja, falta uma política global do governo para a ocupação da região.

Zanata — Exatamente. Veja, não digo que falte uma política global, acho que existem algumas políticas, órgãos trabalhando em alguma direção; o que falta é coordenação.

João — Então, uma política global.

Zanata — Em que se colocasse o problema da terra em seus múltiplos aspectos. Não acho que a terra por si só venha a resolver todos os problemas sociais do Brasil; acho que o agricultor é um ser que tem vocação, como qualquer outro homem.

João — Eu gostaria de fazer uma pergunta a quem quiser responder. O Brasil precisa decidir agora como ocupar os espaços — conforme disse o João Carlos Meirelles. E, se considerarmos que a Amazônia é a maior reserva biológica do mundo, precisamos tomar providências para preservá-la. Agora, segundo informações do censo de 1980, todo o restante do espaço brasileiro está mal ocupado pois, para cada dois hectares de terra utilizados, as grandes propriedades, os latifúndios, imobilizam um hectare. Temos assim 93 milhões de hectares não utilizados, que estão sendo considerados de subutilização. Então, pergunto, por que ocupar a Amazônia? Por que avançar sobre a Amazônia se existe no Centro-Oeste, e mesmo em áreas mais desen-

volvidas, terras que poderiam ser mais bem ocupadas?

E não existe outro nome para mim — deixando a questão ideológica de lado — que não seja: reforma fundiária, reforma agrária. Ou outro nome qualquer que se queira dar para a melhor reorganização desse espaço. Porque se queremos realmente preservar a Amazônia devemos parar de construir estradas lá, parar os projetos de colonização, parar com as licitações de terras. Teremos de reformular o espaço que já ocupamos hoje.

Os cerrados brasileiros, por exemplo, só em seus 50 milhões de hectares mais aptos, poderiam produzir três vezes mais alimentos, carne e madeira do que o Brasil produz hoje. Daí eu pergunto como resolver este problema.

A ocupação do cerrado

Zanata — Posso responder, principalmente no tocante ao cerrado, que foi citado.

O cerrado já está sendo ocupado, só que exatamente por suas características físicas ele exige de seu ocupante dois componentes muito importantes: capital e tecnologia. Acho que isso é um fator restritivo. E porque a Nação toda, principalmente o governo, trabalha hoje com recursos muito escassos, temos de optar pelos projetos mais baratos, que se mostrem mais econômicos em sua exequibilidade.

João — Mas isso em termos de curto prazo, porque um projeto na Amazônia tem um custo social muito mais alto para a Nação que um projeto no cerrado. Só aparentemente o custo dele é mais barato. Talvez aí esteja o problema — o governo pensar apenas em termos econômicos.

Zanata — Como você dimensiona o custo social desse projeto?

João — Custo social, por exemplo, de entrar na terra indígena, de causar conflito com posseiros, de fazer desmatamento.

Jeremias — Gostaria de enfatizar algo: diz-se que o governo anterior se preocupou apenas com o lado econômico; tenho medo de que o próximo governo se preocupe apenas com o lado social. E há a necessidade de uma simbiose de preocupação, porque um não sobrevive sem o outro.

Delmiro — Houve uma preocupação muito maior de cumprimento do estrito da lei, esquecendo-se do homem. Dentro disso, quero lembrar que o Incra não estava errado, o Incra estava cumprindo aquilo que a lei estava determinando, esmeradamente; só que se esqueceram do homem, do pequeno empresário assim como do grande. Assim, quando acordaram, passou-se a atender a aflição, o Getat para dar lotes de até 500 hectares e evitando dar lotes para o médio e o grande empresário. Quero dizer, hoje no Araguaia, nós temos uma política — titular só até 500 hectares — que não me parece ótima; boa, mas, não ótima.

Jeremias — Mesmo porque nós vimos visto que o minifúndio na

Amazônia, isolado, não sobrevive. Delmiro — E nós estamos criando minifúndios futuros. E não é o problema da terra que vai resolver, sozinho, o problema fundiário; há a necessidade de se dar a esse homem meios de ele escoar a sua produção, acima de tudo isso. Não adianta nada assentar o cidadão se na hora da colheita ele não tem como vender.

Então, a questão colocada é esta: talvez hoje tenhamos não uma política fundiária, mas apenas um instrumento jurídico, que evidentemente não vai resolver a questão fundiária do País. Assim, teremos de colher um pouco de cada um: Dom Luciano tem sua razão, não vale só o título; a política de minifúndio se modifica, não se pode estar voltado só para o homem que vai receber 100 hectares. Temos prova disso na Amazônia, pelo menos ao que assistimos: as médias e grandes empresas desenvolvem-se mais facilmente, e bem assim os pequenos que estão à sua volta. Mas os que estão isolados, com 100, 50 ou 30 hectares, praticamente não têm chances, porque não têm assistência do governo, claro que também pelo fator recessão, que influenciou demais.

Naturalmente, temos de reconhecer isso ao governo: o fator recessão cortou talvez 70 por cento...

Terra de graça

Jeremias — Não me parece que seja apenas o fator recessão, mas parece que seria muito difícil esperar que o governo brasileiro venha a trazer sua atuação em todo o território nacional; parece-me indispensável uma complementação com a atuação da iniciativa privada.

Zanata — Mas foi um passo fundamental. Agora, ele não esteve em nenhum instante indiferente à necessidade de participação da iniciativa privada e esta política de estímulos é uma prova disso. Nós no Incra, falando em causa própria, temos oferecido lotes às médias empresas. Dizer que o governo não dá terra é um mito. Existe um projeto em Rondônia — "O Projeto Buraré" — em que foram oferecidos cerca de 400 lotes para um projeto de cacau. Saibam os senhores que tivemos de fazer três licitações para vender todos os lotes, mesmo com todos os incrementos que a Ceplac dava.

Pedreira — Se o senhor me permite, eu fui um dos licitantes do "Projeto Buraré", tentei participar desta licitação. Fui conhecer uma das fazendas para ver se eu licitava. Era preciso escolher o lote no momento da licitação. Andei de jipe, a partir de Ariquemes por 23 quilômetros e a pé mais oito quilômetros e só cheguei a cinco quilômetros da divisa da fazenda. Não havia como chegar lá. Não se dispunha de nenhum dado que dissesse que existia dentro daquela área a não ser a afirmação da Ceplac — que hoje já se comprovou ser errônea — de que 50% das glebas eram propícias para cacau. Mas não estou aqui para dizer que



"O índio conhece os seus limites, sabe que de um certo rio para a frente já não é dele (...) Mas quando fazem as contas e somam a área, o branco diz: 'E demais.'" (Índio Terena).

o governo acertou ou errou. Apenas a iniciativa privada quer colaborar com o governo nesse esforço de aumento da oferta de terra. Só que, para isso, ela precisa ter meios. E há que se taxar o patrimônio que ele detém e taxar seriamente, aplicar um imposto sério e fiscalizar a aplicação da terra.

Delmiro — Tinha de ser melhor ordenado.

E os instrumentos?

Roberto — Pedreira, só um pequeno aparte: inclusive trocando a gleba se ela estiver numa região sem acesso.

Pedreira — Nós temos de dar meios. Se o Finsocial é um dos instrumentos, no lugar do Incra, todo esse recurso é para promover a infraestrutura, quem sabe não se poderia, junto com a iniciativa privada, dar o financiamento em troca de lotes para colocar as famílias de áreas de tensão social?

E há aquela questão do cerrado. Apenas uma contribuição técnica: o problema da ocupação e assimilação do colono é que o cerrado tem um retorno muito demorado, o cerrado fixa a família do colono, porque não há subsistência... Jeremias — Parece extrema-

mente importante que na destinação do minifúndio na Amazônia sejam selecionadas terras de boa fertilidade. Se não for assim, os colonos ficarão ainda mais inviabilizados.

Meirelles — Eu gostaria de propor aqui uma adequação terminológica: nós estamos falando de minifúndios, mas já dissemos que ele é inviável na Amazônia. Eu tenho usado outra terminologia, que é a propriedade de dimensão familiar. A dimensão familiar na periferia de São Paulo ou em Mogi das Cruzes pode ser meio hectare; para a atividade hortifrutigranjeira, meio hectare dá para uma família viver muito bem, como classe média; em certas regiões, conforme o tipo de terra, pode ser 25 hectares, 10 hectares, 100 hectares; em um cerrado muito fraco, para a família sobreviver, talvez fossem 100 hectares.

Entfim, me parece que nós estamos diante de uma realidade e temos de fazer uma política para isso. E não se pode tratar do problema fundiário na Amazônia como um dado isolado. Trata-se de uma política nacional. Se nós não resolvemos o problema do microfundário do Vale do rio Uruguai, de Santa Catarina e do Rio Grande do

Sul, não estaremos falando em Amazônia.

Jeremias — Acho que não há dúvida de que a visão tem de ser abrangente e nacional. Mas caberia uma legislação nacional para problemas muitas vezes específicos?

Dom Luciano — Há uma questão muito secundária, talvez, nesse contexto, mas que tem valor para mim: os famosos "sem terra". Eles dizem assim: "Eu não quero ir para Rondônia, eu quero ficar no Rio Grande do Sul, porque aqui há terra, só que mal utilizada por outros. Então, por que eu devo ir para longe?"

Eu acho que está em questão toda uma reformulação da própria liberdade de utilização da terra: não é tanto saber se é o cerrado ou a Amazônia, ou a pré-Amazônia. Mas, de fato, rever as condições de utilização da terra e os direitos de aproveitamento dessa terra, que não podem ser unicamente estabelecidos pelo direito de propriedade particular privada.

Jeremias — Dom Luciano, o senhor poderia formular uma proposta dentro desse problema?

Delmiro — eu desejo aquela terra, eu estou aqui; ele é o proprietário, não está produzindo. Amigavelmente, ele não tem inte-

resse em vender ou transferir? Como seria a solução?

Dom Luciano — É claro, que não vamos simplificar um problema desse tamanho...

Desapropriação: violência.

Delmiro — A colocação foi do senhor. O governo deveria ter uma solução para isso e só existe uma: a desapropriação, que é um elemento violento.

Dom Luciano — A minha contribuição, muito modesta, é dizer que há, além daqueles que aceitam as colonizações, que querem terra mesmo longe, há aqueles que querem terra perto.

Zanata — Isso está ocorrendo. Mas a gente sente que em muitos casos é um processo orientado. E há um outro aspecto: por que esse pessoal também não busca áreas novas? Eu falo por mim — olhando outros iguais a mim. Meu avô atravessou o mar em busca de um pedaço de terra, e esse pessoal não quer deslocar-se de um Estado para outro. Por que toda a sociedade vai pagar uma indenização altíssima para beneficiar poucas pessoas?

JT — A gente está falando; do sulista que talvez não queira ir para Roraima. Seria bom saber a perspectiva do índio: ele gostaria de sair da Amazônia? E como ele vê o avanço sobre a Amazônia?

Terena — Como comunidade, o índio se instala em seu habitat natural. Como indivíduo, muitas vezes a necessidade leva ao deslocamento. Em São Paulo há muitos índios que eu conheço que são formados e não têm ligação de defesa dos interesses da comunidade. Mesmo porque a própria subsistência, a necessidade de sobrevivência na cidade o faz desligar-se da comunidade.

Jeremias — Terena, uma pergunta: por que não foram ainda definidos os limites das reservas indígenas?

Terena — O índio conhece seus limites, sabe, por exemplo, que daquele rio para a frente não é mais terra dele; sabe que de uma serra para a frente não é mais dele. Então, o índio não sabe ver as coisas em termos numéricos, vamos dizer, em termos de hectare. Quando se faz o levantamento do território indígena e se transforma isso em números, começa a questão: "Mas é muita terra para o índio!"

Autonomia para a Funai

João — O que a Funai precisa para resolver o problema de agora em diante?

Terena — Precisaria de autonomia, porque às vezes só leva em conta os interesses de terceiros e não o interesse do índio. Um outro aspecto é o problema da verba do dinheiro para a demarcação das terras. Em 1980, o coronel Nobre da Veiga, então presidente da Funai, devolveu o dinheiro para demarcar terras indígenas no final de seu exercício: não havia sido utilizado.

Pedreira — Veja, Terena, eu tenho particularmente uma idéia formada sobre essa questão, da demarcação. Seria um

O fazedor de cidades, procurando os vizinhos.

O "fazedor" de cidades acaba de chegar do Equador. Durante uma semana, ele esteve reunido com empresários do setor de colonização, tratando de um assunto que é a sua especialidade: construir cidades em pontos ainda desabitados da região amazônica. Os equatorianos queriam trocar informações com o empresário João Carlos de Souza Meirelles, um engenheiro de 50 anos que há 20 vem plantando cidades em locais que antes não constavam nos mapas, na última fronteira do território brasileiro, a Amazônia.

Meirelles acredita que a experiência brasileira na ocupação racional da Amazônia pode servir a outras nações vizinhas. Mas isso não significa uma exportação de tecnologia, sem critérios: "Os países vizinhos ainda não estão aproveitando de modo adequado as suas regiões amazônicas. O Brasil, por exemplo, ocupa apenas uma taxa efetiva inferior a 4%. E discutir o destino da Amazônia é discutir também o próprio destino do País. A experiência brasileira deve ser colocada à disposição dos países vizinhos, mas de uma forma que cada nação absorva aquilo que lhe for mais conveniente".

O engenheiro Meirelles é um dos pioneiros da colonização racional da Amazônia. Doze anos atrás, implantou a infra-estrutura da cidade de Juruena, no extremo noroeste de Mato Grosso e atualmente com 5 mil habitantes. Nos anos seguintes, criou o projeto de outra cidade, Cotriguaçu-Juruena, no município de Aripuanã, também em Mato Grosso. Em uma gleba do grupo Ometto, de São Paulo, a empresa de Meirelles — Juruena Empreendimentos de Colonização Ltda. — está implantando uma cidade junto ao entroncamento da rodovia Cuiabá-Santarém.

Um quarto projeto foi encomendado pelo governo federal, através do grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), órgão do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários que necessitava de um local para instalar cerca de 1.700 famílias de agricultores próximo às bases da jazida de ferro de Carajás. Foi feita a topografia dos lotes, entregue a titulação para os ocupantes, construídas estradas e promoveu-se também um desmatamento inicial para que os lavradores pudessem fazer a agricultura de subsistência.

João Carlos de Souza Meirelles considera que esses projetos de colonização têm importância decisiva para a realidade amazônica. Porém, nada impede que alguns de seus aspectos possam vir a ser aproveitados pelos países vizinhos. Acreditando nesta interdependência de interesses, em 1976, o Brasil assinou um acordo diplomático, o chamado "Pacto Amazônico", junto com outros sete países: Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.



Nossa experiência: para os outros países.

Neste acordo, os países signatários comprometiam-se a criar políticas de ocupação ordenada dos seus espaços amazônicos. Havia também uma preocupação geopolítica de ocupar territórios vazios de forma racional. No entanto, apesar da importância estratégica, essas propostas não vêm sendo cumpridas com eficiência. Para Meirelles, até hoje a região amazônica tem servido como um imenso "cordão de isolamento", entre o Brasil e os demais países.

O neocolonialismo monetário — afirma ele —, que é a dominação das nações subdesenvolvidas do mundo pelo dinheiro dos países ricos, faz com que nós permaneçamos de costas uns para os outros. Em toda a Amazônia Continental, o Brasil só tem uma comunicação com um país vizinho, que é a Venezuela. Não há nenhuma estrada que nos ligue à Colômbia e não há ligação com o Peru. Não temos na Amazônia uma única ligação com a Bolívia; a única exceção é a estrada de ferro Santa Cruz de La Sierra-Corumbá.

O que se pretende é mudar esta visão, para que o espaço amazônico seja ocupado de maneira inteligente, preservando-se as reservas naturais, a fim de evitar a atividade predatória na região. Segundo o colonizador, pode-se ocupar cerca de um terço da Amazônia sem prejuízos ecológicos. Antes de implantar um projeto de colonização, demarcam-se as áreas de preservação — primeiro reservas indígenas, depois reservas ecológicas e biológicas e os parques nacionais; evidentemente, excluindo-se essas quatro formas de preservação restam aquelas terras que podem vir a ser ocupadas.

Desenvolvimento

Em vez de falar em "colonização", o engenheiro João Carlos Meirelles prefere explicar a criação de cidades como um processo de desenvolvimento regional integrado. A palavra colonização, diz ele, tem conotações históricas pouco adequadas; já o desenvolvimento integrado demonstra uma preocupação técnico-científica na política de ocupação de espaços. Atualmente a população que se fixa nos projetos de colonização na Amazônia, em sua maioria, vem dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

Quando um agricultor do Sul deixa a sua área para se dirigir à nova fronteira nacional, a Amazônia, ele está indo com seu conjunto

familiar. Dois ou três de seus filhos vão continuar a trabalhar na agricultura enquanto outros dois ou três já se constituem profissionais urbanos, como mecânicos, marceneiros, engenheiros ou professores. E o País encontra nessa nova fronteira essa multiplicidade de alternativas, que tem necessidade de todos aqueles que não encontram o que fazer nos outros Estados do Sul. Os fluxos migratórios deveriam ser desviados para a Amazônia, evitando dirigir-se para os grandes centros do Sul, já bastante inchados de mão-de-obra.

Meirelles defende a criação de uma política de ocupação da Amazônia. Segundo ele, programas aleatórios sem uma diretriz política podem fracassar como aconteceu com o projeto da Transamazônica, no início da década de 70, e na construção da estrada Belém-Brasília, no fim dos anos 50. Na falta de uma definição da política fundiária, foram feitos desmatamentos indiscriminados para garantir a posse da terra, chegando-se próximo a uma situação de desequilíbrio ecológico.

Know-how

A Amazônia não pode ser tratada com visões radicais, diz Meirelles, que foi o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia durante seis anos. "A nossa experiência técnica mostra que não é possível a preservação intocável da Amazônia nem a sua devastação indiscriminada".

Foi essa visão que o colonizador João Carlos de Souza Meirelles levou aos empresários do Equador para debater a questão amazônica. Segundo ele, os países sul-americanos deveriam aproveitar melhor as suas regiões amazônicas, pois muitos deles, como é o caso do Equador, possuem nesta região alguns dos seus mais importantes recursos.

A Venezuela é um dos poucos países que possuem uma atividade efetiva no seu espaço amazônico, desenvolvendo ali a exploração petrolífera. Os Estados de Pando e Beni, na Bolívia, que fazem divisa com o Brasil, possuem alguma atividade pecuária e extrativista. O Peru não tem nenhuma atividade programada.

Seria muita presunção do Brasil — conclui Meirelles — querer exportar todo o seu know-how amazônico para os demais países. Não se pode absorver um outro tipo de tecnologia simplesmente pela tecnologia. Ela tem de ser viabilizada segundo a cultura de quem vai utilizá-la.

Sérgio Poroger

O debate

► problema única e simplesmente de decisão política. Não se demarca para evitar o confronto; a dificuldade é colocar a duas partes para discutir.

Nós falávamos sobre aqueles que não estão interessados em mudar de lugar — têm suas razões. Então, encontra do lado de uma fazenda que faz pecuária extensiva e questiona aquilo lá: não absorve mão-de-obra, é um tipo de atividade que... bem, poderia ser mais aproveitada, mais intensivamente explorada a propriedade.

Então, vamos examinar na ótica de segundo grau. O que ocorre?

Por que esse indivíduo ao lado, proprietário da terra, não a está ocupando, não está produzindo? Simples: porque não tem preço, não tem financiamento, não tem assistência técnica, ou qualquer outra razão. Porque num sistema capitalista, se fosse bom negócio, ele estaria fazendo. E se é mau negócio ou será também para os "sem terra" ou para qualquer outro.

A Amazônia está há quatro anos sem crédito de investimento. O custeio agrícola vem um mês depois da época de plantio; não tem semente, não tem como vender a produção.

Roberto — Eu acho que não se pode separar realmente o macro do micro, ou esquecer o macro em função do microproblema. Mas acho que seria, outra vez, uma grande coisa se conseguíssemos aliviar tensões. E, outra vez, sem abandonar o macro, mas olhando o tema que é a Amazônia, olhando inclusive as áreas que são detectadas, muito claras, de tensão, faltaria uma tendência forte, hoje crescente e bem sólida, que é a política, os políticos.

Então eu acho que hoje, dentro dessas eventuais manipulações e

interesses — e outra vez não se pode separar o econômico do social; no fim, o social está muito ligado ao anseio que todos temos de viver bem, decentemente, dignamente —, hoje poderíamos falar do vale do Araguaia, por exemplo: é uma região tensa, crescente essa tensão. Acho que poderíamos criar aqui dois trabalhos a serem ampliados: um é macro, que sem dúvida enfoca toda a Nação, seus problemas urbanos, o que não se pode abandonar porque tudo isso nasceu também em parte do avanço tecnológico que acabou realmente tornando obsoleta a mão-de-obra em

muitos lugares para certos fins; então, deve-se deslocar essa mão-de-obra para onde haja vocação.

E talvez pudéssemos, de fato, atuar em certas regiões com a grande força que a Igreja representa nesses lugares, com o espírito que eventualmente encontramos em grande parte também dos empresários. Inclusive, essa associação congrega não só grandes empresários, mais de dois terços, na verdade, médios e pequenos; são homens como aqueles que o Zanata citava, que também atravessaram seu oceano aqui do sul do País, vendendo as suas propriedades pa-

ra ir em busca de um novo país, de uma Amazônia, de um futuro melhor que se buscava. Esta oportunidade se abre aqui mais renovada. Seria bom intensificar isso: quando efetivamente houver um problema, que possamos levá-lo inclusive ao governo.

E tentar junto a esse governo, que surge com tanta esperança e nos reúne todos aqui, encontrar de fato um grupo que possa trabalhar efetivamente. Essa experiência todos temos passado, sofrido, principalmente na região da Amazônia. Então, tudo que queremos é que se discipline de fato essa ocupação.

Como deve ser a política tributária?

Em pouco mais de 20 anos da implantação da política de incentivos fiscais na Amazônia, não se chegou a um acordo: muitos discutem, ainda, a sua eficiência. No novo governo, também a questão tributária terá de ser revista — em especial a que trata da região amazônica.

Neste debate, participaram Jeremias Lunardelli, dirigindo a mesa e como representante da Associação dos Empresários da Amazônia; José Maria Fabrizio, diretor do Banco da Amazônia S.A.; Basa; José Raimundo Monteiro, diretor-adjunto de operações da Sudam; César Saldanha Souza Júnior, representante da Receita Federal; Alcides Jorge da Costa, tributarista; Ives Gandra da Silva Martins, atual presidente do Instituto dos Advogados, seção São Paulo; Carlos Alberto Longo e Roberto Paranhos do Rio Branco, da Associação dos Empresários da Amazônia.

Monteiro — Acredito que os objetivos do governo são lógicos, coerentes. Entretanto, não se poderia esperar, em hipótese alguma, que qualquer política tivesse um índice de acerto de cem por cento. No caso atual, os pontos positivos superam os negativos.

Gostaria, entretanto, de enfatizar certos aspectos fundamentais. Acredito que é hora de começar a definir prioridades.



José Raimundo Monteiro: "É hora de estabelecer novas prioridades para os incentivos à Amazônia".

A sistematização de incentivos, no que diz respeito ao Imposto de Renda, o Decreto-Lei nº 1.564 de julho de 77, no nosso entender, foi um decreto que radicalizou muito o apoio ao processo de desenvolvimento da Amazônia. Por quê? Porque esse decreto estabeleceu prioridade única a dois setores: o setor industrial e o agrícola, deixando de fora setores fundamentais para o processo de desenvolvimento regional como: serviços setoriais, pecuária em si, etc. Então, no nosso entender, numa tentativa de mudança nós não poderíamos pensar em nominar setores específicos, mas enfatizar um apoio aos empreendimentos considerados econômicos para a região, caracterizar o apoio à estrutura de desenvolvimento como um todo. E, obviamente, atribuir a um órgão — não vamos nominá-lo —, mas a um órgão que pudesse coordenar e estudar os empreendimentos enquadráveis nesse benefício de isenção do Imposto de Renda.

Um outro aspecto é a isenção do Imposto de Importação.

Atualmente, o interessado na isenção tem de se mobilizar de tal maneira, em tantos e tantos órgãos, para ter acesso à isenção de importação que muitas vezes os custos que essa empresa tem que enfrentar superam até o próprio benefício. Se se pudesse concentrar nesse único órgão que comanda o processo, não só facilitaria para o interessado como para a própria região.

Também já é o momento de se pensar em atribuir benefícios diferenciados para as empresas de acordo com as suas dimensões. Uma grande empresa tem como diluir custos, a pequena não. Se essas empresas com estruturas diferentes, com estruturas totalmente diferenciadas (mas de formas jurídicas iguais), para ingressarem no mesmo processo, têm as mesmas dificuldades, obviamente as consequências também são diferenciadas. Então, o que se pode verificar é que, no decorrer do tempo, a pequena empresa está praticamente sendo descartada de um processo exatamente porque tem que lutar com as mesmas características que tem que lutar a grande empresa para participar dessa política.

Gostaria de observar ainda que a colaboração financeira, iniciada efetivamente com o Decreto nº 756, evidenciou algumas distorções que o Decreto nº 1.376 buscou corrigir. Mas nós podemos hoje, já na vigência do 1.376, verificar que algumas distorções também vêm ocorrendo. Por exemplo, aquele direito de participação em um capital votante com 5%, que permite a qualquer grupo ingressar no capital votante de uma empresa e, em consequência disso, aportar uma parcela de recursos, na forma do artigo 18 do Decreto-Lei nº 1.376. Não vou, e nem pretendo aqui, evidenciar qualquer tipo de acusação nesse sentido, mas acredito que esse mecanismo precisa sofrer um estudo muito profundo, porque acredito ser esse pequeno apêndice do artigo 18 que tem sido o pivô maior dessas distorções.

Alcides — Sempre me interessai, até por motivos de ordem ac-

dêmica, por incentivos fiscais. E o Brasil, durante duas décadas, vamos dizer, foi bastante fértil em incentivos fiscais, que podem, por si, ser de vários tipos: podem realmente incentivar a atividade econômica, como podem incentivar a ineficiência, às vezes a um grau inimaginável. Os incentivos fiscais podem contribuir para a prosperidade de uma região ou de um determinado tipo de atividade, mas podem também contribuir para uma concentração de renda em grau mais ou menos notável. Os incentivos fiscais sempre são transferências de renda.

Estamos às vésperas, aparentemente, de uma reforma tributária, reforma tributária em que pelo menos há certa tendência ou certo clamor que vai implicar a existência de fontes de receita da União para Estados e Municípios. Eu levanto então uma questão: será que, depois de feita a transferência, a União ainda teria condições de manter todos os incentivos fiscais que existem hoje ou estes incentivos deveriam ser repensados, vamos dizer, e concedidos pelos Estados? Isso levaria muito longe e nos levaria ao campo da reforma tributária, propriamente dita, que é um dos mais fascinantes e dos mais importantes para o Brasil. Mas isso nos levaria também a uma consideração: será que os Estados da região amazônica teriam, embora com maiores fontes de receita que as de hoje, condições de conceder incentivos para um desenvolvimento regionalmente auto-sustentado, sem transferências de rendas das outras regiões? Então, esses problemas, de um lado, de ordem muito mais ampla, que são suscitados por uma reforma constitucional que, mais um ano, menos um ano, acaba vindo, e por uma redistribuição das fontes de receita, aliada a certo exame crítico desses incentivos como instrumento realmente de promoção de certas atividades ou como instrumento perverso de concentração de renda ou de promoção de ineficiência.

Eu ouvi aqui o problema das pequenas empresas e das grandes empresas. Em contrapartida, é evidente que a concessão de incentivos supõe também certos mecanismos de publicidade que são necessariamente caros. Aí resulta uma outra pergunta: será que esses tipos de incentivos que existem na Amazônia — e agora sou específico — são compatíveis com o favorecimento da pequena empresa?

Como os senhores vêem, eu fiz uma série enorme de perguntas e não dei nenhuma resposta.

Egoisticamente, eu espero que, logo mais, eu esteja muito mais esclarecido e em condições de formar um juízo crítico sobre os incentivos da Amazônia.

César — O ponto que me parece mais necessário, nessa área de incentivos, é justamente o da avaliação dos custos e benefícios de todo o sistema de incentivos fiscais. Esse é um ponto que, me parece, requer ainda muitos progressos, no Brasil. Está faltando ainda, no Brasil, que se façam estudos justamente para que se possa ter uma avaliação mais adequada da relação custo/benefício de toda essa política de incentivos.



Alcides Jorge da Costa: "Os tipos de incentivos na Amazônia são compatíveis com o favorecimento à pequena empresa?"

Uma outra observação que eu gostaria de fazer é, reforçando a ideia que já foi levantada nesta mesa, de que se os incentivos visam sempre a uma finalidade de política econômica ou de política de desenvolvimento, objetivos em si mesmos muito louváveis, os incentivos fiscais são objetivamente uma causa de regressividade do sistema tributário. Isto é um ponto que eu queria deixar, assim, bastante sublinhado, antes de prosseguir nos debates.

Foi moda, no Brasil, há alguns anos, uma crítica muito acerbica a uma pretendida regressividade do nosso sistema tributário: ele alcançaria mais os rendimentos provenientes do fator trabalho e menos os rendimentos provenientes do fator capital. Se há regressividade no sistema tributário brasileiro, a sua causa primeira, no Brasil, tem sido justamente os incentivos fiscais, incentivos que são abertos, exceções da tributação geral, que deveriam pesar sobre toda a coletividade e que são abertos em função de objetivos de desenvolvimento do País. Este, portanto, é um preço primeiro que, me parece, se instala dentro de um sistema de incentivos.

A política fiscal é um dos instrumentos dessa política econômica. No caso, a Secretaria da Recei-

ta é um órgão que executa, de execução da política fiscal, que é um dos elementos da política econômica. E dentro da política fiscal, digamos assim, se concentra basicamente na questão da arrecadação dos recursos, especialmente — que é o que nos toca aqui — o Imposto de Renda.



César Saldanha: "Os incentivos fiscais, apesar das intenções louváveis, são causa de regressividade no sistema".

Eu aqui poderia, a título de contribuição, alinhar apenas alguns dados e uma previsão. Se nós pudéssemos classificar a estrutura dos incentivos fiscais, no Brasil, que incidem sobre o imposto de renda, nós poderíamos verificar que um conjunto de fundos de investimentos, como o Finor, a Finam, o Fiset-Pesca, o Fiset-Turismo, o Fiset-Reflorestamento, o Fundo do Estado do Espírito Santo, a Embraer e nos programas especiais, têm se mantido razoavelmente estáveis, nessa estrutura: ao redor de 8% e um pouco mais do conjunto dos recursos incentivados com base no imposto de renda. No que toca às previsões para o ano de 1985, do Finam, a previsão da Secretaria da Receita Federal é de que, do montante das opções, nós teremos para o Finam ao redor de 7,88%. Portanto, na previsão da Receita há uma queda, um decréscimo das opções e os valores dessa previsão estão ao redor de 388 bilhões de cruzeiros. É essa a minha contribuição inicial.

Carlos — A minha visão é a de um economista; portanto, vou levantar alguns números só para situar a discussão no contexto maior do que seria o custo de oportunidade desses incentivos.

Um princípio — estamos todos de acordo —, a Amazônia deve ser privilegiada. A ideia que se coloca é: quais seriam os mecanismos mais convenientes e mais adequados para fazê-lo.

O que a gente observa, assim, olhando superficialmente os incentivos fiscais, é que eles comprometem uma parte substancial da receita total do Imposto de Renda, como foi, aliás, apontado agora pelo César Saldanha. O conjunto dos incentivos, não somente a Sudam, representa 25% da arrecadação do Imposto de Renda. Isso, a grosso modo, reduz a alíquota nominal do Imposto de Renda, digamos, 35% numa empresa média, para algo em torno de 25%. Se a gente ainda levar em consideração os outros incentivos que são dados via isenção do Imposto de Renda sobre as exportações, por exemplo, a alíquota efetiva do Imposto de Renda para uma empresa típica deve andar em torno de 17% aproximadamente.

Quanto representam esses incentivos em cruzeiros? Ora, 25% da arrecadação do imposto de renda — que hoje é o maior imposto a nível federal — deve estar em torno de 17 trilhões de cruzeiros. A parte que corresponde aos incentivos, como um todo, 25% são aproximadamente 5 trilhões de cruzeiros, em 84. Isso, projetado para 85, representa 30 trilhões de cruzeiros, a bagatela de 7,5 bilhões de dólares. Toda essa discussão que nós temos hoje, aí, com o FMI, de dívida externa, está mais ou menos em torno disso, que seria o valor compatível com a eventual capitalização dos juros. Quer dizer, nós estamos falando aqui de dinheiro grosso.

Então, eu acho que, do ponto de vista normativo, o que nós temos que decidir é se, numa eventual reforma tributária, a base do imposto de renda vai ser ampliada e, dessa forma, as alíquotas vão ter de ser reduzidas. Para se reduzir então as alíquotas e aumentar a base é preciso automaticamente reduzir os incentivos. Então, uma decisão que deve ser tomada, a nível político, é: qual é a melhor estrutura de arrecadação? Os ventos hoje sopram na linha da abrangência de imposto.

Hoje, no Brasil, não se sabe qual é o setor que se beneficia de um vasamento de um eventual incentivo. Os incentivos na área da Sudam, na área da Sudam, pesca, todos esses incentivos estão sendo reduzidos gradualmente, no tempo. Então, eu perguntaria: também, acompanhando a tendência, não seria o caso de nós tornarmos os incentivos mais explícitos, mais transparentes? Em outras palavras, o que se faz hoje na agricultura, por exemplo. A ideia é eliminar todos aqueles subsídios implícitos via crédito e substituí-los por sustentação, o problema de política agrícola de preços mínimos encorajadores, preços mínimos que reflitam pelo menos a paridade internacional. Quer dizer, a ideia se-

ria, através de verbas especificamente alocadas no orçamento, serem distribuídas ao setor agrícola para a compra de produtos agrícolas e estocagem e mesmo, se for o caso, subsidiar o crédito, de subsidiar explicitamente através de recursos orçamentários transferidos do Ministério da Agricultura para o Banco do Brasil, digamos, em vez de serem aqueles subsídios implícitos via autoridade monetária.

Portanto, com isso transportado para a área da Sudam, eu diria que pode também ser compatibilizado através da formação de lobbies específicos junto ao Congresso, por exemplo — que deve ter uma maior atuação no futuro —, na destinação das verbas orçamentárias. Dessa forma, projetos específicos, investimentos em infra-estrutura e outros de incentivo à Amazônia devem ser a idéia por exatamente aceitar o gradual corte nos subsídios, os novos investimentos deveriam ser, em grande parte, financiados através de verbas específicas alocadas através do Ministério do Interior e outros ministérios, mas com recursos especificamente consignados no orçamento. Esta era a minha contribuição inicial.

Fabrizio — Aqueles que conhecem a política e a legislação vigente sobre incentivos fiscais sabem que a competência do Basa (Banco da Amazônia S.A.), no que se refere ao incentivo, é meramente o gestor desse fundo. Então, o Basa não tem ingerência nenhuma sobre o direcionamento, a aprovação de projetos, a liberação e nem a subscrição. O Basa se restringe puramente a servir quase como caixa. Ele começa a ingerir um pouco no processo no momento em que ele tem que emitir certificados de investimento, controlar a troca das ações e efetuar seus leilões.

Sempre achei que o direcionamento dos incentivos fiscais, na Amazônia, como no próprio Nordeste, não estavam corretos pela superposição de órgãos que existe. Então, nós temos órgãos trabalhando com borracha e a Sudam financiando borracha; temos órgãos trabalhando em extensão rural e a Sudam com extensão rural e a Emater com extensão rural. Então, essa quantidade de órgãos, na região, provoca algum problema. Esse seria um ponto, talvez, a ser reexaminado, de forma que houvesse maior compatibilidade entre essas entidades para melhor direcionamento inclusive de recursos; esse seria um ponto.

Outro ponto que tem sido ruim para os investidores — porque, quando se fala em incentivo, pensa-se muito no beneficiário final, mas não se está nunca pensando no elemento que faz a sua opção, na empresa que faz a sua opção — é o prazo da indisponibilidade de quatro anos, para os títulos que são adquiridos através de leilão; essas ações ficam inegociáveis por quatro anos. Eu acho que isso aí é um castigo ao investidor.

Daf, a necessidade de criação também de um mercado de títulos incentivados. Desde 81 que isso vem sendo estudado na Comissão de Valores Mobiliários e até hoje não se deu uma solução. Se o investidor tivesse facilidade de transformar o seu certificado de investimento em títulos e imediatamente entrar na Bolsa, as opções seriam maiores e corrigiriam uma série de distorções.

Quanto ao acesso da pequena e microempresa: ela tem de ser uma sociedade anônima, é a primeira exigência. Isso a microempresa nunca vai ser. Então ela não tem acesso, esta que é a verdade. Poderia-se estudar uma forma de ajudá-la. Então eu acho que parte do incentivo, parte da opção poderia ser destinada aos bancos gestores desses fundos, no caso, o BNB e o Basa, para financiar capital de giro para essas empresas, para dar suporte a essas empresas, até pequenos projetos de investimento também.



Carlos Alberto Longo: "Estamos falando de US\$ 7,5 bilhões. Não seria bom fazer os incentivos mais explícitos?"

Outro problema que também precisa ser visto é o problema da correção monetária dos ativos do investimento oriundo de incentivo fiscal. Porque aquelas empresas que trocam os seus C.I.s por ações e mantêm isso no seu ativo têm que corrigir isso. Então as ações vão adquirindo um preço que depois se torna inegociável, quer dizer, é uma punição para as empresas.

Estes são os pontos principais que o Basa, através da sua experiência, detectou e que acha que deveria mudar. O incentivo tem levado realmente muitos benefícios

para aquelas regiões. Se não foi melhor, também acho que isso aí é normal. As coisas, quando são feitas, têm de ser adaptadas. Vinte anos pode parecer muito tempo, mas numa política de incentivos eu acho muito pouco. Até porque também a Amazônia surpreendeu muita gente: grandes empresas que lá foram implantar seus projetos de agropecuária, pensando que a Amazônia fosse uma terra superfértil, estão até hoje lá, buscando fertilidade e não encontram. Quer dizer, na hora que você desmata, aquilo lá vira um deserto. Então, acho que a Sudam precisa se reformular. Hoje, a Sudam e os órgãos regionais vivem mendigando. O próprio Basa — Banco da Amazônia — vive mendigando recursos federais. Então isso também teria que ser visto numa política global. Acho que esses pontos que eu citei, se corrigidos, tenho a impressão até que os optantes teriam uma melhor alternativa, e uma melhor tendência, aí, ao incentivo fiscal.

Ives — Ouvi, com muita atenção, todas as observações. E confesso que o número das minhas perplexidades aumentou consideravelmente. Porque nós estamos, a rigor, tendo que examinar uma casa — a casa dos incentivos fiscais — que não teve um arquiteto único. De tal forma que hoje nós temos uma política globalizada em termos de incentivos, mas com uma desarmonia notória.

Ao lado dessa profunda desarmonia de todo o segmento, nós encontramos uma carga tributária elevadíssima para a maior parte dos que produzem riqueza, neste país, e já reconhecida, em 1982, como uma carga tributária excessiva pelo próprio secretário da Receita Federal, numa palestra que deu na Escola Superior de Guerra.



José Maria Fabrizio: "O direcionamento dos incentivos na Amazônia não está correto; há superposição de órgãos".

Será que se justifica todo o sacrifício da sociedade? Ou se não era o momento de analisarmos, efetivamente, até que ponto o custo/benefício está se justificando ou até que ponto não se teria a necessidade de uma completa reformulação, não só em termos de definição de objetivos, como em termos dos mecanismos efetivamente aplicáveis?

E o exame dos incentivos fiscais para a Amazônia estará vinculado a um exame global da futura política tributária, da futura reforma tributária, e eventualmente, de uma Constituição também reformulada. Porque me parece que se se pretender uma reforma tributária não se poderá mais pensar nos incentivos fiscais como eles têm sido tratados até agora: cada segmento procurando aquilo que lhe parece, na certeza de que o bolo é infinito e que, por mais cortes que se fizer, no bolo da arrecadação, este não acabará nunca.

Essa reforma implicará necessariamente uma reformulação completa dos incentivos fiscais à Amazônia.

Roberto — Vejo aqui propostas da maior seriedade com uma ótica ampla de Brasil, não apenas a Amazônia.

Temos que ir para o aspecto macro. Mas não posso deixar também de observar aspectos micro, aspectos do nosso dia-a-dia.

Muitos dos nossos associados, não só são grandes empresas, são pequenos e médios empresários. Muitos responderam à ida à Amazônia não só através de incentivo fiscal, mas também através do PIN e do Proterra, com sucesso.

Acho que a política de incentivos, sem dúvida, deve ser revista, muito mais porque o processo foi improvisado. Acho que temos obrigação, todos aqueles que atuam naquela região, de trocar suas experiências; e poucas oportunidades têm surgido.

Não se pode, naturalmente, analisar a Amazônia, a ótica do incentivo fiscal da Amazônia sem a ótica da Sudam, do Finor e mesmo os demais fundos de incentivo fiscal. É o mesmo decreto-lei que rege todos esses incentivos fiscais e qualquer atitude unilateral que qualquer órgão tome naturalmente está forçando o dono do incentivo fiscal a se dirigir para a região onde não seja tão perseguido.

Nossa imensa preocupação é de que, de um lado, temos que realmente aperfeiçoar a sistemática e, por outro, teremos que fazer o possível que, ao aperfeiçoá-la, não ponhamos em risco o desenvolvimento de muitos projetos que estão naquela região, que pelo menos se dê condições para consolidá-los.

Uma outra coisa que acredita-

mos que poderia ser muito benéfica, talvez, é que a própria Sudam, no seu desenvolvimento, teve divisões de diretorias e superintendências com aspectos regionalistas. Então, talvez, dentro desse aspecto novo que surge nessa República de se fortalecer municípios e Estados, até mesmo com uma reforma tributária, pudessem os Estados ter uma participação mais ativa na decisão daquelas prioridades.



Ives Gandra da Silva Martins: "Até que ponto a relação custo/benefício está justificando o sacrifício da sociedade?"

A reforma tributária está aí, vai ser feita e seria, portanto, mais importante que nunca, agilizarmos a nossa ação nesse sentido, para que se busque a melhor solução possível para essa nova reforma tributária.

Jeremias — Muito bom. Terminada a fase de exposição, eu pediria ao companheiro João Carlos, então, que formulasse a primeira pergunta.

João — Uma pergunta para todos: esses incentivos realmente foram positivos para a Amazônia? Social, econômica, politicamente, eles foram benéficos? Ou maléficis?

Monteiro — O Fabrizio fez uma observação de que 20 anos parecem longos, mas que na realidade, para se desenvolver uma região como a Amazônia, não significam absolutamente nada. Não se pode exigir, em termos comparativos, que se faça, que se tenha — e nem teremos parâmetros — o que nos leve a comparar essa análise de custo/benefício com outras regiões ou com outros setores. Os resultados são positivos. Agora, seria interessante frisar um elemento que fica sempre esquecidos nessas análises: o resultado indireto da política de incentivos fiscais. Se nós partirmos simplesmente para uma análise do custo/benefício, nós vamos ter um resultado desastroso.

João — Mas a Sudam, nos seus quase 20 anos de atuação, não desenvolveu uma espécie de análise de como descobrir esses resultados indiretos e diretos da Amazônia?

Ives — Um ponto que, me parece, talvez eu não tenha sido bem interpretado e que, creio, também foi levantado pelo César e do Carlos, é que eu não tenho dúvida nenhuma de que hoje, 20 anos depois, a Amazônia está muito mais desenvolvida em função da política de investimentos do que estava 20 anos antes. Então, sobre o benefício para a Amazônia, eu não tenho dúvida de que ele existe.



Roberto Paranhos do Rio Branco: "A política de incentivos precisa ser revista porque o processo foi todo improvisado".

A minha indagação é sobre o custo que a Nação brasileira pagou, evidentemente transferindo a sua própria capacidade de desenvolvimento para que apenas uma região se desenvolvesse.

Alcides — Eu queria só adicionar uma observação ao que o Ives está falando: a de que várias regiões se desenvolveram sem incentivo — o que não significa que a Amazônia não deva ter, na minha opinião, uma atenção especial. O que eu coloco — e que eu acho que é também pensamento do Ives e de muita gente — é saber se a maneira adotada é a que dá uma melhor relação custo social e benefício obtido.

Ives — Exatamente. Alcides — Esse é o problema e essa é a análise. Aliás, quero adicionar o seguinte: não sei por que o Brasil não sabe planejar incentivos. Este país aqui começou com incentivo, o Regimento Tomé de Souza já tem incentivo (risos). E só ler o Regimento Tomé de Souza, pois já tem incentivo fiscal. Se até hoje não aprendemos a planejar, vamos mal.

Fabrizio — Acho que nós estamos muito no terreno de hipóteses. Agora, pergunto

O debate

eu, e se existisse o incentivo, para onde teriam ido esses 25% do Imposto de Renda?

Monteiro — Será que teriam dado um uso tão coerente...

Fabrizio — ...como deram à Amazônia?

Ives — No momento exato em que nós temos uma inflação de duzentos e poucos por cento, em que nós temos déficit público do governo como sendo o elemento principal de pressão inflacionária, e nós sabemos que uma parcela da receita do governo não fica com o governo porque ele é obrigado a transferir, eu sou obrigado a dizer que, se a Amazônia teve um benefício, e concordo que teve, não sei se o Brasil não pagou um preço muito maior do que o benefício que obteve.

Alcides — Inclusive a Amazônia, num certo sentido.

Ives — É isto que quero dizer. Uma coisa já posso lhe garantir: uma parte da inflação decorre da política de incentivos fiscais.

Monteiro — O que nós precisamos é saber, hoje, com esses 20 anos nós tivemos mais ou menos essa somatória de custos, temos esses benefícios de que podemos ver os diretos, mas os indiretos nós teríamos que ter uma série de informações para fazer uma análise mais coerente. Entretanto, agora é o momento, então, de se chegar à busca desses dados e se partir, então, para uma avaliação melhor e, talvez, a modificação de uma política, conforme com a sua colocação.

Ives — Roberto, Campos disse que "a diferença entre a economia dos países socialistas e a dos países capitalistas é que, nos países capitalistas, os resultados são muito melhores que os ideais e, nos países socialistas, os ideais são muito melhores que os resultados". Por quê? O dinheiro que não custa muito também é gasto com certo desperdício; o dinheiro que custa muito passa a ser examinado com muito mais cautela. Quando se tinha, na área de incentivos fiscais, a captação direta, nessa captação direta o que se tinha? Uma grande parte dos recursos, dos incentivos ficavam nas mãos de quem? Dos corretores. Daí se criaram os fundos e nos fundos o problema continua sendo o mesmo.

Fabrizio — Mas a maioria dos recursos está ficando no artigo 18, que é o próprio empresário, no 17 é que existe essa distorção de não saber para onde vai e a que custo.

Ives — Se nós utilizarmos, por exemplo, o que se gastou em termos da montagem de estruturas de Sudam, Sudene, Banco do Nordeste, Basa, etc., evidentemente estruturas formais — porque o que se estava pretendendo era o desenvolvimento —, o gasto em relação aos prédios, tudo isso, nós verificamos que foram também recursos que foram ficando no meio do caminho e não serviram para o desenvolvimento.

Monteiro — Nós temos o envolvimento aqui de aproximadamente 1 trilhão e 480 bilhões de cruzeiros em todos os projetos aprovados pela Sudam, um total de 941 projetos.

Jeremias — Essa importância é corrigida?

Monteiro — Não, não, histórica. Desse montante, nós temos, de incentivos fiscais comprometidos, 624 bilhões de cruzeiros; para 1 trilhão e 480 bilhões nós temos 624 bilhões de incentivos. A parcela colocada à disposição dos empresários, até hoje, foi de 252 bilhões.

Jeremias — Não compreendi.

"Quando havia a captação direta, uma grande parte dos recursos ficava nas mãos dos corretores."
(Ives Gandra da Silva Martins)

Monteiro — Desse montante de 624 bilhões de cruzeiros de incentivos envolvidos no processo, a parcela de 252 já foi colocada à disposição dos empresários, 252 bilhões de cruzeiros até dezembro de 84.

Jeremias — A diferença onde é que estaria?

Monteiro — A diferença exatamente é o que está contido em um cronograma projetado.

Fabrizio — O que é o incentivo fiscal afinal de contas? É a incapacidade que o governo teve de gerir, de direcionar esse dinheiro, então ele resolveu devolver ao empresário para que ele fosse para determinadas regiões. Isso é pacífico?

Ives — Não é assim que eu vejo a política.

Fabrizio — Mas no fundo é isso, vamos reconhecer.

Ives — Incentivo fiscal é o seguinte: é o governo utilizando um determinado princípio visando a facilitar certos desenvolvimentos ou preservar.

Fabrizio — Isso como um todo. Mas quando ele direciona para a Sudam, para a Amazônia e para o Nordeste, o que ele está querendo fazer? Levou o empresário para lá.

Alcides — Eu daria um pequeno aparte só para esclarecer uma coisa: temos de fazer uma distinção entre extraterritorialidade e dirigismo fiscal; todo imposto quando arrecadado, produz mais do que a arrecadação, tem um efeito na economia. Mas há o dirigismo fiscal, ou seja, através de um imposto ou através de redução, a lei procura induzir os indivíduos a tomar determinadas atitudes, por exemplo, investir na Amazônia. E toda esta discussão que eu acabei de ouvir se resume no seguinte, em poucos pontos: quanto custou para pôr 252 bilhões nas mãos dos empresários? E, segundo, o que os 252 bilhões produziram? Para completar o quadro, que isto é muito importante, os chamados indicadores sociais: a renda per capita da região subiu? Baixou a mortalidade infantil? Aumentou o nível de escolaridade? E outras coisas do gênero.

Carlos — Onde eu queria chegar era exatamente numa conclusão que eu acho que nós aqui já chegamos; eu vou simplesmente descrevê-la com outras palavras:



Para garantir o desenvolvimento sem problemas em todos os setores...

não houve incentivo algum para a Amazônia, é uma ilusão; tanto é que 8% dos recursos incentivados estão sendo levados para a Amazônia, o resto dos outros incentivos são distribuídos em numerosos outros setores. Então nós podemos dizer que o incentivo que foi dado à Amazônia foi simplesmente uma compensação para aquilo que se deu para outros setores. Então não se sabe se na margem a Amazônia ganha ou perde. Esse é exatamente o problema do excesso de incentivo fiscal; talvez — e aqui uma sugestão para o debate — seja mais interessante pensar em incentivos no futuro, onde o empresário vai para a Amazônia por razões econômicas e não meramente fiscais como é hoje.

Alcides — Se me permitem, eu só queria encaminhar um pouco a discussão: o que já foi, já foi e ninguém vai mudar o passado; estou de acordo que os resultados positivos obtidos, sejam quais forem e seja qual for a orientação futura, devam ser mantidos e devem ser tomadas providências para não prejudicar o que já foi conseguido.

Roberto — Construído até agora.

Alcides — De inteiro acordo. No presente, analisar tudo o que foi feito para ver se foi convenientemente feito ou se é necessário tomar outra direção para desenvolver a Amazônia, objetivo com o qual todos estão de acordo. No futuro, que se liga intimamente ao presente, saber se dentro de uma perspectiva de uma reforma tributária vai simplesmente ser possível manter a mesma estrutura; pode ser que numa reforma tributária os recursos disponíveis da União sejam de tal forma reduzidos que torne simplesmente impossível a manutenção deste mesmo esquema.

Roberto — O que de fato se precisa terminar de uma vez por todas também é com esse espírito de quando se vai rever alguma coisa não querer ser retroativo no sentido de prejudicar.

Ives — Do ponto de vista legal, eu queria colocar duas posições: todo o ordenamento jurídico brasileiro não permite a retroatividade. Em relação aos projetos viáveis tem de se fazer tudo para que esses projetos viáveis permaneçam porque eles já criaram uma realidade na Amazônia. Agora, todo o problema que se coloca é aquele problema inicial: será que numa reforma tributária os recursos que estarão disponíveis, na globalização da política de incentivos fiscais, o governo continuará dando ou procurará, reduzindo, otimizar a forma de os recursos chegarem diretamente sem se perder tais recursos no caminho?

A sensação que se tem é que se poderia talvez otimizar, havendo uma redução pelas perdas desnecessárias que os incentivos têm.

Jeremias — Vamos às propostas para o futuro?

Alcides — Só queria falar sobre a proposta para o futuro tendo em vista uma eventual reforma tributária. Sempre se fala muito em reforma tributária, mas é claro que cada um tem a sua na cabeça; para o governo é aumentar a arrecadação e para o contribuinte é pagar menos.

Monteiro — Compatibilizar isto é difícil.

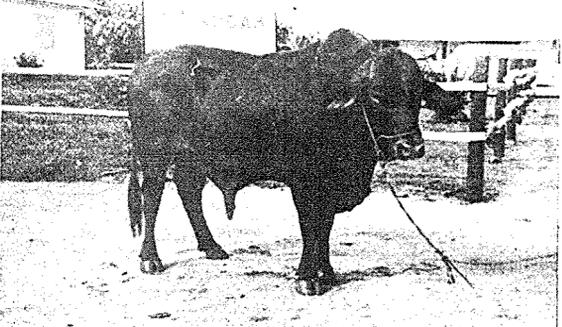
Alcides — Para a União é ficar com uma parcela maior do bolo, para os Estados e municípios é dar uma repartição diferente ao bolo. Naturalmente, tudo isto implica também, eventualmente, uma redistribuição de função; hoje a União tem uma série imensa de funções.

Aparentemente, existe uma tendência muito grande para dar mais meios aos Estados e municípios; agora, o que significa esse mais nós também não sabemos e o mais pode significar uma necessária redistribuição de funções; isto levaria a uma colocação completamente diferente dos incentivos, porque sem meios a União não poderia também, por seu turno, conceder incentivos.

João — É possível estabelecer, já que não é possível regras, premissas, então, para a Amazônia, neste sentido?

Alcides — A premissa que eu pessoalmente estabeleço para a Amazônia e para outras coisas do País e a seguinte: eu entendo que há uma razoável prioridade em se dar atenção ao desenvolvimento da Amazônia; seja qual for o sistema tributário, alguém vai ter que tomar, conservar o que já foi feito, e tomar medidas para o desenvolvimento da Amazônia.

Fabrizio — A Amazônia repre-



... uma nova política de incentivos.

senta também um problema de segurança, então o seu desenvolvimento vai continuar sendo feito à custa de custos e benefícios sem que se chegue a um justificado.

João — Mas como justificar isto para a Nação? Acontece que agora tem que justificar para a Nação isto.

Roberto — Como otimizá-los, talvez, hoje.

João — Antigamente, a gente não precisava dizer onde iam os incentivos da Sudam.

Fabrizio — Correto. Mas veja bem, esta questão de Nação é tudo relativo.

João — Ou então para o Senado.

Fabrizio — Mas o Senado vai ser o maior instrumento disto porque não te iluda, que o Nordeste vão ter pressão violenta em que isto continue. É por isso que o incentivo fiscal, por mim, continuará por muito tempo. Eu estou dando uma opinião pessoal pelo que a gente sente, pela pressão política que existe.

Ives — O que eu acho que nós teríamos que definir aqui é se efetivamente, a partir de agora, com esta abertura democrática, deve haver um reexame permanente de todos os atos, vai-se analisar em profundidade aquilo que representa o que se está pondo lá e qual é o benefício que se está tirando. Eu estou absolutamente convencido, em função de uma reforma global, de que muitos segmentos sociais vão pedir uma parcela; os municipalistas, entendendo que a federação tem que ser feita na base dos municípios; os Estados, entendendo que os Estados têm a grande máquina; e a União, evidentemente, não vai — apesar de se falar em reforma tributária — abrir mão de uma série de mecanismos que eles entendem que representa o planejamento da macro-economia e que tem que ser necessariamente nacional e não pode ser regionalizado. De que forma se vai poder tirar em aplicações e incentivos no momento em que todos os segmentos sociais também vão procurar tirar a sua parcela, fazer com que isto tenha um grau de otimização; de que maneira nós podemos otimizar a entrega desses recursos de incentivo, ou outros mecanismos que não sejam de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia. Eu compreendo que nós nem podemos formular sugestões, a essa altura, sem saber qual vai ser a linha mestra da Constituição, qual vai ser a linha mestra da futura Constituição; nós nem sabemos se vamos ter uma Assembleia Nacional Constituinte ou um Congresso Nacional com poderes constituintes. É extremamente difícil.

O que me parece fundamental é que nós não podemos abandonar esse problema.

Fabrizio — Realmente, não se sabe qual vai ser a linha da política tributária, se vai mudar ou não; então eu acho que nós temos que raciocinar a curto prazo. Qual é a alternativa agora para o incentivo? Qual é a garantia que vai ter o empresário, que já tem o seu projeto lá, de que vai continuar? Então vamos raciocinar a curto prazo, vamos oferecer sugestões agora para que a Sudam aperfeiçoe todo o seu sistema a curto prazo e naturalmente a um prazo mais longo estudando as alternativas.

Jeremias — Não seria mais um remendo, dr. Fabrizio?

Fabrizio — Não, eu não acho que seria um remendo porque nós temos um fato concreto que já foi dado pelo representante da Receita: que serão 388 bilhões destinados este ano para a Amazônia. Agora esses 388 bilhões já podem ser pensados em cima de uma coisa

destinados sendo aplicados como têm sido aplicados até agora. Agora, a minha preocupação é, se isto mudar, como é que vamos mudar.

Monteiro — A minha preocupação não é mudar isto; é que o primeiro passo agora já seria que, daqui para a frente, quando se chegasse a alternativa da mudança tributária, a Amazônia já estaria assentada, em termos reais.

Roberto — Nós estamos tentando trabalhar preventivamente neste sentido há dois anos e não se consegue. Então, na mudança de um governo, precisaria tentar alguma coisa ser feita, ainda que seja a título de tapa-buraco ou o que for, mas realmente fazer alguma coisa. O presidente eleito fala hoje numa reforma tributária prometida, feita. Agora, está ela no papel? Vai ser feita em quanto tempo? Significa um ano, significa 24 meses? Eu não sei. Mas o fato é que se deve fazer algo neste momento, para que no futuro as consequências não sejam, talvez, irreparáveis.

Ives — E, olha, eu queria acrescentar um dado mais preocupante, Roberto, já que estamos levantando. Você imagine o número de empresas que na declaração de 1985, fechamento do período-base igual ao do calendário, que vão preferir não aplicar em incentivos fiscais; eu conheço inúmeras empresas que estão preferindo pagar o Imposto de Renda do que passar a ter um ativo que, em função da inflação, vai-lhes trazer distorções nas variações monetárias que provocam o fato de deter uma ação que não vale nada — para eles, pelo menos.

Monteiro — Isto é que é preciso modificar.

Ives — São as empresas que preferem.

Roberto — Não pode, de fato, continuar a insegurança que todos vivemos, sem saber se o mês que vem, se daqui há seis meses ou no fim do ano se vale a pena continuar com o projeto, se não vale; este é um fato imediato que teria de ser visto.

Ives — A linha que a Receita Federal tem tido em termos de orientação do governo, desde que o governo Figueiredo assumiu, é uma linha de permanente redução dos incentivos fiscais; os senhores devem ter notado todos os anos, o que vale dizer, a sensação é que possivelmente o mecanismo de incentivos fiscais, que é de mais difícil quantificação, venha a ser reduzido. O que se teria que criar, e isto é o que me parece, são mecanismos capazes de não permitir uma reversão do processo.

Roberto — Acho que alguns políticos têm uma visão muito curta da coisa e ainda há pouco se falava exatamente nessa ocupação maior, necessária do político e que venha de fato a dar o direito, inclusive, de um Congresso ir a fundo e verificar um orçamento e poder ter acesso a informações que, inclusive, hoje nós não temos, ninguém de nós tem. Nesse aspecto, então, o político teria de assumir definitivamente um papel de visão, a maior possível, e

não ficar realmente como hoje vemos alguns que então buscam modificações que estão apenas beneficiando talvez o seu Estado, mas esquecem que ele está integrado numa Amazônia, por exemplo; ou até beneficiando o seu município, porque ali tem os seus eleitores. É claro que isto é inevitável, mas precisaríamos fazer com que, de alguma forma, esse imediatismo e essa visão curta não prevalecesse; e, ao ver as coisas como estão evoluindo, existe um risco muito grande de que prevaleça assim a curto prazo.

Ives — O que nós podemos apresentar, digamos, de sugestão concreta era de que maneira os mecanismos atuais poderiam ser melhorados nesse período que temos de dois a três anos, pelo menos, até que se visualize qual vai ser o novo modelo institucional do País. Esses mecanismos aonde é que estão falhando?

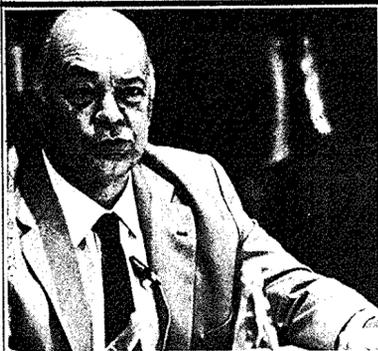
Como não se vai poder de imediato dizer: não vai mais existir a Sudam, vai existir um outro mecanismo, dentro de uma Constituição, que ninguém sabe como será; talvez o que se pode examinar é aonde é que estamos tendo distorções concretas no atual sistema. Parece-me que foi esta a sua preocupação primeira.

"Seja qual for o novo sistema tributário, alguém vai ter de conservar o que já foi feito e continuar o desenvolvimento da Amazônia."
(Alcides Jorge Costa)

Roberto — Era essa a preocupação.

Ives — Onde é que nesses dois ou três anos que a Sudam ainda existirá dentro do modelo tradicional nós podemos aperfeiçoá-la?

Eu citei aqui, por exemplo, este caso da correção monetária como uma forma de desincentivo à aplicação; quer dizer, quanto maior a inflação tanto mais os contribuintes serão desincentivados a aplicar, porque, efetivamente, eles vão passar a ter um fator em que o seu ativo permanente vai crescer brutaalmente e nem sempre o seu patrimônio líquido vai corresponder. Este problema do Decreto-Lei nº 2.065, o Artigo 20 no item 1º, que acrescentou as variações monetárias como um fator de exclusão do lucro de exploração. Então, as empresas que estão lá e que são obrigadas muitas vezes a fazer aplicações para que o seu dinheiro não seja desvalorizado, porque, no fundo as aplicações visam apenas a uma compensação da inflação, elas são obrigadas a excluir e pagar Imposto de Renda sobre isto. Me parece que são mecanismos simples, com os quais nós já poderemos trabalhar a partir de agora. Numa Constituição nova, porém, eu acho que, possivelmente, todo o modelo vai ser reformulado.



Octávio Lacombe
A formulação de uma política para a implantação de infra-estrutura e para a mineração na



Milton Meirelles Filho
Amazônia não é tão fácil como possa parecer. Mas é urgente, indispensável para o desenvolvimento da região. E para o Brasil. Para o quarto e último debate da série realizada pelo JT, foram convidados Milton de Souza Meirelles Filho, presidente das Empresas Brumadinho, de mineração; Octávio Cavalcanti Lacombe, presidente



Ivan Barreto de Carvalho
da Parapananema S.A., de mineração; Sérgio Jacques de Moraes, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração; deputado Prisco Viana, presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara; Ivan Barreto de Carvalho, diretor-geral do



Garimpo: só nos distritos livres.
Departamento Nacional de Pesquisa Mineral e o economista Alberto Oliveira Lima. Dirigiu a

mesa Roberto Paranhos do Rio Branco, da Associação dos Empresários da Amazônia.

A difícil exploração das riquezas

Lacombe — A nossa empresa entrou no final de 1984 interessada na exploração em áreas de estanho, descobertas recentemente no Noroeste de Mato Grosso; deparou-se com um problema que até hoje persiste, que era o problema do não cumprimento do Código de Mineração. As áreas, uma vez dada a titulação de pesquisa pelo DNPM, eram sumariamente invadidas. Bem, depois de um trabalho político muito grande que durou cerca de um ano, o governo de então sob o dr. Dias Leite, ministro das Minas e Energia, fez uma portaria em que proibia a garimpagem numa área que foi determinada como província estanífera de Rondônia.

A coisa transcorreu normalmente, no fim do primeiro ano foram desocupadas todas as áreas e iniciou-se então o ciclo da mineração mecanizada; que é bom entender que naquele período só existia na Amazônia a mineração do dr. Antunes, em consórcio com a Bethlehem Steel no Amapá; fora disso, na Amazônia legal não havia nenhum sinal de mineração, porque a própria região era um tabu a isto.

Então, com um pequeno espaço de tempo cada um partiu no seu projeto. Isto evidentemente deu uma prova, primeiro, que era possível a ocupação da Amazônia por empresas; a vida, enfim, naquela região não era uma coisa impraticável; segundo, que a própria ordem das coisas levava à mineração. Porque é importante que se frise aqui que muita gente fala de garimpo e de mineração. O bem mineral de um país, na nossa opinião, não é a extração do bem mineral do país; é, primeiro, a avaliação, para que com isso surja uma política.

Hoje o Brasil é um exportador de mais de cem milhões de dólares de estanho e naquela época era um importador; em segundo lugar, temos reservas medidas que dão às autoridades do setor mineral a possibilidade de traçar uma política para um determinado mineral, no nosso caso o estanho.

Então, a grande abertura que nós temos confiança de ter dado acima de tudo foi o pioneirismo de mostrar que a mineração na Amazônia em terras inóvias é possível. Isto foi um desabrochar de 71 para cá. Agora, de uma coisa estamos certos: de que isto foi única e exclusivamente dada a confiança que a portaria proibindo as invasões de áreas foi feita.

Eu não tenho nada contra garimpo, eu tenho é contra a invasão de área. Então o surto inicial foi baseado em segurança, e nós clamamos agora do governo exatamente segurança. E temos que levar em conta também uma coisa muito importante: nenhuma das nossas empresas que proliferou o fez à custa de recursos do governo, nós temos financiado toda a infra-estrutura de que dispomos, seja de energia, seja de acesso rodoviário, seja de habitação. O nosso grupo, por exemplo, que opera do Amapá a Rondônia, hoje tem mais de mil quilômetros de estrada trafegável o ano inteiro, aberta exclusivamente com nossos recursos e mantida com nossos recursos. Ora, se estamos falando também de infra-estrutura, esta é uma infra-estrutura gratuita ao governo. Agora, a única coisa que pleiteamos do governo é que a lei seja cumprida para que a gente possa fazer um investimento, porque aventureiro é o que continua a fazer investimento sem nenhuma cobertura de legalidade.

Ivan — Hoje o Departamento Nacional de Pesquisas e Produção Mineral (DNPM) tem a Amazônia como uma área prioritária, não somente no que diz respeito à necessidade de um maior conhecimento, como dos resultados que esses conhecimentos já começaram a produzir. Hoje nós temos uma série muito grande de realidades já registradas e com isto nós levamos a dar esta prioridade que reclamavam para a área; fizemos nada menos de 89 projetos num custo total até o presente de cerca de 60 milhões de dólares. Eis um resumo dessas nossas riquezas que já são hoje realidades: nós temos ferro, manganês, o cobre, o níquel, o ouro de Carajás, o ouro do sul do Pará, a bauxita de Trombeta, Paragominas, Nha-

mundá, Merim, Marzagão, o potássio de Nova Olinda, o gás natural de Jurua, o caulim do rio Capim, a gipsita do Aveiros, os diamantes do Tocantins, do Mato Grosso, do Amapá e por fim agora a zirconita que também é encontrada na jazida da Pitanga que a própria Parapananema hoje desenvolve.

Na área cartorial que nós desenvolvemos também, apenas para registro: em 83 cerca de 3.536 pedidos de pesquisas foram feitos, desses, 729 para ouro, 1.445 alvarás de autorização foram concedidos, sendo 248 para ouro, e 62 concessões de lavras foram outorgadas; em 84 o número de pedidos subiu, foram 4.221 pedidos, sendo 568 para ouro; foram emitidos 1.214 alvarás com autorização, sendo 168 para ouro, e 144 concessões de lavras foram autorizadas.

Roberto — Esses números são a Amazônia ou o Brasil? **Ivan** — É a Amazônia. Em média a Amazônia hoje registra mais de 30% dos pedidos feitos em todo o País.

Os problemas que hoje nos afligem, sem dúvida alguma, em primeiro lugar, são os garimpos; o preço do ouro e as possibilidades ligados ao desemprego geral no País têm levado ao aumento da atividade de garimpeira. O garimpo é uma atividade permitida em lei mas executada dentro dos termos da lei, e o que está acontecendo hoje é um garimpo de invasão. É a inquietude leva à queda de produção.

Hoje nós dispomos na área de levantamentos cartográficos que nos permitem a produção de um mapeamento muito bom. Nós estamos verificando que, a semelhança do que acontece em outros países, a parte da geocência de projetos anteriores à pesquisa, que nós costumamos chamar de trabalhos básicos de geologia, são devidos ao governo, e o governo não pode transferir a ninguém.

De forma que o outro problema nosso é esse: é que nós sabemos que é uma área de grandes possibilidades, temos tido um apoio extraordinário das empresas que para lá se dirigem e nós podemos dar o apoio que elas merecem em tornar fácil a ampliação dos seus trabalhos ou implantação de seus investimentos exatamente por falta de recursos.

Alberto — Eu tenho a impressão de que de início eu serei um pouco desconfortável ao dizer que há um desconhecimento generalizado sobre o que é a Amazônia. É que a legislação que existe sobre a Amazônia, a que definiu como Amazônia legal, foi feita a nível de uma tecnocracia de gabinete e não de uma tecnocracia de vivência local e de reconhecimento da terra; ou seja, em última análise sentir o povo, as regiões, a problemática diferente que existe nas diversas micro-regiões que constituem a grande Amazônia legal.

É óbvio que para que haja a ocupação de uma região deve existir o que nós entendemos por infra-estrutura: meios tecnológicos, fatores de modificação do meio natural que foram introduzidos com a finalidade de viabilizar a existência de homens e instituições. E o que parece patente, o que parece óbvio, o que é de muito fácil análise para quem conhece a região, é que a infra-estrutura da região amazônica é extremamente precária. Em decorrência da precariedade de infra-estrutura é que se discute se a Amazônia deve ser ocupada por grandes empresas ou não.

O grande problema da Amazônia é, primeiro, atingir-se os pontos onde haverá o assentamento humano ou de empresas; o segundo grande problema decorrente disto é aquele em que à medida que há a criação de riquezas, à medida que já foi vencido o processo inicial de pioneirismo de instalação das empresas, surge o problema de escoamento da produção até os grandes mercados.

Evidentemente a vocação natural da Amazônia norte, vamos chamar, é o transporte fluvial. Isto desde 1968, quando comecei a estudar transporte; posteriormente, quando fiz doutoramento em transportes, meus professores questionavam muito e me perguntavam muito por que o Brasil amazônico não capitalizava sobre o meio natural de transporte de baixíssimo custo que é a hidrovia — assim, as estradas alimentadoras seriam pequenas. Ainda há na Ama-

zônia a possibilidade já perdida nas áreas extremamente colonizadas e de extremo progresso de se implantar um segundo sistema ferroviário, que é um transporte extremamente econômico. O sonho de que o transporte amazônico possa ser apenas aéreo: sim, ele pode ser apenas aéreo para pessoas, cargas de alto custo, baixa densidade e pouco peso, mas na realidade o transporte precisa ser terrestre, ferroviário e fluvial.

E, finalmente, existe um outro problema também muito amplo que é o problema de fixação do homem na Amazônia. Um dos grandes problemas é se levar o técnico de bom nível, o técnico que tenha a sua família. Porque, no momento que ele atinge uma idade média onde seus filhos precisam de educação, não existe a infra-estrutura de educação e este homem se retira, retorna; então nós temos nas grandes empresas os chamados "transientes"; eles vão, se aventuram um pouco, ganham um salário muito grande, etc. e retornam; a infra-estrutura de educação barra. A saúde, também, é de extrema precariedade.

A grande empresa de mineração, a meu ver, tem uma contribuição tão grande como os grandes projetos de agropecuária. Por quê? Porque, no momento em que ela se instala e cria empregos, ela necessita da infra-estrutura. O dr. Lacombe que me perdeu, eu tenho uma idéia ligeiramente diferente da sua, eu acho que o governo é obrigado a colaborar nesta infra-estrutura porque o governo recebe impostos. Mas a empresa de mineração tem obrigações e necessidades.

Para concluir, a mineração é a frente de combate, porque logo após ela ter sido implantada há a necessidade de recursos humanos para o desenvolvimento de alimentação, de pecuária e de todas as outras atividades vamos dizer satélites a um grande núcleo industrial e empresarial.

Sérgio — Estamos todos mais ou menos de acordo, sem dúvida absolutamente de acordo em que sem a infra-estrutura não há a possibilidade de atingir os recursos naturais para transformá-los em utilidade social; os minérios e as substâncias minerais são dos recursos naturais um dos mais importantes exatamente por isto, porque se transformam quando agregados pelo trabalho humano — outro recurso natural importante —, numa utilidade social permanente e multiplicadora, com índices de multiplicação bastante elevados.

Minha experiência primeira de Amazônia é igual à do dr. Lacombe; não igual, é menos intensa do que a do dr. Lacombe, mas é mais ou menos coesa, no momento em que o dr. Antônio Luiz de Carvalho e eu, como integrantes da diretoria da Companhia de Cimento Itaipu, fomos desbravar para o Cimento Itaipu a mesma província estanífera de Rondônia, cuja criação se deu no fim de 1970, e aí então criar o que hoje é o conjunto de empresas Brumadinho.

Para a fixação da Amazônia como parte integrante do território nacional, que é o que nós todos queremos para o que nós trabalhamos, depende-se de uma infra-estrutura e de uma segurança jurídica absoluta. Se a Amazônia hoje em dia tem sido também cenário de certas tensões político-sociais, decorrente de um problema de desemprego, isto talvez seja meramente conjuntural. Mas estruturalmente a segurança jurídica é um fator importante em todo e qualquer investimento, em todo e qualquer momento da vida do cidadão, da sociedade e da Nação.

E há o problema do índio; o índio deve ser preservado, muito bem, mas é uma minoria absoluta e não se sabe bem se ele quer ser preservado no estágio em que ele se encontra; talvez haja quem assim pense, mas pensando por ele, e não com ele e para ele.

Prisco — Eu acredito que o convite que foi feito à Comissão de Minas e Energia para participar deste debate visou fundamentalmente a conhecer a posição do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e da Comissão, em particular, a respeito do problema mineral como um todo e especificamente por ser objeto desse debate a mineração na Amazônia.

A Comissão de Minas e Energia é muito interessada na questão da

mineração na Amazônia; tem feito ali uma série de estudos, de trabalhos, de debates, envolvendo não apenas autoridades do governo mas também figuras representativas do setor empresarial. Tem tido uma preocupação particular quanto à questão do garimpo. Ai sempre fixando a posição de que é necessário que o governo busque a conciliação das atividades.

Em 1978 a Câmara dos Deputados fez uma grande investigação a respeito da política mineral do País. E aqui é bom dizer que lamentavelmente, e certamente como consequência da conjuntura política que vivíamos até há pouco tempo, a participação do Congresso Nacional na formulação da política mineral do País tem sido apenas discreta, para não dizer totalmente ausente.

Eu trouxe aqui o relatório que produzimos nessa Comissão Parlamentar de Inquérito para demonstrar que já àquela época, em 1978, estávamos muito preocupados com essa situação. Tanto assim que entre as conclusões dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, quase nenhuma delas aproveitada pelo Executivo, havia esta: "Recomenda-se ao DNPM estudar o problema em profundidade, o problema do garimpo". E sugeria ao governo uma solução conciliatória, visando sobretudo a preservar o garimpo, mas também favorecendo o desenvolvimento da produção mineral.

Essa Comissão recomenda que, sempre que houver numa determinada área concentração de trabalhos rudimentares de mineração caracterizados como atividade de garimpo, o DNPM deverá estabelecer um disciplinamento rígido antes de expedir-se um alvará de pesquisa ou decreto de lavra. Exatamente para evitar essa situação de insegurança.

Nós achamos que é necessário que o Congresso ofereça um conjunto de idéias, de sugestões sobre esta matéria. O DNPM, sabemos — e tem guardado isto com muito segredo, com muita cautela —, há muito tempo estava a atualização desta legislação; infelizmente não conhecemos os aspectos principais desses estudos. Gostaria de deixar aqui também algumas das idéias que existem hoje no Congresso a respeito do assunto. Defende-se muito na Comissão de Minas e Energia, na Câmara, no Congresso como um todo, a necessidade de uma verticalização da atividade mineral na região. O fato de que a produção mineral da região é toda ela exportada, seja para o Exterior, seja para os centros de consumo do País, fortalece aquela idéia de que a mineração acaba não produzindo na região onde é exercida os resultados econômicos e sociais que dela se poderia esperar.

Outra questão que se discute muito no Congresso é a respeito da predominância da empresa estrangeira na exploração mineral na Amazônia, o que poderia estar colocando em risco a própria soberania do País nesta área tão importante, tão estratégica da nossa economia.

De resto eu acredito que o debate irá oferecer oportunidade de colocação de outras idéias; mas gostaria de deixar aqui bastante fixado que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados, em particular, deseja participar efetivamente da discussão desta questão.

Milton — A nossa história em Rondônia começou nos primeiros anos da década de 70, através de um chamamento do então ministro Dias Leite, que nos convocou para iniciar pesquisa e exploração de cassiterita no território. O nosso trabalho se desenvolveu de lá para cá, e aqui a nossa história é muito semelhante à da Parapananema, então eu não vou repetir aqui os aspectos já colocados pelo dr. Lacombe; apenas eu queria mencionar que nós estamos já há uns 4/5 anos com operação em Goiás, que é um Estado novo do ponto de vista do estanho; atualmente cerca de 20% da nossa produção está saindo de algumas minas que estão sendo exploradas no Estado de Goiás, inclusive a única lavra subterrânea de estanho existente atualmente no Brasil está sendo operada por nós lá em Goiás. De um ano e meio para cá estamos também fazendo alguns trabalhos para ouro, basicamente ainda na fase de pesquisa, no Pará

e no Maranhão, basicamente; não temos ainda nenhuma produção significativa, apenas coisas incipientes como resultado da fase de pesquisa.

Os aspectos relacionados com infra-estrutura, os reclamos do empresário de mineração já foram, parece-me, amplamente colocados. Essa atividade na área do estanho mostra um sucesso na área da iniciativa privada, que realmente não contou e realmente não conta com nenhum recurso do governo; nem para a própria infra-estrutura que praticamente não tem nenhum outro tipo de incentivo como algum financiamento privilegiado, como existe e existiu pelo menos para diversas outras áreas da economia nacional.

Eu queria apenas complementar com uma observação de um comentário feito pelo deputado sobre o problema de nacionalização ou de trabalhos feitos por brasileiros na área de estanho, que é o que nós estamos mais ligados; aproximadamente 85% da produção é feita por empresários brasileiros e com recursos praticamente próprios. Acho que podemos passar aos debates.

Roberto — Eu em primeiro lugar passaria a palavra para o dr. Lacombe, que deseja defender um ponto de vista que ele já havia colocado.

Lacombe — Eu tinha uma ponderação que é a respeito dos recursos de infra-estrutura. Evidentemente o Brasil do tamanho que é necessita de recursos evidentemente para um sem fim de investimentos. Agora, o que se provou agora nos últimos anos principalmente é que são feitos recursos cujo retorno tem um longo prazo, de maneira que esses recursos, principalmente na Amazônia, quando puderem, devem ser feitos pelas próprias empresas. De nossa parte, só pedimos segurança e cumprimento das leis.

Quanto ao transporte, como nós estamos há 14 anos enfiados na região fluvial, pela nossa experiência todos os rios norte-sul da Amazônia não têm probabilidade de serem usados como transporte fluvial, porque eles não são perenes; durante pelo menos metade do ano não são navegáveis; o leste-oeste, Madeira, Amazonas, Negro, Solimões, esses sim.

Alberto — Eu quero lhe afirmar o seguinte; primeiro ponto, a região amazônica, a Amazônia legal evidentemente é composta de micro-regiões, nas quais a estratégia de transporte deve ser diferente. Mas deve existir a possibilidade de haver sistemas de transporte chamados intermodais. Existe uma série de tipos, modalidades e determinados conceitos de "design" em engenharia naval que podem ser absolutamente adaptados para esse tipo de navegação; eu não digo a navegação de alto calado, de longo curso e nem de cabotagem, mas uma navegação de carga, uma navegação alimentadora. Por exemplo, no próprio projeto do Frigorífico Atlas, uma das salvaguardas para o transporte do gado durante a fase das águas, onde as estradas se tornam intransitáveis, são as chatas, que com um calado de cerca de 80 centímetros chegam a transportar 500 cabeças de gado; mas há que haver uma embarcação especialmente projetada para aquele tipo de navegação.

Sérgio — Creio que o professor tem razão no que diz respeito às diversas micro-regiões de que se compõem a Macro-Amazônia. O que acontece é que há diversos rios que, mesmo perenes, para se tornarem navegáveis, para atender às necessidades de escoamento da produção mineral, como o rio Nhamundá, por onde escoam a bauxita da mineração Rio do Norte, exigem obra de abertura de canais navegáveis com um investimento realmente muito grande. E aí caímos de volta naquele problema da infra-estrutura.

Prisco — Se o senhor me permite, acredito também que a opção feita em relação ao escoamento do minério de Carajás, a opção ferro-

viária, levou em conta o volume de investimentos para realizar o transporte.

Sérgio — Exatamente. Agora, ainda sobre infra-estrutura, o dr. Lacombe disse que os empresários estão dispostos a ir buscar os recursos para investir na infra-estrutura. Claro que sim, mas há um fator importante para ser lembrado também: o que paga tudo isto é o preço; a administração do preço de minérios, a administração cartorial, a administração palaciana do preço de minérios, com base em projeções feitas por técnicos do mais alto gabarito mas sem nenhuma ligação natural com o produto e o preço no mercado, é o que a gente deve evitar também; é o preço que paga finalmente essa infra-estrutura. Se o empresário tem condição de buscar os recursos para investir nessa infra-estrutura, porque ele tem meios de comprar para si próprio, para os seus acionistas e para os seus financiadores privados, os bancos em geral, o preço do seu produto vai pagar esta infra-estrutura, vai pagar todo esse investimento. E por outro lado esta infra-estrutura social, essa infra-estrutura que se integra definitivamente à Nação, mesmo depois da eventual exaustão da mina ali permanente, esta infra-estrutura pode ser paga e tem sido paga e mundialmente é de uma certa forma devolvida através de específicos incentivos fiscais, como as depreciações aceleradas, como o se considerar para efeito de cálculo de Imposto de Renda; que é uma das maiores fontes de receita do "rei", que no nosso jargão de hoje é chamado "leão"; viário consideradas como despesas e por isto imediatamente depreciadas. De sorte que é sim, o empresário obtém esses recursos, ele ajuda o governo, mas também tem de dispor dos instrumentos jurídicos que permitem que ele considere esses investimentos, durante um determinado tempo.

Prisco — Parece-me uma questão mais do que urgente a revisão da legislação.

Sérgio — Exatamente.

João — É aí que eu gostaria de entrar, se os senhores me permitirem. Eu gostaria de saber como seria possível elaborar, quais seriam as bases para uma política mineral na Amazônia, levando em conta que de agora em diante quem é a maior interessada, quem terá que ser a maior interessada, é a Nação brasileira.

Há exemplos claros de que não há uma política clara de mineração, tanto é que Carajás apareceu de repente, tanto é que há uma concentração de recursos, há uma concentração de renda, há uma grande porcentagem do produto mineral brasileiro com empresas estrangeiras. Ou seja, como um novo governo deverá encarar o problema mineral dentro de uma ótica da Amazônia?

Roberto — Seria para todos responderem a esta pergunta? **João** — Proponho o debate sobre esta pergunta. **Sérgio** — Se me permitem, eu tenho algo imediatamente a falar. No Ibram as empresas de mineração já discutiram este aspecto e formularam um programa mínimo para o setor mineral, que o deputado já conhece e que todos os nossos companheiros que são membros do Ibram também. Em primeiro lugar, nós temos de cuidar da restauração do clima para investimentos no setor. Os incentivos às empresas de mineração como um instrumento de política de governo para consolidar uma atividade de importância básica: a ativação de um conselho superior de minas, que seria um órgão de assessoramento a um ministro de Estado no acompanhamento e na formulação eventual de políticas específicas ou de programas específicos dentro de uma política. Naturalmente que esse conselho superior contaria com o Congresso Nacional como um dos seus recursos e vice-versa. Esse conselho não seria como o Conselho Superior de Minas que hoje existe e é formado exclusivamente por representantes de ati-



Prisco Viana



Sérgio Jacques de Moraes



Alberto Lima



Estradas: suporte do desenvolvimento.

vidades estatais, mas basicamente podendo tomar como modelo o Consider — Conselho de Siderurgia e não-ferrosos —, no qual têm assento empresas estatais, empresas privadas de diversos setores e o próprio governo.

Outro ponto é a infra-estrutura básica de mapeamento, o que exige que sejam restabelecidos os recursos financeiros que vêm sendo sistematicamente tomados ao DNPM, e, finalmente, a prospecção mineral. Essa prospecção mineral tem sido hoje em dia com bastante sucesso executada pelas empresas estaduais de mineração; daí tentando chamar a iniciativa privada para desenvolver a partir de um conhecimento já mais ou menos específico daquela possibilidade mineral.

Prisco — Af no caso que você se refere há que assinalar — e af eu pessoalmente considero uma distorção — quer dizer, já os governos estaduais entrando na lavra.

Sérgio — Isto é outra história. É seriíssimo, tem toda a razão. Mas até o momento da criação da jazida — e eu ainda estava aí — e para isto os governos estaduais têm-se utilizado da sua cota parte do IUM — Imposto Único sobre Minerais (70% do IUM é dos Estados, 20% dos Municípios e 10% da União). Há que se manter essa repartição — há diversos projetos no Congresso Nacional tentando inverter, dando ao Município mais do que aos Estados, o que limitaria bastante a possibilidade de multiplicação desses recursos em benefício de uma zona geológica.

Prisco — Projeto aliás já aprovado no Senado. Modifica a sistemática de distribuição no Senado.

Lacombe — Passou a maioria para o Município, ou não?

Prisco — Sim, invertendo a proporção: mais para o Município e menos para o Estado.

Sérgio — E na Câmara?

Prisco — Já está na Câmara.

João — Deputado, a Amazônia é um caso novo no Brasil e ela não foi discutida até agora, já que nestes últimos 20 anos não houve discussão. Seria necessária uma legislação específica ou complementações específicas para a Amazônia? Já que é uma região totalmente nova, onde há descobertas novas e as grandes descobertas hoje estão ficando na mão praticamente de empresas estrangeiras.

"Os empresários estão dispostos a investir em infra-estrutura e entregar isso ao governo." (Octávio Lacombe)

Roberto — O dr. Lacombe reagiu quando ouviu uma afirmativa para registrar a predominância de empresas estrangeiras. Acho que foi o senhor que afirmou que hoje 85% são nacionais. O senhor gostaria de reafirmar o seu ponto de vista?

Lacombe — É que realmente acho que a maioria dos requerimentos está na mão de livre-atiradores que sem nenhuma base, com uma pequena firminha de cem mil cruzeiros de capital, fazem o requerimento, como eu lhe disse, têm o mesmo direito a requerer áreas como qualquer uma de nossas empresas tradicionais têm. Então a maioria está nas mãos destes especuladores e não na mão de empresas multinacionais.

João — Explorar novas reservas, como foi o caso de Carajás, trouxe distorções que são hoje visíveis.



Posição dos debatedores: não se trata apenas de privilegiar as grandes companhias de mineração; o garimpeiro também pode trabalhar. O que não pode haver é invasão.

veis. Isto interessa à Nação? Quer dizer, esta é a pergunta que hoje eu como um presidente da República faria. Isto interessa como uma política de agora em diante?

Eu teria alguns dados na minha mão e eu perguntaria: o que que é mais interessante para a Nação, desenvolver as áreas no atual desenvolvimento ou procurar abrir novas fronteiras?

Em primeiro lugar, não pode haver uma política mineral específica para a Amazônia; quer dizer, a Amazônia legal deve ter macro-diretrizes, planos gerais de desenvolvimento econômico, planos gerais de estratégias de desenvolvimento, análise de crescimento e desenvolvimento econômico para a área como um todo, reconhecidas as diferenças e as necessidades micro-regionais, vamos dizer, micro-regiões econômicas dentro da macro-região chamada Amazônia legal.

Um dos pontos é a falácia, no Brasil, de que todo o grande negócio que se começa, o capital estrangeiro entra, o capital estrangeiro domina, o capital estrangeiro manipula. Isto eu acho que está um pouco longe de ser verdade; nós empresários e brasileiros hoje já temos capacidade de conviver e até comandar como capitães do canal de transação esses acordos que possam haver entre o capital estrangeiro e o capital nacional. O grande mal que ocorreu para nós — e isto o Celso Furtado diz com muita propriedade — é que nós há muito tempo deixamos de receber investimentos e passamos a tomar empréstimos, o que faz com que nós fiquemos atrelados ao sistema financeiro internacional pagando juros extorsivos sobre um dinheiro que podia ser capital de risco. Logicamente dentro da Amazônia é perfeitamente possível a convivência entre a empresa nacional e a empresa estrangeira, desde que nós mantenhamos a nossa hegemonia, que nós tenhamos capacidade de conviver.

E para concluir eu gostaria de dizer a você o seguinte: a mineração tem um grande diferencial: é que em termos do índice investimentos e receitas ela é muito rápida, porque os investimentos, por maior que eles sejam, a relação entre as receitas desses investimentos, se bem-feitos, com boa tecnologia, eles são muito mais rápidos que outros investimentos, tais como a pecuária, o reflorestamento, etc. A relação capital e receita é muito favorável, mas precisa haver um nível alto de tecnologia para que isto ocorra.

Logicamente, quando se fala numa legislação, essa legislação precisa ser específica para regiões e específica para determinados ti-

pos de mineração, determinados tipos de investimentos.

O que talvez nos levou a uma situação de constrangimento, como diz o colega Delfim, é que nós estamos pagando hoje o preço da imprevisão, o preço de nos endividarmos quando nós não podíamos nos endividar, e isto vem justamente paralelo e atrelado ao sistema de incentivos e créditos subsidiados. Como disse o colega Jacques aqui, o que nós precisamos é preço; com preço e com mercado toda empresa se paga.

Milton — Eu não estou concordando muito com esta afirmação com referência ao capital estrangeiro.

João — Eu só citei porque é o seguinte, do produto mineral brasileiro 41,8% é capital estrangeiro e do maquinário, quer dizer, todos os investimentos novos, 90% é feito de material estrangeiro, o que tem trazido despesas de 2 bilhões de dólares em investimentos.

Roberto — Se para certos tipos de atividades é necessário certo equipamento que vai gerar uma receita e, portanto, paga-se perfeitamente aquele investimento, é uma questão de se dimensionar se esses 2 bilhões de dólares são muito ou são pouco. Mas de fato não é este o objetivo, pelo menos nesta oportunidade, de discutir este aspecto e sim realmente muito mais como primeiro canalizar essas experiências que todos temos tido nas nossas atividades, no caso específico na Amazônia. O fato é que hoje, e nós temos notado isto nestes painéis aqui, nós temos sempre dois enfoques: um que é o ângulo da nossa vivência do dia-a-dia, como podemos nós sobreviver e estimular a permanência dos empresários ou das iniciativas pequenas, médias e grandes que possa haver na ocupação daquela região; e em segundo lugar, depois de 20 anos de experiência naquela área, como canalizar as experiências que todos nós adquirimos?

João — Só para não criar polêmica sobre números. Porque a preocupação é a mesma sempre: devemos continuar desenvolvendo do mesmo jeito como vínhamos fazendo atrás, ou vamos mudar daqui para a frente? Esta é a preocupação.

Lacombe — Desenvolver em que sentido?

João — Acho que não é necessário dizer que por exemplo o modelo Carajás...

Lacombe — Parar de procurar minérios?

João — Não, não é isso. O modelo Carajás deve ser feito novamente? É isto que eu estou perguntando.

Sérgio — Eu gostaria de responder sua pergunta: se a política

deveria se dirigir para o desenvolvimento de novas áreas ou para o incremento das áreas já existentes.

Nas novas áreas tem de ter aquela infra-estrutura, geologia básica para saber o que seriam ou não as novas áreas; a partir do momento em que você dispõe deste conhecimento você pode estabelecer o que seria a oportunidade melhor num determinado momento de desenvolver uma possibilidade mineral ou outra. Isto de um lado. Portanto a política seria, primeiro, parece-me, a de conhecer as potencialidades através desta infra-estrutura que é uma função de governo, universalmente.

Milton — Até porque o minerador não vai aonde ele quer, ou aonde o Estado quer que ele vá ou aonde se planeja, mas o minerador vai aonde está o minério, aonde a geologia indica que está o minério. Então pode-se perguntar ao dr. Lacombe se ele foi ao Pitinga porque ele achou o nome bonito. É porque lá estava a cassiterita. Então essa nova província está sendo desenvolvida porque o minério está lá, não foi porque ele achou bonito.

Sérgio — E ele só soube que o minério estava lá depois que fez um mapeamento básico através do qual os geólogos dele puderam dizer: aqui tem cassiterita.

"Ou geram-se novas jazidas, com pesquisas, ou o empresariado acaba. O desenvolvimento deve ser contínuo." (Ivan de Carvalho)

JT — Mas a pergunta dele eu acho que se refere à atitude com que se vai a um novo lugar.

Sérgio — Exatamente. Eu estou respondendo especificamente. Esta atitude é de primeiro fazer o reconhecimento, o mapeamento básico para então se escolher.

Agora, no que diz respeito ao desenvolvimento das minas já existentes, já em produção, parece-me que você só amplia uma produção já existente através de dois fatores: um é a ampliação do mercado, e o mercado não é tão elástico como parece.

Lacombe — Exatamente.

Sérgio — Ou então através de uma tecnologia mais avançada. Lembra que a produção mineral decorre do aproveitamento de teores e você pode através de uma tecnologia avançada, um desenvolvimento tecnológico, diminuir os seus custos e aproveitar teores mais baixos. Com isto as minas já existentes têm uma ampliação muito limitada: de mercado e de eventual desenvolvimento tecnológico.

Então o que acontece? Você tem que procurar novas oportunidades através desse mapeamento básico, onde você não só eventualmente pode colocar em funciona-

mento minas mais baratas como também você pode colocar em funcionamento minas de outras substâncias ainda não produzidas no País. E aqui vem um ponto também importante que é dieta mineral brasileira. A nossa dieta mineral ainda é, lamentavelmente, de importação; o nosso balanço mineral é negativo.

Então nós precisamos muito mais de novas oportunidades do que propriamente de desenvolver o que já temos. Até sob o ponto de vista de planejamento como um instrumento de governo e eventualmente de segurança, de saber com o que podemos contar num caso de cataclismo mundial; é muito melhor ampliar essa fronteira do que propriamente nos limitarmos ao que já conhecemos. Daí porque não me entender a política deveria voltar-se para esses fatores.

Lacombe — Não é isso ou aquilo — uma coisa não impede a outra. A sua pergunta tem que ser esclarecida. Há que desenvolver o que existe e procurar novas reservas. Uma coisa não impede a outra.

Sérgio — Porque essa procura não é tão cara assim.

Ivan — Um dado aqui de ordem prática. Eu diria o seguinte: o desenvolvimento mineral é necessário e deve ser contínuo — começa por aí. O minério é um bem não renovável; a mineração tem uma autofagia fantástica. Então ou você gera novas jazidas com novas descobertas ou o empresariado acaba.

Então eu diria que é preciso que se mantenha a geração de novas jazidas e as novas descobertas. Não existe progresso sem um sacrifício. O que a gente tem que pensar do governo e contar com o governo é que este sacrifício que vem sempre à geração presente seja o menor possível, mas que vai haver o sacrifício não tenha dúvida nenhuma.

Sobre equipamentos estrangeiros, eu sou o presidente de um grupo executivo de mineração — Geimil — a quem se recorre para isenções de importação, de IPI, etc e nos traz uma satisfação de sabermos que os equipamentos nacionais hoje já chegam quase em algumas instalações de mineração a 95% dos equipamentos utilizados.

Milton — No estanho é 100%.

Ivan — Um exemplo aí.

Roberto — No aspecto de hoje poderia se concluir em primeiro lugar, como foi acho que ressaltado para tentar objetivar, de que em primeiro lugar, como em toda atividade, mas também nesta de mineração, um ponto hoje que vivemos das empresas que já estão instaladas e que queiram ir para lá, o ponto crucial seria a segurança; assegurar que o empresário tenha a certeza de poder ir para lá, desenvolver o seu investimento e levar a bom termo, sem ter o risco de invasões e coisas deste tipo.

Lacombe — Não temos nada contra garimpeiro, temos contra garimpeiro invasor. Então essa conciliação de que fala o deputado Prisco Viana é um problema terrível. Agora, politicamente, como

tem sido visto, é que o invasor tem que ser acomodado — e graças a Deus eu acho que o deputado não se refere a acomodar o invasor, a conciliar o invasor. Af é que entra o problema.

Prisco — Eu disse conciliar as atividades, o tipo de atividades.

Lacombe — E como o garimpeiro teria então uma área designada pelo governo ou ia requerer?

Prisco — A lei já prevê, ele pode criar as áreas de livre garimpagem, os distritos.

Alberto — O que acontece é que a invasão é estimulada por grupos que têm interesses subalternos, políticos e econômicos. O senhor sabe como foi descoberto a mineração da Serra do Navio, da Icomi no Amapá? O velho Azevedo Antunes era historicamente um faiscador; ele era um engenheiro, mas ele tinha aquele fascínio pela mineração. E nessa aventura dele ele fez vários amigos garimpeiros, amigos reais dele. E depois que ele foi para Minas Gerais trabalhar com calcário; tinha esses, vamos dizer, farejadores dele, e um desses farejadores foi até ao Amapá e descobriu lá um minério que ele pensava que fosse ferro e trouxe; para o velho Azevedo Antunes; quando ele mandou examinar encontrou um manganês de altíssimo valor, porque tem duas qualidades, mas aquele era de alto teor de manganês. Muito bem, este sujeito chama "Zé do Bar" e ele está com a vida dele garantida por vários séculos.

Prisco — A história da mineração registra vários fatos desta natureza.

Alberto — Mas hoje nós não podemos mais ter essas lendas; porque este realmente é um recurso brasileiro, é um recurso da Nação que é do domínio público; no momento em que uma companhia particular investe nisto ela está pagando salários, ela está distribuindo riquezas.

Roberto — De todas as colocações feitas eu acho que muitas sugestões ficaram. Acho que o ponto principal ressaltado foi de fato esse respeito às leis, o respeito à autoridade e ainda que se deseje aperfeiçoar as próprias leis que se faça antes de que situações de fato se apresentem e acabem violentando de fato a propriedade e a iniciativa.

O aspecto da infra-estrutura eu considero realmente muito ambicioso. Acho que os pontos abordados, saúde, estradas, etc, sem dúvida são vitais.

Enfim, acho que resta agradecer a presença de todos e a oportunidade que se abre, que se criou para a Amazônia e para a Associação dos Empresários da Amazônia, e ver se de fato consigamos que esta matéria possa propiciar, senão uma sugestão resumida para um novo governo que se vai iniciar, em março, pelo menos que se busque consultar as forças que ali atuam e possam colaborar realmente numa ocupação mais racional da Amazônia.

João e Iedo. Ou as duas faces do garimpo.

Os desacertos de uma atividade rica em possibilidades e injustas. Por Aureliano Biancarelli.

Era meados de 1982 quando nasceu o quinto filho de João Tenório dos Santos, 39 anos, e ele decidiu que roçar pasto "por aquela miséria não dava mais". "Encostou" a mulher e as crianças na casa do sogro, em São Raimundo do Code, e foi seguindo o rastro das histórias que se espalhavam por todo o sertão do Maranhão. Virou peão-carregador em Serra Pelada.

Naquele mesmo ano, Iedo Sá, 35 anos, vendia a empresa de engenharia civil que tocava em Belém do Pará, deixava lá mulher e três filhos e rumava para a Serra. Foi ser "garimpeiro-capitalista". Hoje é um dos diretores da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada e tem participação em mais de 60 barrancos.

João e Iedo trazem no bolso a mesma carteira de garimpeiro fornecida pelo Ministério da Fazenda. Os dois são igualmente responsáveis pela fatia cada vez maior que o garimpo representa no bolo da economia nacional — excluído o petróleo, o garimpo de ouro, significa hoje um quinto de toda a produção mineral brasileira.

Em 1979, os Joãos e Iedos espalhados por todo o País arrancavam apenas 940 quilos de ouro — as empresas mineradoras, enquanto isso, produziam 3.360 quilos. No ano seguinte, descobria-se Serra Pelada. E se iniciava no Brasil, duzentos anos depois, um novo ciclo do ouro, os limites da colonial Minas Gerais ampliando-se para a gigantesca Amazônia.

O exército de garimpeiros cresceu como formigueiro e a produção deu saltos vertiginosos: 9,4 toneladas de ouro em 1980 (dez vezes mais do que no ano anterior); 20,6 em 82; 39 em 1983; e cerca de 55 no ano passado. A mineração tam-



Serra Pelada: 80 mil Joãos e poucos Iedos.

bém engordou, mas sua participação no bolo dourado encolheu: nos últimos três anos, ela entrou com apenas 15 a 20% do total de ouro produzido no País. O geólogo e professor da Unicamp Bernardino R. Figueiredo * calcula que a produção dos Joãos e Iedos, nos últimos cinco anos, se aproxima dos 2,5 bilhões de dólares, aqui incluídos os cerca de 40% do ouro que escapam dos garimpos por vias não-oficiais — uma cifra fantástica para uma atividade quase sem regras nem lei, desorganizada e predatória.

Tanto quanto os dólares, impressiona a massa de aventureiros, arrivistas e desesperançados que se lança em busca desse Eldorado: 300 a 500 mil, segundo algumas estimativas. No mínimo, mais de 300 mil empregos diretos e cerca de dois milhões de pessoas dependem do garimpo. O número de empregos oferecidos pela mineração é significativamente menor. De acordo com o professor Figueiredo, todo o resto da produção mineral se deve a 3.600 empresas que oferecem menos de cem mil empregos diretos.

Essa corrida pelo ouro já desencadeou várias frentes de brigas. A mais perigosa delas, entre mineradores e garimpeiros, uns acusando outros de invasão de áreas e direitos alheios. Os garimpeiros dizem estar defendendo seus empregos e uma melhor distribuição das riquezas; os mineradores lembram o aspecto predatório do garimpo, a grande perda para o País provocada pela exploração apenas do minério mais rico e pelos métodos rudimentares de apuração.

Uma pseudobriga, já que o Brasil, o terceiro em reservas minerais no mundo, é dos poucos paí-

ses onde há espaços para mineradores e garimpeiros conviverem pacificamente — desde que se possa contar com uma política responsável para o setor e que o atual Código de Mineração, emperrado e ultrapassado, seja reformado.

A outra frente de briga — igualmente provocada pela legislação — está no interior do próprio garimpo: a violenta espoliação da força de trabalho e a falta absoluta de assistência ao garimpeiro. Entre os Joãos e Iedos as diferenças são gritantes: enquanto o primeiro recebe 20 mil cruzeiros por dia, carregando sacos de 30 quilos nas costas, sem nenhuma proteção legal, o segundo já ampliou seus investimentos para um bilhão de cruzeiros. As quase 30 toneladas de ouro que já saíram do buraco de Serra Pelada enriqueceram apenas 2% dos seus 80 mil trabalhadores. Das cerca de 350 mil pessoas que se dizem garimpeiro em todo o Brasil, apenas uns poucos são Iedos. O resto são Joãos, um exército de homens sem terra nem direitos, empurrados de um lado a outro ao sabor das secas, inundações e desempregos — e dos interesses de governos e grupos políticos.

Se a corrida pelo ouro não for regulamentada e seus mais humildes participantes protegidos — adverte o presidente da Coordenação dos Geólogos, Gerônimo de Albuquerque Rocha —, "a sociedade poderá repetir para o Brasil atual o que Tiradentes, em desabafo, dizia de Minas Gerais: um lugar desgraçado, porque, tirando-se dele tanto ouro e diamante, nada lhe ficava, e tudo saía para fora, e os pobres filhos da América, sempre famintos e sem nada de seu".

* "Em Busca do Ouro, Garimpos e Garimpeiros no Brasil" organizado pela Coordenação Nacional dos Geólogos; vários autores. Editora Marco Zero.

O RETRATO DA AMAZONIA



"A Amazônia é um problema nacional"

Jader Barbalho, Pará.

O crescimento acelerado da população e a política fiscal até agora empregada na região amazônica são os maiores entraves para o desenvolvimento da área, de acordo com o governador do Pará, Jader Barbalho, conforme ele explica nesta entrevista:

Quais os principais problemas do Pará atualmente?

Eles decorrem fundamentalmente do nosso crescimento demográfico acelerado. A população do Estado aumenta 5% ao ano, taxa que, em alguns municípios, chega a 15%. Grande parte desses imigrantes chegam aqui expulsos das regiões que antes ocupavam, trazendo consigo muitos problemas. Precisamos construir mais escolas, redes de água, de saneamento, luz elétrica, estradas a pontos extremos do Estado que são atingidos por frentes econômicas. Trinta sedes municipais não dispõem de água tratada, nem de esgotos. Mas é porque 75% de todos os recursos disponíveis do Estado são absorvidos pela folha de pessoal e pelo custeio.

Como explicar os índices de empobrecimento do Pará com os pesados investimentos, de bilhões de dólares, que têm sido feitos no Estado?

Basicamente porque esses grandes empreendimentos funcionam como enclaves, que se vinculam diretamente a mercados externos e não multiplicam seus efeitos. Seus benefícios são concentrados na própria área do projeto e no centro que receberá os produtos. São projetos que se baseiam em tecnologias avançadas, em capital intensivo e na poupança de mão-de-obra. Embora na fase de implantação atraíam muita gente, depois precisam de pouca mão-de-obra. Mas o anúncio desses empreendimentos faz com que muita gente venha para cá em busca de emprego. O grande emprego que esses projetos podem oferecer, no entanto, é emprego de salário mínimo. E com salário mínimo o trabalhador não vai poder pagar escola. Quem terá que arranjar a escola para ele será o Estado. Assim, aumentam as demandas sociais, que não temos condições de atender. Para não ficar inertes, estamos recorrendo a empréstimos externos. Sem esses recursos, não poderíamos trabalhar. A folha de pessoal do Estado é de 29 bilhões de cruzeiros, enquanto nossos recursos próprios são de 24 bilhões. O jeito é ir buscar dinheiro lá fora. A capacidade de endividamento do Estado é de 300 milhões de dólares.

Como a Amazônia vai poder influir, pressionar para mudar essa política, tendo uma bancada parlamentar pequena, uma baixa densidade demográfica e uma participação econômica também pouco expressiva em relação ao conjunto nacional?

A Amazônia, eu creio, conseguirá mudar pela sua própria realidade. É a realidade amazônica que vai fazer que haja uma consciência nacional voltada para ela. A Amazônia não é um problema apenas daqueles que aqui estão. A Amazônia é um problema nacional. E o último espaço que o País tem para efetivamente fazer algo de novo em seu próprio favor, não só em favor do homem da Amazônia. Nós não temos que nos comportar com a postura de subdesenvolvido que tem que chegar em Brasília, no Rio ou em São Paulo, para pedir, pelo amor de Deus, que olhem pra nós. O que nós estamos pedindo ao restante do Brasil, e vamos pedir ao novo governo federal, é que não se esqueça disso, que aqui está a maior província mineral do mundo e, portanto, poderemos aqui executar um grande programa mineral em favor do Brasil.

A oposição aos governos do PMDB na Amazônia reclamam que esses governos perseguem os pobres, que a política tem sido chamada para resolver problemas sociais, que, em alguns casos, o governo estimula a depredação dos bens ecológicos, dos índios, não faz transferência de recursos, etc. Como o PMDB, enquanto governo, se tem comportado em relação a essas críticas feitas pela oposição?

Não admitimos que não tenha havido uma alteração no quadro. Entendemos que houve uma alteração de postura. Com relação à questão fundiária que aí está, o governo do Estado apenas recebe os efeitos de toda a política fundiária. Nós não estimulamos a concentração do crédito. Por via de consequência, não estimulamos a concentração da terra. 80% do território paraense é praticamente gerenciado por órgãos fundiários do governo federal. São eles que ditam a política de ocupação da terra.

Que medidas práticas o senhor apresentaria ao presidente Tancredo Neves para melhorar esse perfil da Amazônia?

A mudança da legislação da alíquota do Imposto Único sobre Minerais, uma compensação pelo estímulo fiscal da dispensa do ICM, o que elevaria consideravelmente a receita do Estado do Pará e permitiria que nós pudessemos enfrentar esses problemas sociais com maior facilidade. A nível da estrutura, por exemplo, da questão fundiária, uma alteração completa no que diz respeito aos manuais de crédito.

Francisca do Vale

"A ocupação tem de ser feita e será feita"

Gilberto Mestrinho, Amazonas.

Gilberto Mestrinho, governador do Amazonas, é um ardoroso defensor da ocupação da Amazônia. Não acredita nas denúncias de "falsos ecologistas" e ainda afirma que, "se o governo federal não adotar uma política correta em relação à Amazônia, eu sei os caminhos que adotar".

Como sobreviveu a Amazônia nos últimos 20 anos?

Ha dois aspectos a serem analisados na Amazônia nestes 20 anos. De um lado, efetivamente, houve um esforço muito grande do governo federal em canalizar recursos para promover o desenvolvimento da Amazônia. Por outro, nestes últimos 20 anos imperou aqui, na quase totalidade dos Estados e nos órgãos de desenvolvimento, uma incompetência total.

Desse período só restou o modelo altamente válido, que é a Zona Franca de Manaus. Apesar das distorções naturais de um processo de implantação pioneiro, contribuiu muito para o desenvolvimento do Estado e do próprio País. Mas, enquanto a Zona Franca fez sucesso, órgãos como a Sudam, o Banco da Amazônia (Basa) fracassaram.

Também nessa fase houve muita distorção em relação à problemática da Amazônia. Pegam idéias de fora, que nada têm a ver com a nossa realidade e, baseados nessas idéias, na suposta defesa da ecologia por pessoas que não sabem o que é ecologia, e supostas defesas das populações indígenas por pessoas que são autênticos gígalos de índios, tudo isso tem entravado o processo de desenvolvimento do Estado.

Sendo uma região rica, por que continua economicamente espalhada, como pregam alguns, e socialmente pobre?

A Amazônia está praticamente virgem, ainda. Agora é que o governo federal tem empreendimentos muito bons, como no setor hidrelétrico, onde nós temos a usina de Tucuruí; também temos em construção a usina de Samuel e de Balbina, que foi um erro, mas um erro benéfico, porque vai suprir parte da energia de que precisamos. Espoliação não existe. O que existe é desinformação sobre a Amazônia. O que dizem do desmatamento é balela. A Amazônia tem, efetivamente, 68% da reserva madeireira do mundo e não um terço, como se diz. E tudo isso deve ser trabalhado no interesse brasileiro e da Amazônia. E não ficar com pieguismo, com falso nacionalismo, ou com falso ecologismo, dizendo que se tirar uma árvore vai acabar com a Amazônia.

Com a Nova República, quais as propostas do governo do Amazonas?

Primeiro, o que queremos é que o poder central encare a Amazônia com os olhos voltados para a nossa realidade. É fácil resolver sua problemática, promover seu desenvolvimento, desde que nós nos vacinemos contra todas essas teorias falsas que existem por aí. A Amazônia precisa ser ocupada, é preciso estimular a iniciativa privada a vir para cá. Aqui não há a quantidade de índios que dizem, não tem o desmatamento que dizem, não tem a desnacionalização que dizem. Por exemplo, nós temos 211 indústrias no Distrito Industrial e só quatro multinacionais. Mas são essas as mesmas que estão em São Paulo e que o pessoal de São Paulo não quer que venha para cá. Essa é a realidade.

Na Nova República, como deve ser direcionado o processo de ocupação da Amazônia e qual a importância dessa ocupação?

Vou dar só um exemplo: o Amazonas tem 150 milhões de hectares e sua população é inferior a dois milhões de habitantes. Um milhão na capital e outro milhão concentrado nas sedes dos municípios. Então, é um imenso vazio. Nós temos, neste contexto, só de várzeas, para produção de grãos e fibras, culturas de ciclo curto e de alta produtividade, 12 milhões de hectares. Essa história de que a terra da Amazônia não presta é tolice. Essa ocupação tem de ser feita e ela será feita.

Essa história de futuro, de reserva, isso tem de acabar. Vivemos o hoje porque ninguém vive o amanhã. E preciso acabar também com esse medo dos projetos agropecuários. Eles são necessários aqui. Essa história de "pulmão do mundo" acabou. Isso era uma balela, uma mentira. Enquanto eu estiver aqui, lutarei pela ocupação da Amazônia, que não será destruída por duas razões: primeiro porque seria burrice e segundo porque é impossível, por falta de mercado para a madeira.

Francisca do Vale

"O que tem de haver são programas ligados às necessidades da área"

Jorge Teixeira

Roraima, esperando o fim do isolamento.

O governador do Território Federal de Roraima, general Ardido Magalhães, está colocando seu cargo à disposição do presidente eleito Tancredo Neves. Mas faz isso sem ter conseguido realizar os dois grandes sonhos que levou para Boa Vista, quando indicado para suceder ao brigadeiro Vicente de Magalhães Moraes: iniciar a construção da primeira hidrelétrica do Território e asfaltar a BR-174, rodovia que liga a capital de Roraima a Manaus.

Ardido ainda terá a satisfação de ver pelo menos assinada a ordem de serviço para a hidrelétrica, dia 13, em Brasília, quando será também firmado o contrato de empréstimo com os banqueiros internacionais, no total de 205 milhões de dólares. Esses recursos, que Ardido conseguiu através do seu secretário de Planejamento, Luciano de Souza Castro, vão bancar a obra hidrelétrica do Paredão, no médio rio Mucajá, e o asfaltamento da estrada que liga Boa Vista a Alto Alegre, município onde estará localizada a obra.

Para o general Ardido, sua preocupação sempre foi de não criar expectativa em torno de grandes obras, mas desde o começo de seu governo, em janeiro de 1984, ele já manifestava a preocupação de que, sem a hidrelétrica e o asfalto da BR-174, não seria possível cumprir a missão que recebeu do Ministério do Interior, quando da sua indicação: transformar Roraima em Estado.

Ao falar da importância da Roraima no desenvolvimento da Amazônia, o general insiste na sua preocupação de que "sem uma ouzada infra-estrutura de desenvolvimento, Roraima com nada poderá contribuir". O isolamento do território é hoje flagrante em relação ao resto do País. A autonomia político-administrativa seria a solução. Mesmo assim, Ardido entende, e tem manifestado isso em suas entrevistas, que a infra-estrutura que está deixando em Roraima, se dada a ela a seqüência lógica do planejamento feito, será suficiente para arcar com o nascimento do novo Estado.

Plínio Vicente da Silva

"Temos de fazer com que a terra seja produtiva"

Júlio Campos

Para Goiás, é preciso mais seriedade.

A Amazônia não precisa de um ministério de criação de novas estruturas administrativas, mas sim de moralização da coisa pública, de critérios na aplicação dos incentivos e de respeito às suas particularidades ecológicas. Esta é a opinião do governador de Goiás, Iris Rezende, que espera ver transformada em realidade no próximo governo.

Não data de dez, nem de 20 anos, a orgia das empresas que operam com recursos públicos e subsidiados na Amazônia — afirma o governador.

Entre os muitos desvios que apontou, Iris Rezende citou a Sudam, que deixou de ser a instituição que garantiria a ocupação racional e o desenvolvimento da região para se transformar num órgão acanhado em termos de ação e de recursos. Segundo ele, várias indústrias de extração de óleo de babaçu foram abandonadas por falta de recursos. Outro desvio, na opinião de Iris Rezende, é em relação à política mineral. Ele admite que o contrabando de minerais preciosos, como o ouro, continua ocorrendo em volumes consideráveis em Goiás, já que o Estado não dispõe de meios suficientes para combatê-lo. Ainda assim, houve aumento de dez mil por cento na arrecadação do Imposto Único sobre Minerais durante sua gestão.

Antes, simplesmente não havia qualquer tipo de fiscalização. Iris Rezende gosta de deixar bem claro que todas as suas idéias e projetos somente serão possíveis com uma proposta de desenvolvimento da Amazônia em bases racionais, devendo vigorar uma política de preservação do ambiente. Ele defende as bases do projeto de zoneamento econômico-ecológico da Amazônia do governo Figueiredo, mostrando-se preocupado com o avanço desenfreado do desmatamento.

É necessário impor seriedade. Temos de acabar, no Brasil, com essa política de dar um jeito. Vem a lei que estabelece a reserva de 50% das florestas de cada propriedade e sempre se arranja um jeito de contornar isso e acabou destruindo tudo — afirma o governador, insistindo na moralização da coisa pública como a solução para o problema. **Fernando Barros**

Energia, o obstáculo de Rondônia.

O governador de Rondônia, Jorge Teixeira, não esconde suas esperanças na Nova República, embora conheça os grandes obstáculos que existem para o desenvolvimento da Amazônia, como explica a seguir:

Francisca do Vale

"Temos de acabar com a política de dar um jeito"

Iris Rezende

Mato Grosso, por uma Sudam forte.

O governador Júlio Campos, do Mato Grosso, é um político fiel às suas origens. Faz questão de citar todas as obras realizadas na região amazônica durante 20 anos de regime militar, frisando a importância da construção das rodovias Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho, que permitiu o surgimento de várias cidades ao longo de seus percursos.

Enfim, eu acho que a Amazônia pós-64 é uma outra Amazônia. Agora, espero que a Amazônia da Nova República seja realmente uma nova Amazônia, com todos os seus problemas de infra-estrutura, porque representa dois terços das terras deste País e com apenas menos de cinco por cento da população nacional. Então, se o Brasil é o país do futuro, a Amazônia é a região do presente e do futuro do Brasil.

Júlio Campos admite que o problema fundiário é grave, embora não houvesse uma política. Uma das políticas certas em termos de fazer com que a terra seja produtiva é dar incentivos fiscais, através de uma Sudam forte, atuante.

Houve muitas leis, muitos decretos, normas, mas na verdade não houve uma política. Uma das políticas certas em termos de fazer com que a terra seja produtiva é dar incentivos fiscais, através de uma Sudam forte, atuante.

Roseli Cordeiro dos Santos